

Revista da

ESPM

REVISTA DA ESPM • ANO 19 • EDIÇÃO 88 • Nº 3 • MAIO/JUNHO 2013 • R\$ 28,00



Entrevistas

A ameaça americana
Celso Ming

Nós precisamos criar
uma direita no Brasil
Luiz Carlos Mendonça de Barros

Tem de se conceder a Dilma
o benefício da dúvida
Mailson da Nóbrega

BRASIL ASSOMBRADO

Que caminho seguir



Artigos

- Estado e a economia
- Brasil, assombrado
- A nova geografia da produção mundial
- Contra fatos não há argumentos
- A miopia brasileira
- Aquém e além do público
- A face visível da mão invisível



Artigos

- Escalado para o jogo, Brasil ainda não entrou em campo
- A energia que move o mundo: estratégia e geopolítica
- Os Cavaleiros do Apocalipse
- Eu quero o campo em casa...
- Quer fazer parte do grupo? Entre na fila
- Se a vida manda quadrado, ele devolve redondo!

Hoje,
eu vou aonde o público está.
E lá também tem Bradesco.

O Bradesco é feito para nossa gente. Gente como você. Gente de verdade.
Bradesco. Há 70 anos por você.



Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC - Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933
bradesco.com.br
[twitter](https://twitter.com/Bradesco) @Bradesco
[facebook.com/Bradesco](https://www.facebook.com/Bradesco)



WMCANN | BRADESCO



Bradesco

CONSELHO DELIBERATIVO

- Armando Ferrentini – *Presidente*
- Alex Periscinoto
- Armando Strozenberg
- Dalton Pastore
- Décio Clemente
- João Vinicius Prianti
- José Carlos De Salles Gomes Neto
- Luiz Marcelo Dias Sales
- Luiz Lara
- Roberto Duailibi
- Sérgio Reis

CONSELHO FISCAL**Titulares**

- Luiz Carlos Brandão
Cavalcanti Jr. – *Presidente*
- José Heitor Attilio Gracioso
- Percival Caropreso

Suplente

- Adriana Cury

ASSOCIADOS

- Adriana Cury
- Alex Periscinoto
- Altino João de Barros
- Andrea Salgueiro Cruz Lima
- Antonio Fadiga
- Antonio Jacinto Matias
- Armando Ferrentini
- Armando Strozenberg
- Claudio de Moura Castro
- Dalton Pastore
- Décio Clemente
- Francisco Gracioso
- Francisco Mesquita Neto
- Jayme Sirotsky
- João Batista Simon Ciaco
- João Carlos Saad
- João De Simoni Soderini Ferracciù
- João Roberto Marinho
- João Vinicius Prianti
- José Bonifácio de
Oliveira Sobrinho

- José Carlos De Salles
Gomes Neto
- José Heitor
Attilio Gracioso
- Judith Brito
- Luiz Carlos Brandão
Cavalcanti Júnior
- Luiz Carlos Dutra
- Luiz Lara
- Luiz Marcelo
Dias Sales
- Marcello Serpa
- Octávio Florisbal
- Orlando Marques
- Percival Caropreso
- Petrônio Corrêa
- Roberto Duailibi
- Roberto Martensen
- Saïd Farhat
- Sérgio Reis
- Waltely Longo

**DIRETORIA EXECUTIVA
DA ESPM**

- J. Roberto Whitaker Penteado
Presidente
- Alexandre Gracioso
Vice-presidente Acadêmico
- Elisabeth Dau Corrêa
*Vice-presidente
Administrativo-Financeira*
- Emmanuel Publio Dias
Vice-presidente Corporativo
- Hiran Castello Branco
Vice-presidente de Operações
- José Francisco Queiroz
Diretor de Marketing e Expansão

2nd Executive Seminar: Creative Leadership.

Escolher parcerias certas é um dos segredos da liderança.

Depois do sucesso da 1ª edição, a ESPM e a Berlin School of Creative Leadership se unem, mais uma vez, para debater a liderança no contexto atual e futuro.

Um evento que vai reunir os melhores alunos, professores e palestrantes com um único objetivo: desenvolver líderes para o mercado.

Mais informações:

(11) 5081-8200 | candidato@espm.br

Inscriva-se:

www.espm.br/creative_leadership



EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Francisco Gracioso – *Presidente*
Alexandre Gracioso
Hiran Castello Branco
Thomaz Souto Corrêa
J. Roberto Whitaker Penteadó
(MTB nº 178/01/93)

Coordenação Editorial

Lúcia Maria de Souza

Editora Assistente

Anna Gabriela Araujo

Edição de Arte

Mentes Design

Revisão

Anselmo Teixeira de Vasconcelos
Antonio Carlos Moreira
Mauro de Barros

Redação

Rua Dr. Álvaro Alvim, 123
São Paulo – SP – CEP 04018-010
Tel.: (11) 5085-4508
Fax: (11) 5085-4646
e-mail: revista@espm.br

Comercial

MídiaOffice
Julio Cesar Ferreira
(11) 9 92224497 / (11) 32974079
julinho@midiaoffice.com.br
isabela@midiaoffice.com.br
jade@midiaoffice.com.br

Impressão

Editora Referência Gráfica

Distribuidor Exclusivo

Fernando Chinaglia
Distribuidora S/A

Revista da ESPM

Publicação bimestral da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

Professores, pesquisadores, consultores e executivos são convidados a apresentar matérias sobre suas especialidades, que venham a contribuir para o aperfeiçoamento da teoria e da prática nos campos da administração em geral, do marketing e das comunicações. Informações sobre as formas e condições, favor entrar em contato com a coordenadora editorial.



EDITORIAL

Brasil assombrado

O objetivo principal desta edição da *Revista da ESPM* é o estudo da situação brasileira diante da crise mundial deflagrada em 2008 e a análise das alternativas que se abrem para o Brasil e para o mundo. Neste particular, dois caminhos principais podem ser considerados: o estímulo ao setor privado, como motor da retomada dos negócios, e uma política estatizante baseada em um Estado forte e centralizador.

O título que demos a este editorial, tomado por empréstimo do artigo assinado pela professora Monica Baumgarten (*ver página 26*), resume bem a opinião da maioria de nossos entrevistados e articulistas sobre a posição de nosso país diante da crise. Os especialistas reagem com espanto à indecisão de nossas autoridades e às medidas pontuais e imediatistas que revelam insegurança e falta de uma verdadeira estratégia geopolítica e econômica. Enquanto isso o Brasil perde oportunidades preciosas e fica cada vez mais para trás, na corrida implacável entre as nações.

O Brasil parece ser incapaz até mesmo de diagnosticar corretamente os efeitos da crise. Muitos de nossos concorrentes já escolheram o rumo estratégico que pretendem seguir, seja com ênfase no capitalismo liberal ou na intervenção decisiva do Estado na economia. Em várias contribuições feitas por nossos colaboradores, o leitor encontrará inspiração para o caminho que deveria ser seguido pelo país. Por exemplo, Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, defende a ortodoxia e a disciplina econômica herdadas do governo de Fernando Henrique Cardoso, que elogia dizendo que os seus princípios, transformados em leis, são as únicas barreiras que evitam um desastre maior.

Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das comunicações e ex-presidente do BNDES, diz que o Brasil precisa voltar a ter uma política econômica de direita, com um toque keynesiano. E o professor Mário Marconini, com a experiência adquirida em muitos anos de trabalho na OMC, em Genebra, sugere que no mundo de hoje o mais importante é a capacidade de competir internacionalmente. Por isso, propõe que o Brasil se preocupe menos com acordos multilaterais e pense mais na inserção em cadeias de valor mundiais.

No momento em que fechamos esta edição, chegamos mais notícias pessimistas da Europa, Estados Unidos e Japão. A Organização Internacional do Trabalho prevê que o nível de emprego pré-crise, nos países centrais, só será atingido novamente em 2018. Parece que a crise atual tornou-se endêmica e já há economistas que dizem que ela deverá ressurgir com força nos próximos anos, como se fosse uma praga do capitalismo. Não se deve esperar que as coisas melhorem para só então fazer o que é preciso.

Francisco Gracioso
Presidente do Conselho Editorial





E mais 88,440 imagens daquela cidade – aquela mesma, seu doidão – que se encaixariam perfeitamente aqui.

latinstock

IMAGENS PARA VOCÊ MONTAR A SUA.

Estude na unidade da ESPM mais perto de você:

a Unidade Sua Sala,
a Unidade Seu Quarto,
a Unidade Praça
da Esquina e a Unidade
Onde Você Estiver.



Com a Educação a Distância ESPM, a sala de aula é onde você estiver. Você tem o conteúdo de uma das melhores escolas do País, com aulas on-line e muito mais comodidade.

- Professor-tutor da ESPM, um profissional atuante do mercado
- Ambiente do curso com linguagem executiva da atualidade
- Interatividade com professor-tutor e entre alunos, por web conferência

Vagas abertas para Cursos de Atualização.

**Matricule-se
ligando para (11) 5081-8200**

**ou acessando
espm.br/ead**



Índice

O Estado e a economia

Ives Gandra da Silva Martins

O que fazer para equacionar o problema do baixo PIB e da inflação elevada no Brasil? O primeiro passo é eliminar as três grandes barreiras nacionais: o caos tributário; a burocracia escandalosa; e os pesados encargos trabalhistas

Página 20

O Brasil, assombrado

Monica Baumgarten de Bolle

A crescente desordem macroeconômica e a dificuldade de dar andamento à agenda de infraestrutura assombram o país, ameaçando-nos com o estigma do retrocesso. Até quando?

Página 26

A nova geografia da produção mundial

Mário Marconini

Nos últimos 20 anos, o Brasil se empenha em negociar acordos de livre comércio, mas não consegue estabelecer parcerias comerciais relevantes. A prática mostra que países como Japão e China não precisaram de acordos para se integrar

Página 30

Contra fatos não há argumentos

André M. Rebelo

No Brasil, o problema da competitividade não reside nas empresas ou em suas políticas internas, e sim na baixa competitividade da economia

Página 44



SHUTTERSTOCK

A miopia brasileira

Ricardo Sondermann

O liberalismo e o socialismo influenciam o exercício do capitalismo, com diferentes graus de liberdade e respeito aos cidadãos. É necessário um entendimento sobre como as ideologias podem efetivamente beneficiar a sociedade

Página 52

Aquém e além do público

Fernando Pandovani

A globalização provoca impactos sobre os mecanismos de governança e de regulação, que geram crises em situações de "deficit regulatório", explicadas ora pela ausência de Estado, ora pela ausência de mercado. O desafio regulatório pode estar relacionado ao precário

desenvolvimento de mecanismos de coordenação entre público e privado

Página 58

A face visível da mão invisível

Orlando Assunção Fernandes

Uma análise das origens e da base argumentativa do liberalismo ajuda a compreender as causas da crise econômica mundial, bem como evidenciar a necessidade de regulação dos mercados financeiros

Página 70

Escalado para o jogo, Brasil ainda não entrou em campo

Anna Gabriela Araujo

A um ano da Copa do Mundo, o Brasil tem seu desempenho

analisado dentro e fora dos campos. Enquanto a seleção pentacampeã tenta vencer a Copa das Confederações, a economia nacional ainda não conseguiu marcar nenhum gol, principalmente em partida no exterior. Segundo os economistas, o país precisa de um novo esquema tático

Página 74

A energia que move o mundo: estratégia e geopolítica

Marcelo Zorovich

O conceito de segurança energética ganha relevância na agenda política e econômica dos Brics, com o Brasil levando uma certa vantagem devido à grande quantidade de fontes de energia renováveis e à descoberta do pré-sal em território nacional

Página 82

Os Cavaleiros do Apocalipse

Jorge Lorenzo Valenzuela Montecinos

Uma análise da crise econômica mundial do ponto de vista da política internacional, das

escolas econômicas, das guerras e do terrorismo de Estado

Página 92

Eu quero o campo em casa...

Jose Luiz Tejon Megido

Pesquisa desenvolvida pela Abag, em parceria com a ESPM, apresenta a nova imagem do agronegócio brasileiro, com destaque para a percepção dos habitantes das principais metrópoles do país em relação à vida no campo

Página 100

Quer fazer parte do grupo? Entre na fila

Karin Ligia Brondino Pompeo

Tudo aquilo que consumimos comunica, aos outros, algo sobre nós. Até as marcas que não usamos ou criticamos também dizem muito a nosso respeito. Como esse fato nos aproxima dos grupos que pertencemos ou desejamos pertencer?

Página 110

Seções

Alumni ESPM

Se a vida manda quadrado, ele devolve redondo!

114

INSC | ESPM

Em bom estado de saúde!

120

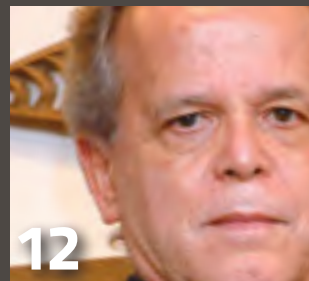
Leitura recomendada

126

Ponto de Vista

130

Entrevistas



Nós precisamos criar uma direita no Brasil

Luiz Carlos Mendonça de Barros



Tem de se conceder a Dilma o benefício da dúvida

Maílson da Nóbrega



A ameaça americana

Celso Ming



Luiz Carlos Mendonça de Barros

Profissão: economista e investidor
Formação: engenharia de produção e economia

Carreira: Começou como analista financeiro, corretor na Bolsa de Valores de São Paulo e, posteriormente, fundou o Banco Matrix. Foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ministro das Comunicações durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, é CEO e estrategista da gestora de fundos que ajudou a fundar em 2001, a Quest Investimentos.

Precisamos criar uma direita no Brasil

“**E**u sou keynesiano”, sentencia Luiz Carlos Mendonça de Barros, logo no início da entrevista, sentado na confortável poltrona do escritório-biblioteca de sua casa, em São Paulo. Fora de contexto, a frase pode soar como uma defesa prévia a qualquer pecha “neoliberal”, um adjetivo que Luiz Inácio Lula da Silva, eficientemente, tatuou na pele do rival tucano Fernando Henrique Cardoso, valendo a vitória petista nas eleições presidenciais de 2002. Mas basta olhar na estante a farta oferta de volumes de – e sobre – John Maynard Keynes, o economista britânico que revolucionou o pensamento econômico do século 20, para constatar que Mendonça de Barros fala com pura convicção. Seus livros revelam que a Grande Depressão de 1930 nos Estados Unidos e as consequências das grandes rupturas econômicas, como a onda totalitária que culminou na Segunda Guerra Mundial, estão presentes em seu pensamento. Imerso no estudo sobre os desdobramentos da crise de 2008, ele está otimista com os rumos do mercado mundial. “A crise está entrando em seus últimos capítulos”, assegura.

A trajetória deste doutor em economia pela Unicamp, que fez carreira no mercado financeiro, atingiu o auge durante o primeiro mandato de FHC, quando teve papel central nas políticas de estabilização e privatizações da década de 1990. De 1995 a 1998, presidiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e depois assumiu o Ministério das Comunicações. Seguindo a cartilha de Keynes, Mendonça de Barros acredita que o período de intervenção do Estado no Brasil para combater a crise já passou. Agora é o momento de deixar a iniciativa privada liderar os investimentos de que o país tanto precisa, sobretudo em infraestrutura. Mas bate duro no viés ideológico do PT, cujos efeitos, segundo ele, fizeram com que a primeira metade do governo Dilma andasse de lado.

Nesta entrevista, Mendonça de Barros mostra otimismo com a economia mundial e se entusiasma ao analisar o modelo keynesiano adotado pelo governo Barack Obama para sair da crise.

Por Arnaldo Comin

Foto: Divulgação

Arnaldo – *Lá se vão cinco anos desde a quebra do banco Lehman Brothers. As principais economias mundiais adotaram diferentes modelos para enfrentar a crise, algumas mais ortodoxas, outras nem tanto. Qual é o cenário agora?*

Mendonça de Barros – O que aprendemos com Keynes é que o capitalismo é um sistema econômico programado para o crescimento, só que de tempos em tempos entra em crise. E a crise aparece mais por falhas humanas do que por erro de programa do sistema. Essa é uma das principais mensagens de Keynes, e ele constatou isso num debate com os economistas clássicos, que tinham uma visão de que o capitalismo era um sistema praticamente perfeito e imune a crises. Para Keynes, é o melhor sistema econômico que existe em termos de geração de renda, mas traz alguns defeitos congênitos que precisam ser cuidados. Por exemplo, a tendência de concentração. É o mais eficiente na geração de riqueza, mas tem essa distorção. Então, os governos precisam estar atentos e criar políticas para diminuir essas diferenças. Não deve haver uma intervenção que leve a uma homogeneização das rendas, porque isso é anti-humano. O homem em sociedade é diferente, e temos de aceitar que algumas pessoas, pela sua qualificação, vão ganhar mais que outras. Mas isso não pode virar uma grande concentração. Por erros do ser humano, a ambição, por exemplo, entre uma série de defeitos inerentes ao ho-

mem, que em sociedade ganham uma dimensão sistêmica, você tem recorrentemente períodos de crescimento econômico e outros de recessão.

Arnaldo – *E estamos conseguindo combater esses erros humanos?*

Mendonça de Barros – Bom, Keynes vai mais longe e diz que, nesses períodos de recessão, por erros de política econômica, você pode transformar isso numa coisa mais séria, com recessões suaves e outras mais profundas. Se os erros forem muito grandes, você causa uma depressão. Então, precisamos de uma espécie de “Escala Richter” de recessões. Nessas escalas, o grande exemplo é a depressão de 1930. De certa forma, a crise de 2008 tinha todo o DNA para virar uma depressão também. Só que dessa vez foi diferente por duas razões principais. A primeira é que já se conhecia a depressão do ponto de vista teórico. Temos vários livros analisando por que a crise de 1930 foi tão violenta, além de uma lição dos riscos associados à depressão, que podem ter implicações políticas, como o surgimento do nazismo e aquele negócio todo. Hoje, você tem mecanismos de conhecimento na economia para identificar essas situações e propor o que fazer. Isso sempre associado aos governos. E há um segundo fator desta vez: por coincidência, Ben Bernanke, o presidente do Banco Central americano [Federal Reserve – Fed] era um economista teórico especializado na grande

depressão. Então, não só tínhamos conhecimento da depressão, mas o presidente do maior banco central do mundo era especializado nisso.

Arnaldo – *Mas Bernanke foi eficiente no combate à raiz da crise?*

Mendonça de Barros – Quando você teve a crise das hipotecas, que é uma crise keynesiana típica, do ponto de vista da ambição, voltou-se a discutir um certo classicismo econômico, de que o mercado se corrige por si só e que não se deve ter nenhum tipo de intervenção maior. Essa visão coincide com a era do Ronald Reagan e depois do George W. Bush. Só que houve uma eleição nos Estados Unidos logo no começo da crise e, como em toda democracia, no meio da crise ocorreu a troca de governo. Entraram os democratas, que são de um partido muito mais ativista em termos de política econômica do que os republicanos. Na prática, houve uma coincidência teórica, com o Bernanke no Fed, e política, com Barack Obama. E aí assistimos a uma intervenção agressiva. É interessante perceber que o conhecimento que se tinha desse tipo de crise estava desatualizado, vinha de um padrão de 50 anos atrás. Os instrumentos que se pensava existir não eram mais suficientes. Por isso, ao longo da crise, o Fed foi inovando na política monetária até chegar a essa inundação de dinheiro e juros lá embaixo.

Arnaldo – *Em que sentido esse conhecimento estava desatualizado?*

Mendonça de Barros – A crise desta vez foi muito séria, porque afetou o mundo todo. A economia hoje é mais interligada do que em 1930. Por causa disso, levou-se um tempo

O capitalismo é um sistema programado para o crescimento, só que de tempos em tempos entra em crise. E a crise aparece mais por falhas humanas do que por erro de programa do sistema

maior para compreender o problema. Normalmente, uma crise dessas dura dois anos, e já estamos no quinto. Como era algo mais grave, criou-se esse discurso de que era o fim do capitalismo. Foi uma leitura da esquerda. E aí apareceram também os arautos do caos, como o economista Nouriel Roubini. Mas quem conseguiu manter certa independência na análise percebeu que as coisas foram andando no sentido correto. De maneira que hoje você tem informações suficientes. Cito duas básicas. A mais importante é uma das armadilhas de situações como essas, que o governo é chamado a intervir na economia, com aumento dos gastos e, com isso, você eleva o deficit público. Como a recessão é muito forte, a receita do Estado cai e o endividamento do governo cresce muito. Pelo andar da carruagem das últimas décadas, já havia uma dívida interna grande das principais economias. Isso criou, pela primeira vez, uma imagem de que os governos não conseguiriam pagar as dívidas, o que adicionou mais um elemento nessa discussão. O que Keynes diz, e que seus seguidores infelizmente estão se esquecendo, é que essa ação do governo tem de ocorrer enquanto a demanda privada está afetada pela crise. Só que é difícil fazer essa retirada. Mas aí os Estados Unidos, de novo por um fator externo das decisões do governo, criaram uma solução para o problema.

Arnaldo – *Que solução foi essa?*

Mendonça de Barros – O Partido Republicano, que controla uma das casas do Congresso [Senado], numa luta agressiva com Obama, passou uma lei de sequestro de receita, que obriga a redução de gastos do gover-

Temos um dado novo, que é o Japão, que resolveu lutar contra a deflação e a estagnação. Se der certo, teremos três motores – os Estados Unidos, a China e o Japão – puxando a economia mundial

no. Só que a lei foi aprovada quando a economia já estava se recuperando e, segundo Keynes, já era hora de reduzir gastos mesmo. É difícil fazer isso numa democracia, porque o governo sempre é pressionado a aumentar o ritmo do crescimento econômico. Mas nesse caso foi mandatário por uma questão política. De maneira que o deficit público americano, que chegou a 10% do PIB, nesse ano já caiu para 4%, enquanto se esperavam 6%. Como aumentou o crescimento e houve esse corte de despesas, a recuperação foi mais rápida. Em 2014, os Estados Unidos já terão um deficit de 2,4%, o que é um índice de normalidade. A dívida vai se estabilizar em 70% do PIB, o que é aceitável. Desse ponto de vista os americanos saíram da crise.

Arnaldo – *Os Estados Unidos adotaram uma solução keynesiana clássica?*

Mendonça de Barros – Sem dúvida, mas adaptada ao arranjo institucional da economia mundial. Por isso, levou um certo tempo. O Bernanke começou com os mecanismos do pensamento keynesiano, a coisa não funcionava e ele foi obrigado a inovar. O governo também estatizou empresas. Então, a inteligência política de Obama levou a essas soluções.

Arnaldo – *Houve um fator extracampo na economia americana, a revolução do gás de xisto, que ajudou na formação de empregos. É um elemento importante?*

Mendonça de Barros – Isso vai ser importante daqui para frente. Mas é um dado microeconômico que, jogado nesse contexto da economia americana, não é nada. Sem dúvida, é uma revolução tecnológica e, como toda inovação desse gênero, terá impacto importante no futuro.

Arnaldo – *E a Europa, que partiu para soluções mais ortodoxas, está fadada a uma crise eterna?*

Mendonça de Barros – A Europa é um bicho político diferente. Hoje existem trabalhos interessantes dizendo que o problema é a complexidade do arranjo político aliada a um conservadorismo nacional muito grande dos países. O francês não quer abrir mão das 35 horas semanais de trabalho, enquanto o alemão não abre mão de sua paranoia com inflação. No fundo, a Europa virou um espaço velho, sem criatividade e inovação. Além disso, enfrenta um cenário de dívida muito sério, porque nos últimos dez anos muitos países cresceram à custa de endividamento. A Europa virou um pedaço da economia mundial que não funciona. Sob outro aspecto, com os Estados Unidos se recuperando, isso ajuda a China na mudança de seu modelo econômico. E temos ainda um dado novo, que é o Japão, que depois de décadas resolveu lutar contra a deflação e a estagnação. Se der certo, como aparentemente está dando, passaremos a ter três motores, os Estados Unidos, a China e o Japão, puxando a economia mundial.

Arnaldo – *Isso é suficiente?*

Mendonça de Barros – Para a Europa, menos, mas é muito importante para países emergentes, como o Brasil. A partir de 2014, vamos entrar em um desses momentos de crescimento acelerado, e aí tudo dá certo. Quando você tem o crescimento ajustado em vários países, a economia mundial consegue ir bem pela inércia.

Arnaldo – *Como o Brasil está inserido nesse contexto? O modelo de crescimento dos últimos dez anos está dando sinais evidentes de estafa.*

Mendonça de Barros – O primeiro problema é um certo esgotamento do modelo do Lula. Ele aproveitou a grande capacidade ociosa que havia na economia. Sempre lembro que, quando o Lula tomou posse, em 2002, o desemprego era de 12%. O crédito na economia era pequeno, o uso das estradas e portos não era como hoje. Ele navegou muito bem, só que não houve investimento público no país e o investimento privado ficou restrito por questões nacionalistas, a serviço da Petrobras, ou por intervenções do governo. Na prática, o Lula passou uma batata quente para a Dilma, porque toda aquela capacidade ociosa já tinha desaparecido, com o desemprego em 5,5%. O crédito bateu o teto do endividamento das famílias e a economia acabou perdendo a capacidade de crescimento. Num cenário

internacional ruim, imagine então o tamanho do problema. Mas, num quadro diferente a partir de 2014, é evidente que a economia brasileira tende a ter certa recuperação.

Arnaldo – *Só o cenário internacional é suficiente para a nossa recuperação?*

Mendonça de Barros – O governo precisa mudar o foco, entender que o problema está nos investimentos e que eles devem ser comandados pelo setor privado. E como estamos com um gargalo na infraestrutura, onde o governo domina, ele terá de aprofundar esse processo, chame ou não de privatização, concessões etc. A medida dos portos vai nesse sentido. A Eletrobras vai finalmente privatizar uma série de distribuidoras nas regiões Norte e Nordeste. No fundo, o governo não consegue sair de um labirinto ideológico e, como eles bateram tanto tempo na privatização, como agora vão defender? Mas o governo faz isso ou a economia não consegue deslanchar. O próximo presidente da República vai ter um bônus, de todo modo. Vai tomar posse com uma economia mundial muito mais favorável. Só que, se a Dilma for de fato reeleita, precisa mudar o entendimento dela.

Arnaldo – *A presidente insistiu num modelo estatizante na primeira metade do mandato e agora faz um esforço para abrir concessões em praticamente todas as frentes da infraestrutura. Essa virada demorou demais?*

Mendonça de Barros – Sim. Mas, mesmo tentando, ela não consegue. Porque ideologicamente há pedaços do governo que jogam contra. Ela mesma é contrária do ponto de vista ideológico, só que hoje está com uma percepção do que deve fazer. O problema é a armadilha política com que ela terá de lidar em 2014. Por esse motivo, eu não vejo uma expansão muito grande de concessões até o ano que vem. A Dilma sabe que será cobrada lá na frente. É um governo neurótico nesse aspecto. Sustenta uma leitura ideológica que já percebeu que está levando a lugar nenhum. Mas não tem capacidade de fazer uma autocritica efetiva e colocar a bola do outro lado do campo.

Arnaldo – *As privatizações serão novamente a grande discussão nacional das eleições, como ocorreu na era FHC?*

Mendonça de Barros – Esse tema voltará, sim. Essa é a discussão. Há coisas interessantes, como o relatório da Pnad [*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, do IBGE*], mostrando que onde mais cresce o uso da internet é nas faixas de renda mais baixa. Então, toda aquela crítica da privatização de que a telefonia era uma coisa antissocial é bobagem. Se há um setor em que as coisas andaram, foi esse. E se há essa crítica de problema nas linhas, é porque há muito telefone. Só que o governo não consegue fazer essa leitura e terá dificuldade em acelerar o crescimento.

O Lula navegou muito bem, só que não houve investimento público no país e o investimento privado ficou restrito por questões nacionalistas, a serviço da Petrobras, ou por intervenções do governo. Na prática, ele passou uma batata quente para a Dilma

Arnaldo – *Quais são os gargalos de competitividade mais graves do Brasil?*

Mendonça de Barros – O primeiro problema mais sério é que estamos no 11º ano de governo petista. E os princípios do PT estão sempre voltados para a economia fechada. Ainda temos uma economia extremamente protegida em alguns setores. Na indústria, percebemos que essa proteção leva a um quadro de apatia das empresas, da falta de criatividade combinada com a pressão de gastos. O poder dos sindicatos é grande. O modelo desses 11 anos cria uma pressão de custos insuportável para os setores de comércio, que são os que competem com os produtos importados. O setor de serviços não tem problema. O sujeito pode pagar uma fortuna para cortar o cabelo, mas não vai pegar um avião e buscar serviço fora por causa disso. A indústria está diminuindo de tamanho e, o que é pior, perdendo qualidade e competitividade – um pouco pela ineficiência dos empresários muito protegidos e bastante pela estrutura equivocada de custos. Hoje, a indústria representa apenas 10% do PIB, diminuiu muito. E também tem a questão da forma como o Mercosul está estruturado. Em vez de ser uma proteção, é uma amarra. Um novo debate terá de surgir. O próprio Edmar Bacha, que é um economista do Plano Real, propôs um Plano Real da indústria, que no fundo é um grande debate nacional para ver como a gente sai dessa situação. Agora, essa é uma discussão que deve ser levada pelo governo, que concentra um poder muito grande no Congresso. Mas eles não conseguem, têm uma leitura oposta. Eles têm uma saudade mal contida do regime militar, que fechou a economia como

No fundo, o governo não consegue sair de um labirinto ideológico e, como eles bateram tanto tempo na privatização, como agora vão defender?

um todo e agora querem esquecer os resultados terríveis que essa política teve no passado.

Arnaldo – *Desde a abertura de mercado, do Collor até agora, nenhum presidente conduziu uma reforma tributária. Vamos sair dessa armadilha um dia?*

Mendonça de Barros – Acabamos saindo, mas é muito difícil. Primeiro, porque temos um sistema tributário muito centralizado, em que os Estados só têm praticamente o ICMS [*Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços*] para arrecadar, e aí se criou um mecanismo em que as coisas só mudam por unanimidade. Como dizia o nosso filósofo Nelson Rodrigues, toda unanimidade é burra. Depois, tem os gastos do governo federal, que são elevados. Para se ter uma certa responsabilidade fiscal, é preciso um nível de arrecadação altíssimo, o mais alto do mundo emergente. A nossa carga tributária é de 35% do PIB. Até 25%, você consegue arrecadar com impostos normais. Os outros 10% são impostos antieconômicos, antimercados. Então, temos de reduzir os gastos do governo. Mas não será no governo Dilma e com esse pessoal do PT que isso vai acontecer.

Arnaldo – *De todo modo, nenhum presidente entrou no Congresso com uma pauta ampla de reforma tributária. O nosso modelo institucional, da maneira como opera o Congresso, permite que isso ocorra em algum momento?*

Mendonça de Barros – O modelo permite, sem dúvida. O problema é que isso nunca foi prioridade. O Fernando Henrique tinha lá uma agenda muito carregada e introduziu um pedaço da coisa, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, para mudar isso, precisamos de um governo que trate o tema como prioridade. Não é o governo do PT, que acredita que governar é gastar. Então, será preciso uma alternância de poder. Até lá, vamos com uns remendinhos vagabundos.

Arnaldo – *Entrando nas eleições, o senhor vê diferenças claras de plataforma econômica entre os três candidatos mais fortes até o momento, Dilma, Aécio Neves e Eduardo Campos? Há diferenças ideológicas palpáveis?*

Mendonça de Barros – Entre o Aécio e a Dilma há claramente uma diferença. O neto do Miguel Arraes, o Eduardo Campos, ainda precisa dizer a que veio, está em cima do muro. O slogan “Posso fazer mais” quer dizer o seguinte: “Eu acho que a Dilma está certa, mas eu posso ser melhor”. Não há uma mudança de visão ideológica. Então, temos um debate de novo entre os tucanos, que têm uma diferença de visão da economia, e o PT.

Arnaldo – *E como o PSDB deve trabalhar sua imagem para as eleições? As privatizações, que foram uma característica marcante da era FHC, ficaram escondidas nas últimas campanhas.*

Mendonça de Barros – É preciso dizer isso: o modelo [do PT] se esgotou. Houve mérito, mas o modelo já deu. A inflação e o baixo crescimento são exemplos disso. O problema é que o grosso do eleitorado ainda está numa boa. A renda ainda vai bem, há emprego, então fica difícil associar uma coisa com outra. Mas isso é o que ele [Aécio] tem de fazer.

Arnaldo – *Que diferença o senhor vê do BNDES do seu tempo para agora?*

Mendonça de Barros – O BNDES daquele tempo era visto como um elemento auxiliar do mercado para o crescimento. O banco se colocava como uma alavanca do setor privado para que ele andasse. Agora é o oposto: o governo é a alavanca e o setor privado é chamado a participar, dependendo da visão do Estado. É uma mudança de 180 graus. O setor privado é colocado como uma questão secundária.

Arnaldo – *Os bancos também não estão investindo pouco no setor produtivo?*

Mendonça de Barros – Mas hoje há acesso ao mercado. O BNDES não deve ser usado como salvação da lavoura. Hoje, estamos num momento baixo de investimento de capital porque o setor privado olha outras coisas além da disponibilidade de dinheiro. E tem mais: o BNDES é finito, a economia brasileira é muito maior do que a capacidade financeira dele. É um erro de postura a forma como estão utilizando o banco.

A nossa carga tributária é de 35% do PIB. Até 25%, você consegue arrecadar com mecanismos de impostos normais. Os outros 10% são impostos antieconômicos, antimercados

Arnaldo – *Mas é fato que o governo está tentando criar novas concessões de rodovias, ferrovias, portos e outros setores da infraestrutura. Os empresários reclamam que o problema não é captação de dinheiro, mas a modelagem desses projetos. Quem está errado nessa história?*

Mendonça de Barros – É a ideologia. Porque a Dilma e boa parte do governo são contra. Então, ficam regulando a taxa de retorno do empresário e não veem que o melhor benefício é a taxa de retorno que a sociedade tem com esses investimentos. Nas estradas, você fica brigando para dar um retorno de 5% [o governo já subiu para 7,5%]. Mas pode ser 9% ou 10%, desde que a estrada funcione. Eu dou sempre o exemplo da rodovia Castelo Branco, de São Paulo. Em Alphaville, até queimaram pneu, mas hoje ninguém fala mais nisso. Porque o ganho é evidente. Antes havia quatro pistas de cada lado, agora são oito faixas. O usuário prefere pagar R\$ 3 ou R\$ 4 e ter uma estrada que funciona. Então, a única explicação que tenho é a ideologia. Vai se criando empecilhos para o setor privado. Uma taxa de 5% de retorno por 30 anos, qualquer tipo de título público paga isso. Deixa livre! Você fixa um preço mínimo, um preço máximo, e deixa a concorrência agir. É uma má vontade terrível, várias pessoas importantes do governo são contra isso. Agora mesmo, o governador do Rio Grande do Sul [Tarso Genro], que é petista, retomou todas as concessões.

É claro que há concessões que foram malfeitas, mas não é bem assim. Em São Paulo, eles estão querendo criar uma terceira pista na Anhanguera, porque isso ajuda a aumentar o fluxo da rodovia e dá mais retorno.

Arnaldo – *O senhor gostou da nova modelagem para os portos?*

Mendonça de Barros – Eu nem entrei em detalhes, mas melhor do que estava com certeza vai ficar, o desenho vai no sentido correto. Até porque hoje é um escândalo essas filas nos portos. Qualquer país decente derrubaria o governo. Você tem uma economia agrícola como a nossa, uma supersafrã e perde produção por falta de estradas e portos. Isso é um absurdo.

Arnaldo – *Onde há espaço para mais privatizações no Brasil?*

Mendonça de Barros – No setor elétrico. As distribuidoras estão indo para a mão de empresas espanholas. Isso acontece em todo o mundo. É possível, desde que você dê uma taxa de retorno adequada. Mas aqueles espaços clássicos, como a Telebras e a CSN, não existem mais. Isso já passou.

Arnaldo – *Tanto no governo FHC quanto agora, houve sempre a preocupação em fortalecer grandes empresas. Até que ponto isso é bom para o Brasil?*

Mendonça de Barros – É importante, sem dúvida, ter empresas maiores com mais capacidade de absorção de tecnologia. Agora, isso precisa ser uma coisa natural e certamente não é com frigoríficos. Qual é a vantagem de termos o maior frigorífico do mundo? Zero! Agora, uma grande empreiteira é diferente. Ter uma Camargo Corrêa,

uma Odebrecht, é importante. Elas constroem usinas. Quando estive no BNDES, o banco apoiou a construção da usina de Três Gargantas na China, porque essas empresas tinham participação no projeto. O Estado tem um papel importante para jogar, desde que respeite o setor privado.

Arnaldo – *Como o Brasil pode se reintegrar numa cadeia de valor global de forma mais benéfica para o nosso desenvolvimento?*

Mendonça de Barros – Essa é uma questão complexa. Eu sempre fujo dessa pergunta dizendo que a minha geração já deu a contribuição que poderia dar, que foram a estabilidade, as privatizações. Agora temos outra agenda, que é como o Brasil pode se integrar competitivamente neste novo mundo global. E o fato é que estamos muito atrasados. Só que não temos ainda um diagnóstico comum. Veja, a estabilidade econômica foi obtida porque durante 15 ou 20 anos se discutiu isso a fundo. Não temos o mesmo amadurecimento ainda sobre este assunto. Ele está muito verde ainda. E eu, com meus 70 anos, não me sinto muito animado a participar.

Arnaldo – *O senhor comentou sobre o Mercosul. Como podemos alcançar uma agenda comercial mais atraente?*

Mendonça de Barros – O Mercosul foi uma tentativa brasileira de criar um espaço econômico comum. Visto agora, foi um erro. Foi ambicioso demais criar uma união aduaneira com países tão diferentes. Caímos no mesmo conto do vigário da Europa, que é integrar países tão distintos. E esse problema piorou quando o Lula quis fazer do Mercosul um projeto po-

Entre o Aécio Neves e a Dilma há claramente uma diferença [ideológica]. O neto do Miguel Arraes, o Eduardo Campos, ainda precisa dizer a que veio. Está em cima do muro

lítico. Como é que se pode incluir um país como a Venezuela? O liberalismo exagerado tem as sementes tão graves quanto o intervencionismo. E foi o liberalismo que originou o Mercosul. Unir todo mundo foi um fracasso, por isso estamos amarrados. Não temos como fazer acordo com ninguém e ficamos presos com um monte de países de vagabundos. É a verdade! O único país que tinha um certo dinamismo, a Argentina, também caiu na armadilha política. Estamos num ambiente comum que não funciona e não podemos fazer acordos com outros países. Esta agenda microeconômica do Brasil vai dar muito trabalho ainda.

Arnaldo – *A revista The Economist sustentou uma capa dizendo que o mundo precisa de mais (Margaret) Thatcher. O Brasil também?*

Mendonça de Barros – De maneira nenhuma. A Thatcher deu na crise que estamos vivendo. O que o Brasil precisa é de um projeto, um partido de centro-direita. Precisamos criar uma direita no Brasil. Mas não uma direita histórica. O Estado de São Paulo traz um pensamento de direita que para mim faz sentido. Mas com certeza não o da Thatcher. Ela foi eficiente para romper aquela armadilha do trabalhismo inglês. Mas não estamos nessa situação. Precisamos de um espaço à direita no espectro político para que se tenha um debate mais organizado e se possa oferecer ao eleitor opções. Hoje, nós só temos um

espectro de centro-esquerda, e isso não é positivo do ponto de vista do debate político.

Arnaldo – *O senhor continua otimista. Quanto o Brasil vai crescer?*

Mendonça de Barros – Do jeito que estamos hoje, de 2,5% a 3% ao ano nos próximos anos. Mais do que isso, só com uma grande mudança na agenda que faça essas reformas todas, principalmente as microeconômicas.

Arnaldo – *Como está o seu projeto dos caminhões chineses na Bahia? O Brasil ainda é um lugar bom para se investir?*

Mendonça de Barros – Claro que dá para investir em indústria. O projeto está andando bem, principalmente porque é um parceiro vencedor. É o maior fabricante de caminhões da China. Tem sido um processo interessante, porque já estamos trabalhando juntos há três anos e, evidentemente, hoje já temos um grau de confiança mútua muito grande. Hoje, eles entendem melhor o que é o Brasil. Deu muito trabalho para explicar, mas eles estão aprendendo (*risos*). A experiência é muito boa, há uma troca grande entre nós. Aqui, por exemplo, há um peso muito grande do pós-venda, que lá na China não existe. Essa diferença de visão é muito rica. E realmente a China é um dos grandes polos econômicos do futuro. Não tenha dúvida de que é uma aproximação importante.





Manifestantes fazem passeata em Brasília no Dia da Independência para protestar contra a corrupção no país, com uma bandeira cujo slogan era "educação é progresso" no lugar de "ordem e progresso"

LATINSTOCK

O Estado e a economia

Caos tributário, burocracia esclerosada e pesados encargos trabalhistas são as três barreiras que o Brasil precisa superar para equacionar o problema do baixo PIB e da alta inflação

Por Ives Gandra da Silva Martins

O Estado é sempre um mau empresário. A empresa estatal é, normalmente, um cabide de empregos para justificar salários mais elevados e acomodar aliados. Os burocratas e políticos do Executivo, via de regra, complementam seus vencimentos com cargos que assumem em conselhos criados para este fim e onde o que menos importa é a qualificação técnica dos que venham a ocupar as vagas de conselheiros.

Por essa razão, a empresa estatal raramente é eficiente e, quando o é, não poucas vezes, os detentores do poder de ocasião procuram retirar-lhe eficiência para projetos pessoais ou de política econômico-financeira, quando não como mera forma de conquistar aliados e alargar aspirações políticas.

A Petrobras e a Eletrobras são típicos exemplos de empresas que deixaram de lado seu objetivo empresarial, que, sem ser brilhante, era razoavelmente administrado, para se tornarem instrumentos de política financeira de governo no intento de controlar a inflação pelo equivocado caminho do ajuste de preços.

Desde o Código de Hamurabi a repressão de preços para conter a inflação é um fracasso. O Édito Máximo, do imperador Caio Diocleciano em 301, ostentou monumental insucesso dessa forma de inibir a deterioração do valor da moeda pelo controle de preços. Alguns historiadores admitem que esse foi um dos fatores que o levaram à renúncia.

Argentina e Venezuela pagam o preço pelo caminho errado do controle de preços como forma de combater a inflação. Por essa razão, amargam-na na casa dos 25% ao ano, pelo menos.



LATINSTOCK

Os encargos trabalhistas cada vez mais pesados impedem que ganhemos poder de concorrência, principalmente perante os Brics

Uma das formas de se combater a inflação é pelo controle da demanda, com aumento dos juros. Na “teoria do juro”, de Irving Fischer, dizia ele que a melhor forma de se conter a impaciência de gastar é gerar a oportunidade de investir. Juros negativos geram a impaciência de consumo. Guardar dinheiro que se nivela ou fica abaixo da inflação é a melhor alavanca para o gasto. Embora a inflação de demanda seja consequência, não poucas vezes, de um mercado comprador maior que o vendedor, dá-se também quando estão nivelados os dois polos, mas a avalanche consumista está em alta.

A outra forma de combate à inflação é reduzir o custo da máquina administrativa. Steven Benjamin Webb, no livro *Hyperinflation and stabilization in Weimar Germany* (Oxford University Press, 1989), mostra que a pressão do Estado como gerador da inflação é que levou, mais do que os outros fatos, à hiperinflação alemã, estancada apenas pelo plano de marco forte, em 15 de novembro de 1923.

No Brasil, nenhum dos dois instrumentos tem sido utilizado, na era Dilma. O relaxamento das contas públicas, com maquiagem naquelas de 2012, para se ter a ilusão de que se atingira a meta fiscal, e a discussão, para 2013, de novas regras para flexibilizar o conjunto de metas que foram obtidas nos governos anteriores são elementos que sinalizam ao mercado que a inflação não está sob controle como apregoam os arautos do governo.

Acresce-se, na realidade brasileira, uma certa antipatia da presidente à palavra “lucro”, que a levou, nos dois primeiros anos, a limitar a rentabilidade das empresas nas licitações federais, com desistência das mais conceituadas em participar dos certames, e a simpatia inequívoca aos governos do polo bolivariano, ao ponto de suportar, estoicamente, todas as ofensas e injúrias econômicas, sem reação.

Em vez de o Brasil negociar com as grandes potências, no nível de potência que adquiriu, prefere continuar a sofrer os agravos de seus parceiros, que são tanto mais agressivos quanto mais passivas sentem as autoridades brasileiras. É de lembrar que, enquanto todos os países tentam, nos tratados bilaterais, implementar o comércio exterior, o Brasil, pela autopunição que se impôs ao aderir ao Mercosul – de resto não respeitado por seus parceiros –, firmou apenas três acordos insignificantes, estando a perder, vergonhosamente, a maratona da competitividade mundial, por escassez de vontade e competência e excesso de decisões equivocadas.

Não sem razão, os dois primeiros anos do governo Dilma se caracterizaram por um baixíssimo PIB e por uma altíssi-

ma inflação, que, no mês de março, superou o teto da meta estabelecida em 6,5% ante um ponto de equilíbrio de 4,5%.

Não deve ser esquecida, por outro lado, a face negra do império brasileiro, em que, dos 32 partidos existentes no Brasil, a presidente necessita do apoio da maioria para governar, o que a obriga a concessões políticas cada vez maiores, reduzindo a eficiência do Estado a um aparelhamento para acomodação dos aliados e seus apaniguados. Não encontrei em nenhum filósofo a existência de 32 modelos políticos distintos, na sua concepção global.

Deve-se lembrar, também, o custo Brasil provocado pelo caos tributário e pela demagogia trabalhista, que gera, nos superencargos às empresas, desestímulo à produção e a busca de outros mercados, para investidores nacionais e estrangeiros.

Diziam os jornais da época, quando Marx fixou-se em Londres, já conhecido pelo seu mau humor contra as empresas e pelas suas teses revolucionárias de liquidação dos capitalistas e do capital, que era “um bom cidadão para qualquer outro país que não aquele que no momento estivesse vivendo” (John Kenneth Galbraith, em *A era da incerteza*, Editora Thomson Pioneira, 1998).

Muitos se desinteressam de aqui investir, pois seus interesses são preservados de melhor forma em qualquer outro país que não o Brasil, apesar de toda nossa potencialidade.

O caos tributário está na superposição de tributos sob o mesmo ou semelhante fato gerador (circulação de bens), como IPI, ICMS, ISS, Cofins, PIS, Cides, Imposto de Importação e Imposto de Exportação, muito embora os dois últimos sejam típicos tributos regulatórios de mercado e de alavancagem à proteção da produção nacional.

A regionalização do ICMS, desde 1967, gerando uma guerra fratricida entre os Estados, que nem o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), ao considerá-la inconstitucional, conseguiu atalhar até agora, foi um desastre. A proposta que levei, nas diversas audiências públicas no Congresso Nacional para federalizá-lo, com partilha da receita entre as entidades federativas, compactação com o IPI e ISS, deixando a arrecadação por conta dos Estados para que a redistribuam por ter melhor máquina de arrecadação, foi sempre rejeitada. Aos Estados interessa esse caos fiscal, em que a fraqueza do STF e a inoperância da União em políticas regionais permitem que, há 25 anos, incentivos ilegais sejam concedidos, gerando uma fantástica descompetitividade entre as entidades federativas.

E as soluções apresentadas, mesmo aquelas que circulam no Parlamento, são insuficientes para equacio-

Até Hamurabi, o rei da Babilônia, desconsiderou a hipótese de reprimir os preços para conter a inflação em suas 282 leis talhadas numa rocha no século 18 a.C.



LATINSTOCK

nar o problema, sendo que as 12 propostas de emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias e resoluções que a nossa comissão, nomeada pelo Senado, apresentou no dia 30 de outubro de 2012, continuam repousando, serenamente, nas gavetas do Senado!!! Foi completamente desperdiçado o trabalho dos 13 – Nelson Jobim (presidente), Everardo Maciel (relator), Bernard Appy, Bolívar Lamounier, Fernando Rezende, Ives Gandra Martins, João Paulo dos Reis Velloso, Luís Roberto Barroso, Manoel Felipe Rêgo Brandão, Marco Aurélio Marraffon, Michal Gartenkraut, Paulo Barros Carvalho e Sergio Roberto Rios do Prado –, que, “pro Bono”, apresentaram vetores para uma solução.

Os encargos trabalhistas cada vez mais pesados impedem que ganhemos poder de concorrência, em relação aos países com encargos inferiores e, principalmente, perante os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em que são menores e, muitas vezes, bem menores.

Por fim, essa visão de que cabe ao Estado controlar a economia, e não apenas dar condições de expansão para quem sabe atuar, que é a sociedade, torna o engessamento de suas virtualidades uma realidade negativa, com o poder atuando mal e prejudicando mais do que auxiliando a “performance” dos agentes econômicos.

Na economia, quando o Estado não atrapalha, já desempenha um excepcional papel. Quando atrapalha pouco, o

país pode crescer. Quando atrapalha muito, o resultado são os dois anos de baixo PIB e alta inflação. Num país em que a política do ministro da Fazenda resume-se em baixar o IPI, Cofins e PIS para controlar a inflação e mexer no IOF visando intervir na política cambial, sem, todavia, haver um planejamento a curto, médio e longo prazos para ganharmos competitividade empresarial, tecnológica e logística, a posição do Brasil é de retrocesso e de afastamento das demais nações, como alertou Christine Lagarde, presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nesse particular, o governo Lula, que seguiu rigorosamente a política do governo Fernando Henrique Cardoso no que diz respeito à economia, com o triplice controle (metas de inflação, câmbio flexível e superavit primário), foi muito mais pragmático que o governo Dilma, que, de rigor, sem o dizer expressamente, começa a abandonar os três fundamentos bem-sucedidos da economia de 1994 a 2010.

Comparado ao pragmatismo de Lula, menos culto, mas mais sensível à realidade brasileira e mundial, o ideologis-

Estamos assemelhando-nos aos modelos malsucedidos de Venezuela e Argentina e perdendo terreno para outros países

Christine Lagarde,
presidente do FMI:
“A posição do Brasil
é de retrocesso e de
afastamento das
demais nações”



LATINSTOCK



Impostômetro, da Associação Comercial de São Paulo, registra o peso da carga tributária do Brasil

LATINSTOCK

Na economia, quando o Estado atrapalha muito, o resultado são os dois anos de baixo PIB e alta inflação

mo de Dilma, mais culta, mas menos pragmática – e, neste particular, menos humilde que Lula –, tem estrangulado os caminhos que o Brasil seguiu e que outros países como México, Índia, China, Rússia, Chile e Colômbia têm seguido, apesar da crise mundial. Estamos assemelhando-nos aos modelos malsucedidos de Venezuela e Argentina e perdendo terreno para os países retrocitados que, apesar de terem menos condições de desenvolvimento que o Brasil, dão saltos de qualidade e adaptação aos desafios da modernidade, que o estamento estatal brasileiro não permite dar, com as suas três fantásticas barreiras: caos tributário e carga superior à de nossos concorrentes; burocracia esclerosada e geradora de obrigações inúteis que entravam o desenvolvimento; e encargos trabalhistas maiores do que os de países emergentes que conosco concorrem.

Todas essas considerações objetivam mostrar que, se não houver alteração do rumo da política governamental – parece haver alguma sinalização nesse sentido, como aumento da margem de lucro nas licitações federais –, certamente asseguraremos mais um ano de baixo PIB e

volta da inflação, com o inconveniente de que o modelo de estímulo ao consumo parece dar sinais de esgotamento.

Creio que uma reforma tributária simplificadora e uma desburocratização das exigências sobre o cidadão, com redução da máquina administrativa, seria um bom começo para recuperar o poder de competitividade das empresas brasileiras, de mais a mais sufocadas pela complexidade de uma legislação tributária tão caótica, que termina por gerar autos de infração fantasmagóricos, e uma assustadora insegurança jurídica para qualquer que seja a operação de fortalecimento das empresas com fusões, incorporações, cisões ou criação de novas tecnologias, empreendimentos ou produtos.

Se não começarmos por cortar, significativamente, os nós górdios da nossa insuficiência governamental, da nossa burocracia, do nosso confuso sistema tributário e do peso da nossa legislação trabalhista – mais ideológica do que voltada ao interesse dos trabalhadores –, certamente veremos outros países passando-nos à frente, pois estaremos caminhando, a passos largos, para o avanço do retrocesso.

Ives Gandra da Silva Martins

Advogado, professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra. É presidente do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio)

O Brasil, assombrado

O governo Dilma tem se destacado pelo desespero em resgatar a economia dos “pibinhos” sucessivos e da inflação resistente. A crescente desordem macroeconômica e a dificuldade de dar andamento à agenda de infraestrutura assombram o Brasil, ameaçando-nos com o estigma do retrocesso. Até quando?

Por Monica Baumgarten de Bolle

A paciente telefona para o médico, apavorada. Repentinamente, ela passara a ver pessoas por toda parte, luzes, cores e objetos. O pavor tinha fundamento. Afinal, ela estava completamente cega havia muitos anos. É com esse relato que o psiquiatra e escritor anglo-americano Oliver Sacks inicia o seu mais recente livro, intitulado *A mente assombrada* (Companhia das Letras, 2013).

A síndrome, relativamente rara que acometera a velha senhora, se chama “doença de Charles Bonnet”, em homenagem ao botânico e naturalista suíço que a identificou em 1769. Assim como a paciente do Dr. Sacks, Charles Bonnet perdera a visão ao envelhecer e passara a sofrer com as alucinações visuais que iam e vinham. As vítimas da síndrome geralmente reconhecem que seus sintomas são irreais, fruto de um distúrbio da mente. Ao que parece, esse não é o caso das autoridades brasileiras.

A crise de 2008 e seus desdobramentos – as ações inusitadas de política econômica, as turbulências po-

líticas nos países centrais, a desordem que impera no debate macroeconômico – enturveceram a visão dos líderes mundiais. Fomos todos arremessados à cegueira. Contudo, embora as autoridades brasileiras não tenham escapado da densa névoa que encobriu a visão de todos, impedindo a capacidade de enxergar e planejar à frente, até 2011 o país fora beneficiado pelas ações inéditas dos países centrais. Os estímulos monetários e fiscais adotados por Estados Unidos, Europa e China perpetuaram um quadro externo favorável que tivera início em 2004, quando o Brasil começou a colher os frutos da estabilização macroeconômica continuada pelo presidente Lula, da alta dos preços das exportações brasileiras nos mercados internacionais e da farta disponibilidade de recursos estrangeiros para o país.

Apesar da cegueira, fomos ainda capazes de tatear no escuro com alguma destreza entre 2008 e 2010 – a economia se recuperou rapidamente da recessão que sobreveio da crise internacional e a inflação subiu relativamente

pouco, auxiliada pela valorização da moeda brasileira.

Em 2011, tudo mudou. Os Estados Unidos foram forçados a reconhecer a necessidade de promover um forte ajuste fiscal para equacionar as contas públicas depois das operações de salvamento bancário e de resgate macroeconômico de 2008 e 2009. O embate entre Republicanos e Democratas sobre a forma de fazê-lo culminou na desastrosa discussão fiscal que levou à perda da classificação de risco AAA da economia americana. A crise da zona do euro se alastrou pelo continente, engolfando as principais economias da região. A China, preocupada com a dependência de suas exportações do eixo EUA-Europa, deu início a um intrincado processo de modificação das fontes de crescimento que ainda não terminou. A intenção dos chineses em transitar de um modelo de crescimento baseado em investimento e exportações para outro, fundamentado no consumo doméstico, implicou uma desaceleração do país asiático que tem se revelado mais rápida e profunda do que se

supunha. O resultado é que os preços das exportações brasileiras deixaram de ser impulsionados e a demanda global por matérias-primas industriais, nosso carro-chefe, diminuiu sensivelmente. Os reflexos dessa mudança de rumo começam a despontar na balança comercial do país e nas previsões pessimistas para o deficit externo.

Diante das evidências que se avolumavam de que o Brasil não seria capaz de retomar o ritmo de crescimento que vigorara até o final do governo Lula, a presidente Dilma iniciou o seu mandato com a clara intenção de promover a atividade, ainda que o cenário externo tivesse se tornado hostil, ao contrário do que ocorrera durante a maior parte da administração do seu antecessor. No começo, houve boas intenções. O governo reconheceu a necessidade de frear o aumento do gasto público, foi capaz de aproveitar um momento auspicioso para modificar as regras da caderneta de poupança, que impediam uma redução maior dos juros brasileiros, lançou uma agenda ambiciosa para a área de infraestrutura e resolveu pôr em marcha uma

reforma tributária com o objetivo de diminuir a carga de impostos que tanto onera as empresas brasileiras. Diante dos entraves políticos, não havia espaço para uma reforma abrangente. O governo, portanto, se decidiu pelo pragmatismo, ao enveredar pelo caminho das desonerações setoriais.

A despeito das boas intenções, a condução das políticas nas diversas áreas deixou a desejar. A política monetária se tornou confusa, em parte como um reflexo do debate convoluto que se dava nos principais centros financeiros internacionais. Mas também porque o governo modificava o arcabouço do regime de metas sem reconhecer essas mudanças, publicamente. A inflação deixou de ser o foco único e principal da política de juros – o crescimento econômico foi acrescentado como um objetivo adicional. As ações na área de infraestrutura introduziram incertezas regulatórias em setores estratégicos, como o elétrico, além de controles de preços funestos, como os que ainda vigoram no setor de óleo e gás, desbastando a competitividade dos biocombustíveis. A dificuldade de controlar o gasto público e a redução das receitas provenientes das desonerações fragilizou as contas públicas e induziu o governo à opacidade fiscal: a contabilidade criativa que prejudica a mensuração do superávit primário, os repasses contínuos do Tesouro para o BNDES, que não aparecem nas estatísticas da dívida líquida como proporção do PIB, as propostas mais recentes de retirar as desonerações das metas fiscais e de antecipar recebíveis do governo para custear fundos que estão fora do orçamento público, como a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), criada para compensar as empresas do setor elétrico pelas mudanças de marco regulatório.

O reflexo da bagunça na gestão macroeconômica e na condução das políticas estruturais tem sido uma sequência de resultados frustrantes para a atividade – os chamados “pibinhos” –, acompanhados de uma inflação cada vez mais resistente e entranhada. Uma inflação que já começa a vitimar alguns dos objetivos mais caros para o governo Dilma: o crescimento da renda das famílias e a expansão sustentada do consumo.

As ações desenfreadas do governo brasileiro, as tentativas de extrair a força uma melhora da atividade, intervindo diretamente nas decisões do setor privado, junto com a fragilidade macroeconômica, têm dificultado a volta do investimento, sem o qual não seremos capazes de suplantar os “pibinhos”. Persiste, no governo, a cegueira, a sensação de que as autoridades ainda serão capazes de resgatar a economia do marasmo por meio das mesmas políticas que, até agora, se mostraram não só inúteis, como também perniciosas. Em vez de ser apaziguada, cresce a desconfiança entre o setor privado e o governo. Enquanto as empresas se mostram cada vez mais atordoadas com o custo Brasil, que não cai – os salários que aumentam acima da produtividade do trabalhador, a carga fiscal que ainda é muito elevada, apesar das desonerações, a infraestrutura débil e os programas inertes, incapazes de serem executados por ministérios e agências públicas aparelhadas por necessidades políticas, e não pelo mérito do conhecimento e da qualificação para destravar a agenda de desenvolvimento –, o governo insiste em intervir no funcionamento dos mercados. Mexe nas tarifas de energia, nos *spreads* dos bancos, pensa que é a ganância dos empresários que impede a redução dos preços. É cego para a compressão de margens do setor corporativo que resulta do custo Brasil. Quer perpetuar o aumento do emprego e da renda a qualquer custo, sem perceber que isso emperra cada vez mais uma economia que está assombrada pelos fantasmas do passado – a imprudência fiscal, a concessão exagerada do crédito público, a perda de credibilidade monetária, a desconstrução institucional.

Não é só o empresário brasileiro que está ressabiado com a cegueira e com as crescentes alucinações do governo brasileiro, refletidas nas medidas frenéticas e desconjuntadas. Crescem, também, a cautela e o receio do investidor estrangeiro. E isso é preocupante. Somos um país que poupa pouco. Nossa taxa de poupança, de míseros 15% do PIB, não é capaz de financiar os investimentos que aumentariam a capacidade de oferta da

Não é só o empresário brasileiro que está ressabiado com a cegueira e com as crescentes alucinações do governo brasileiro, refletidas nas medidas frenéticas e desconjuntadas. Crescem, também, a cautela e o receio do investidor estrangeiro



DIVULGAÇÃO

O ex-presidente Lula, sua esposa Marisa, a presidente Dilma Rousseff e membros do Partido dos Trabalhadores comemoram os 10 anos do PT no governo com festa, propaganda na TV, lançamento de livro e seminário itinerante

economia e a fariam voltar a crescer. Na área de infraestrutura, por exemplo, dependemos do capital externo para avançar nos diversos projetos propostos pelo governo, de rodovias a aeroportos e portos. No entanto, o investidor estrangeiro está desconfiado da capacidade de gerenciamento econômico do governo, com as mudanças de regras regulatórias, com a sustentabilidade do regime cambial. A paralisia interna e a relutância externa aumentam diante da antecipação da campanha eleitoral de 2014, das evidências de que o governo não mudará de rumo antes das eleições.

Diante disso, vamos dando os retoques finais em um quadro desalentador, um quadro de oportunidades perdidas. Tivemos oito anos – de 2003 a 2010 – de bonança externa, um período em que poderíamos ter usado a fartura de recursos estrangeiros para transformá-la em ganhos duradouros para o país. Poderíamos ter melhorado a infraestrutura, impedindo que a indústria sofresse como tem sofrido, o que, por sua vez, teria nos poupado do retorno das velhas

políticas protecionistas que nada de bom trazem para o país. Poderíamos ter pensado um pouco mais sobre a modernização da indústria brasileira, sobre a sua inserção nas cadeias globais de produção. Poderíamos ter nos engajado mais abertamente no comércio, buscando acordos com outros países, sobretudo na América Latina. Não fizemos nada disso. A janela de oportunidade se foi.

Ficamos, pois, como a paciente do Dr. Oliver Sacks, sofrendo de surtos alucinatórios esporádicos em que nos imaginamos ser capazes de resgatar o crescimento chinês de 2010 – os 7,5% – por meio de políticas velhas e desgastadas.

Não há dúvida de que a imprudência dos outros, a desordem macroeconômica dos países centrais, não nos ajuda. A diferença é que eles sabem que sofrem da síndrome de Charles Bonnet, de que, na cegueira, alucinações são possíveis e que o melhor a fazer é simplesmente deixar que esmoreçam.

Nós não agimos assim. Nós somos o Brasil. Assombrado.

Monica Baumgarten de Bolle

Economista, professora da PUC-Rio e diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica (Iepe)/Casa das Garças

A nova geografia da produção mundial

Descubra qual é a real posição ocupada pelo Brasil nas cadeias globais de valor e por que precisamos parar de olhar para nosso próprio umbigo quando o assunto é comércio internacional

Por Mário Marconini

A discussão do comércio internacional sofreu bastante na década passada, em virtude de fortes tendências contrárias à liberalização, como o fracasso da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), a crise financeira global, o conseqüente protecionismo e o crescente intervencionismo estatal até mesmo nos países desenvolvidos. Terminamos os primeiros dez anos do século 21 mal saindo da crise e, de certa forma, ainda traumatizados com a fragilidade dos mercados em face das políticas públicas equivocadas e, em particular, pela falta de responsabilidade regulatória nas transações internacionais.

No entanto, há um comércio que cresce com ou sem acordos e até mesmo com ou sem protecionismo: o comércio que entende como o mundo está evoluindo, que se adapta e que “faz sentido” num mundo cada vez mais interdependente e diversificado. No Brasil, não saímos muito bem ainda do discurso de crise mundial, aproveitando a crise dos outros para justificar medidas de ajuda governamental e de proteção de nosso mercado. Na verdade, o Brasil não precisa de crise para justificar tais coisas. O custo Brasil continua altíssimo e é suficiente para justificar as preocupações com nossa competitividade. Ainda que seja inaceitável simplesmente assistir à indústria brasileira perder tanto terreno para seus competidores – seja dentro ou fora do Brasil –, há um senso de que proteger por proteger tampouco resolve nossos problemas – e que talvez, em muitos casos, agrave a situação,

O custo Brasil continua altíssimo e é suficiente para justificar as preocupações com nossa competitividade

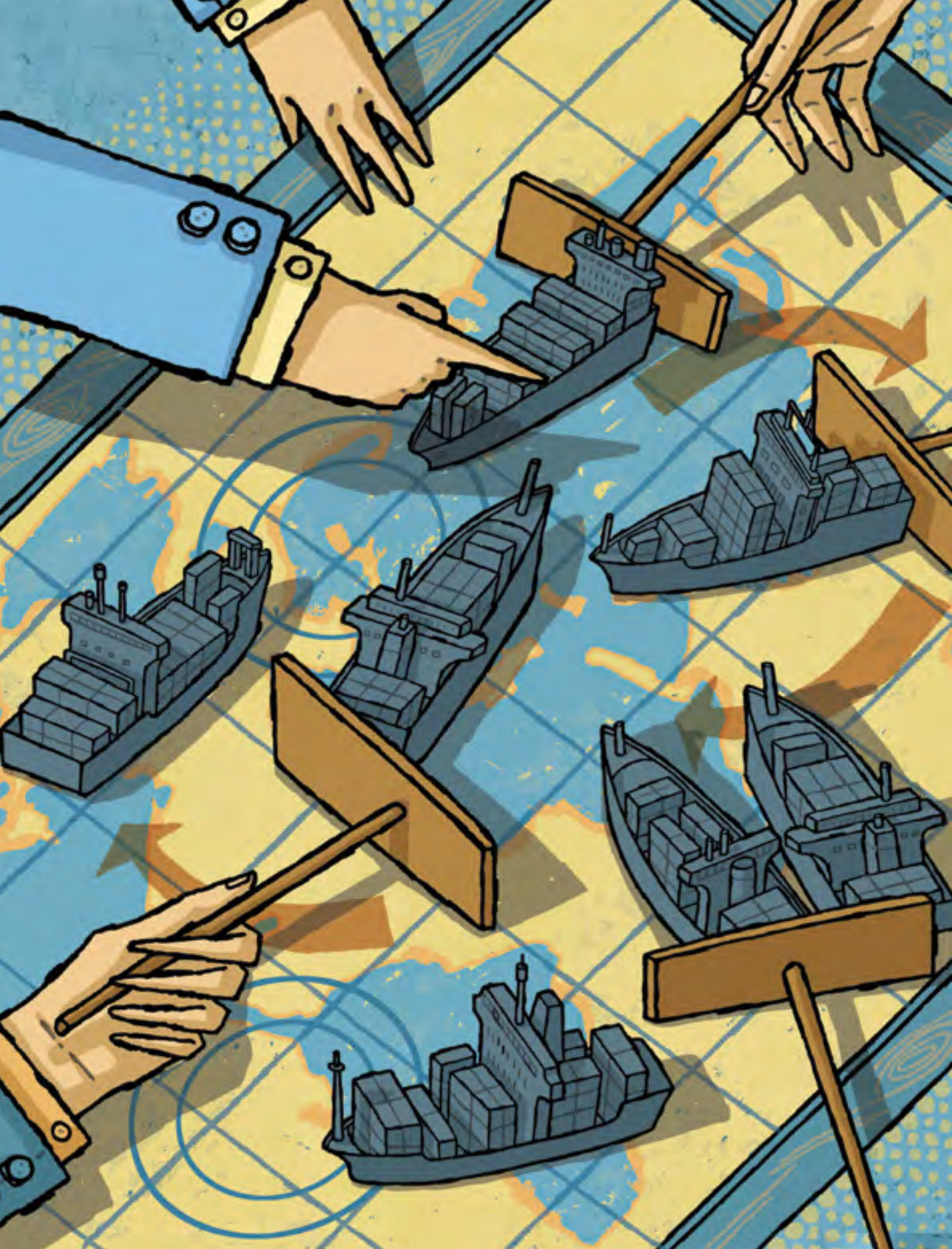
ao privar os produtores nacionais do acesso a insumos importados que possam restaurar, pelo menos, parte de sua competitividade.

Se continuarmos olhando só para nosso próprio umbigo, sem dúvida será difícil vislumbrar a plenitude da realidade do comércio que se impõe. O mundo evoluiu muito e, com ele, o comércio internacional. Talvez as regras do comércio estejam estagnadas em virtude da ausência de uma rodada bem-sucedida de negociações multilaterais. Talvez a liberalização do comércio também sofra da falta de acordos. O comércio em si, no entanto, continua avançando. Há empresas e países que já não funcionam mais no “modo crise” e operam com sucesso no mercado internacional. Algumas companhias e nações estão se dando bem e outras nem tanto. Infelizmente, nosso caso insere-se no grupo dos “nem tanto”.

Com a palavra, o WEF

O Fórum Econômico Mundial (WEF, de World Economic Forum) tem pautado suas discussões sobre o comércio internacional num estudo publicado com o nome de *The shifting geography of global value chains* sobre a tendência de crescente integração global das cadeias de valor. Em termos gerais, a expressão “cadeias globais de valor” se refere às atividades que empresas e trabalhadores agregam da concepção à rendição final de um produto, envolvendo múltiplos atores localizados em diversas partes do mundo. O levantamento aborda esse novo fenômeno do comércio internacional e o contrasta com o recente aumento de protecionismo após a crise financeira. Cobra também da OMC uma maior atenção à inter-relação entre as cadeias de valor e o futuro do comércio.

De acordo com a análise, a integração atual das cadeias produtivas tem ajudado a conter parte do movimento protecionista, pois, em muitos casos, governos



Não saímos do discurso de crise mundial, aproveitando a crise dos outros para justificar medidas de ajuda governamental e proteção de mercado

perceberam que proteção tarifária aumentaria o preço de insumos e partes intermediárias cruciais para a competitividade de suas indústrias. Aumentar alíquotas de importação de insumos simplesmente vai na contramão da tendência mundial. Cada vez mais, o comércio internacional se transforma num comércio de partes e peças que já representa metade das importações dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e quase 75% das importações de países como China e Brasil. Além disso, as exportações mundiais também contêm um teor cada vez maior de importações, assim misturando a distinção do próprio conceito de importações e exportações. No caso dos

países desenvolvidos, esse efeito é realçado pelo fato de que eles contribuem com elevados patamares de conteúdo tecnológico ou de conhecimento.

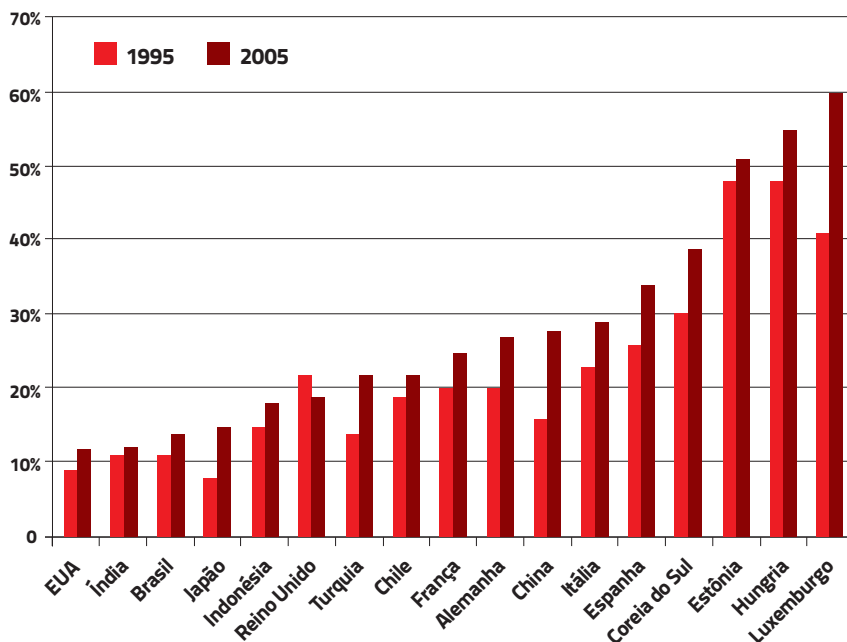
Os dados da OCDE mostram que, nos países desenvolvidos, cerca de 25% do valor das exportações são de produtos intermediários, chegando a 44% das exportações da União Europeia. Na China, a parte das importações nas exportações é de 30%, o dobro dos níveis do Brasil e da Índia. Percebe-se também que, em todos os países, essa proporção de componentes importados embutidos nas exportações aumentou entre 1995 e 2005, como retrata abaixo o gráfico *Componente importado nas exportações*.

Segundo o WEF, há cinco tendências globais que explicam a evolução da localização e estrutura das cadeias globais nos próximos anos: o aumento do custo de transporte no mundo; o aumento do preço de insumos devido a uma demanda crescente; o aumento do “custo China”; uma maior participação por parte de países pequenos em nichos das cadeias produtivas em virtude da tecnologia da informação; e o crescimento econômico de países do Sul.

Assim, as nações desenvolvidas devem continuar se esforçando para manter suas indústrias e seus empregos, enquanto os países em desenvolvimento se esforçarão cada vez mais para entrar nas cadeias globais de valor.

Os avanços na tecnologia e na informática, com a computação e softwares permitindo uma melhor coordenação e organização administrativa em grande escala, foram cruciais na conformação das cadeias de valor globais. Com tais avanços, as empresas começaram a aproveitar as diferenças de custo de mão de obra e recursos naturais para distribuir as diferentes etapas de suas fábricas em diversos países. A nova estrutura revela empresas com unidades fabris dispersas pelo mundo, um fluxo contínuo de insumos, peças e produtos finais, junto com a comunicação e troca constante de informação, pessoas, treina-

COMPONENTE IMPORTADO NAS EXPORTAÇÕES



Fonte: OECD-WTO TiVA

COMÉRCIO INTERNACIONAL DOS SÉCULOS 20 (ACIMA) E 21 (ABAIXO)



Fonte: Fórum Econômico Mundial - A geografia em mutação das cadeias globais de valor: implicações da política comercial para os países em desenvolvimento (2012)

mento e investimentos através das fronteiras dos países. Esse esquema é descrito no quadro acima, intitulado de *Comércio internacional dos séculos 20 e 21*.

Outro aspecto importante na integração às cadeias globais de valor se refere à logística. Um índice criado pelo Banco Mundial, chamado Logistics Performance Index (LPI), mede a eficiência da logística dos países. O banco analisou e mostrou que os países com os melhores índices de LPI são os mais bem integrados e têm as maiores fatias do comércio internacional. Os dados indicam que os países com os mecanismos mais liberais para o comércio são os que estão aproveitando mais do aumento do comércio global. Outro índice do DHL Glo-

Os países com os mecanismos mais liberais para o comércio são os que estão aproveitando mais do aumento do comércio global

bal Connectedness Index mostra que a maioria dos países ainda tem certo nível de restrição em seu comércio exterior. Assim, existe espaço para melhoria dessa logística internacional em muitas nações.

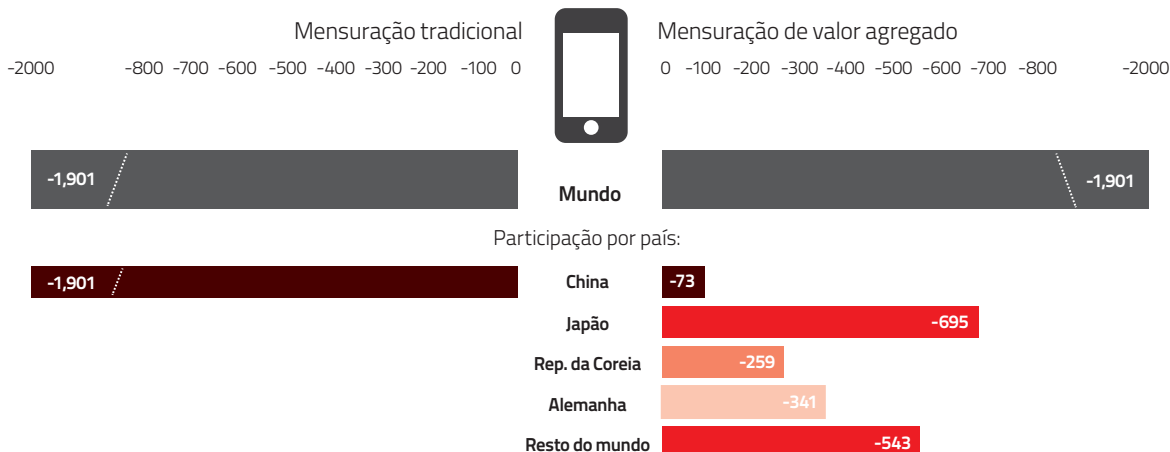
Como serviços são, em grande parte, invisíveis e intangíveis, o comércio internacional de serviços, ou a própria contribuição do setor para o comércio de bens, sempre representou um grande desafio para economistas. Apenas alguns anos atrás, os países e as instituições econômicas começaram a mensurar o valor de trocas de serviços. Mais recente ainda é a mensuração da participação de serviços no valor final de produtos – ou seja, quanto serviços como transporte, logística, marketing ou até

mesmo design, pesquisa, desenvolvimento e inovação agregam de valor ao longo de uma cadeia produtiva.

O estudo do WEF analisa o valor das diversas etapas da fabricação de alguns produtos. No caso de automóveis americanos, concluiu-se que 30% do valor final referem-se a serviços. Esses serviços são: P&D de tecnologia avançada (do Japão), design, propaganda e marketing (Grã-Bretanha), processamento de dados (Irlanda) e transporte e seguro. Outro exemplo ilustrativo é do iPod. Apesar de a sociedade achar que o aparelho é fabricado na China, grande parte das peças e componentes do iPod é fabricada em outros países, dependendo de uma grande rede interconectada de partes e serviços ao longo de uma cadeia de valor global. O chip de memória vem do Japão; os chips processadores, dos Estados Unidos; o painel e display, de países do Leste Asiático. Vários serviços são agregados ao longo da cadeia produtiva e o produto final é apenas montado na China. Os dados "tradicionais" de comércio mostram que o mercado americano teve um déficit de US\$ 1,9 bilhão no comércio de iPhone com a China em 2009. No entanto, se olharmos os

BALANÇA COMERCIAL AMERICANA DO IPHONE

(EM MILHÕES DE US\$)



Fonte: Fórum Econômico Mundial - A geografia em mutação das cadeias globais de valor: implicações da política comercial para os países em desenvolvimento (2012)

valores agregados dos componentes, esse deficit é somente de US\$ 73,5 milhões – ou seja, menos de 4% do valor final do produto. O resto do comércio é entre os Estados Unidos e o Japão (-US\$ 695 milhões), Coreia do Sul (-US\$ 259 milhões), Alemanha (-US\$341 milhões) e outros (-US\$543 milhões). Esse exemplo demonstra o quanto o panorama comercial do mundo seria diferente se os dados fossem mensurados de outra forma (ver gráfico acima).

Dados estatísticos do Trade in Value-Added (TiVA), o recém-criado sistema conjunto da OMC com a OCDE, mostram que os países desenvolvidos estão de uma forma geral mais integrados comercialmente em serviços do que os países em desenvolvimento. Mostram também uma perspectiva diferente sobre o comércio bilateral dos países. A China, que tem registrado superávits comerciais crescentes em “valores tradicionais” há muitos anos, exibe um comércio altamente deficitário quando os índices se referem ao valor agregado em suas exportações. A diferença entre a balança comercial chinesa tradicional e a relativa ao valor agregado em exportações tem chegado a US\$ 4 bilhões – o que não é um número trivial. Já o caso americano é interessante porque o comércio em valor agregado “melhora” sua balança comercial em US\$ 1 bilhão. O gráfico *Balanças comerciais tradicionais x balanças comerciais de valor agregado*, na página 36, indica essas diferenças.

Estima-se que o valor dos serviços no comércio internacional represente acima de 50% do comércio de valor agregado dos países da OCDE – em contraste com os 25% considerados quando apenas se compara o valor de exportações de serviços comerciais.

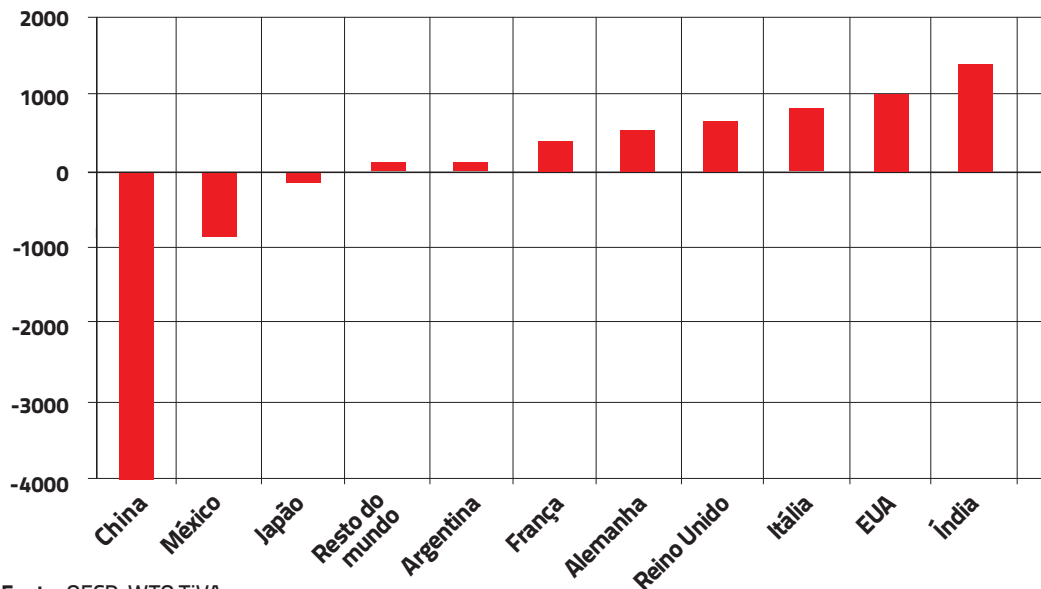
E como fica o Brasil?

A partir dos dados apresentados pelo TiVA, podemos avaliar a posição comercial brasileira, à luz da abordagem de comércio por valor agregado. Segundo a OCDE, em termos de exportações brutas, o Brasil aparece na vigésima posição do ranking mundial, com apenas 1,35% das exportações mundiais. Já no quesito “valor agregado estrangeiro” – que indica a contribuição de fatores produtivos externos (insumos, serviços, logística), na receita doméstica de exportação e, portanto, ajuda a dimensionar a competitividade dos produtos no mercado internacional –, o Brasil ocupa a 39ª colocação, com um conteúdo de valor estrangeiro de apenas 8,6% das exportações brutas. Curiosamente, o mesmo ranking classifica os Estados Unidos em 38º lugar, mas isso não revela falta de integração com cadeias produtivas, e sim o contrário: os americanos são os maiores exportadores líquidos de insumos e bens intermediários (ver tabela na página 36).

No Brasil, em termos gerais, quanto maior o valor agregado estrangeiro em produtos industriais (não



BALANÇAS COMERCIAIS TRADICIONAIS X BALANÇAS COMERCIAIS DE VALOR AGREGADO (US\$ MILHÕES/2009)



Fonte: OECD-WTO TIVA

primários), mais bem-sucedido é o setor econômico em suas exportações – ou seja, mais competitivos são os produtos daquele setor. É o caso do setor de equipamentos de transporte (setor automotivo), cujos produtos chegam a ter um conteúdo estrangeiro de até 14% e correspondem a 8% da pauta exportadora de manufaturados do Brasil. Cenário inverso é apresentado para os produtos básicos advindos da agricultura e mineração, cujo conteúdo estrangeiro é dos mais baixos (6% e 8%, respectivamente), mas a competitividade é a maior de nossa pauta exportadora, como demonstra o índice de participação setorial por origem de valor agregado nas exportações brasileiras (*ver gráfico na página seguinte*).

O alto conteúdo nacional das exportações brasileiras reflete, de um lado, o quanto a produção não está integrada com as cadeias globais de valor, assim como o alto grau de especialização em produtos de base, característicos das etapas iniciais das cadeias de abastecimento.

No tocante ao setor de serviços, o Brasil não foge às tendências internacionais: os setores com maior competitividade, sejam eles primários ou de manufaturas, tendem a ter alto conteúdo de serviços em suas exportações. São notórios no Brasil os casos de produtos alimentícios, veículos e produtos minerais com taxas acima de 35%. De

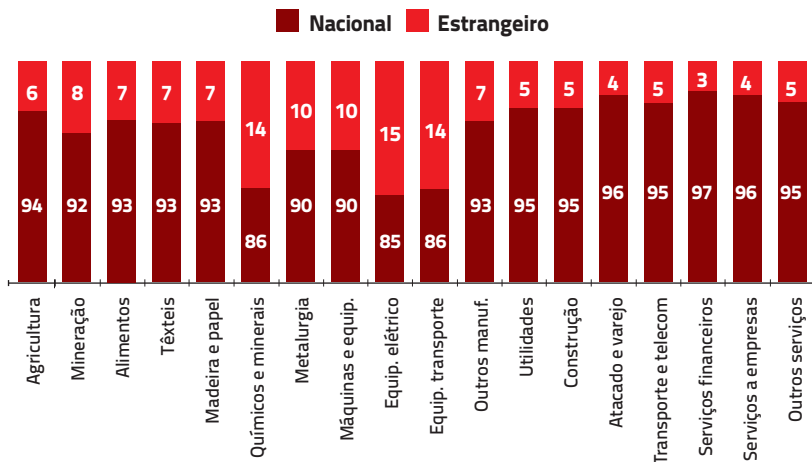
VALOR AGREGADO ESTRANGEIRO EM 2009

| Posição | País | Valor agregado estrangeiro (2009, % das Exp. Brutas) |
|------------|----------------|--|
| 1ª | Luxemburgo | 60,6% |
| 2ª | Eslováquia | 44,9% |
| 3ª | Hungria | 40,8% |
| 4ª | Irlanda | 40,4% |
| 5ª | Coreia do Sul | 39,6% |
| 38ª | Estados Unidos | 11,4% |
| 39ª | Brasil | 8,6% |
| 40ª | Rússia | 7,2% |

Fonte: OCDE-WTO TIVA, 2013

Aumentar alíquotas de importação de insumos vai na contramão da tendência mundial. Cada vez mais, o comércio se transforma na venda de partes e peças

PARTICIPAÇÃO SETORIAL POR ORIGEM DE VALOR AGREGADO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (EM %)

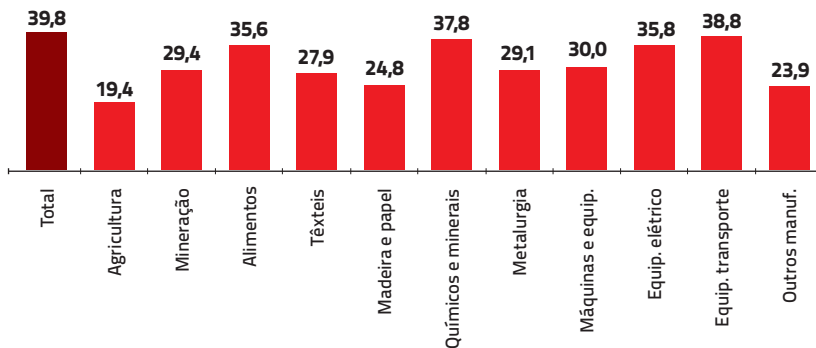


Fonte: OCDE-WTO TiVA. Elaboração: Fiesp – 2009

Aqui, em termos gerais, quanto maior o valor agregado estrangeiro em produtos industriais (não primários), mais bem-sucedido é o setor econômico em suas exportações

PARTICIPAÇÃO DOS SERVIÇOS NAS EXPORTAÇÕES EM 2009

(% DAS EXPORTAÇÕES EM VALOR AGREGADO)



Fonte: OCDE-WTO TiVA. Elaboração: Fiesp – 2009

maneira geral, os serviços representam 15% das exportações brutas diretas, mas 40% do respectivo conteúdo em valor agregado, incluindo serviços incorporados em exportações brutas de bens e produtos manufaturados (ver gráfico abaixo).

O Brasil está relativamente pouco integrado nas cadeias globais de valor. Nos últimos 20 anos, o país se empenha em negociar acordos de integração e livre comércio, mas não conclui acordos de verdadeira relevância comercial. Nesse período, o único acordo que teve efeito importante na balança comercial brasileira foi um acordo parcial com o México, para um número limitado de produtos, incluído aí o setor automotivo. Difícil esquecer quanta atenção foi dada às negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que duraram mais de dez anos e não resultaram em nada.

Países como o Japão ou a China não precisaram de acordos para se integrar. Na verdade, se integraram efetivamente, primeiramente em suas regiões, depois em nível mundial, por meio de sua participação nas cadeias globais de valor. Quando negociam acordos, fazem-no apenas para consolidar situações regulatórias que já provaram sua eficácia nos mercados. O Brasil talvez devesse se preocupar menos com acordos e mais com políticas que efetivamente o coloquem no mapa produtivo mundial.

A real integração se dá no mercado real – e não em documentos diplomáticos.

Mário Marconini

Membro do Conselho de Comércio Global do Fórum Econômico Mundial, diretor de negociações internacionais da Fiesp e professor associado da ESPM. Foi economista da OMC



Maílson da Nóbrega

Profissão: economista

Carreira: depois de longa carreira no Banco do Brasil e no setor público, ele foi ministro da Fazenda no período de 1988 a 1990. Como ministro, presidiu o Conselho Monetário Nacional e o Confaz e foi membro dos boards do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). É sócio da Tendências Consultoria Integrada e colunista da revista *Veja*

“Tem de se conceder a Dilma o benefício da dúvida”

Em um momento de desconfiança quanto aos rumos da economia brasileira e de preocupação com a anêmica recuperação das finanças globais, o economista Maílson da Nóbrega lançou o documentário *O Brasil deu certo. E agora?* Soou como provocação, sobretudo para quem acompanha os comentários – críticos ao governo – que o ex-ministro tem feito na condição de comentarista econômico e sócio-fundador da consultoria Tendências.

Maílson, porém, não está sendo irônico, muito menos ingênuo, ao falar do Brasil que deu certo, como deixou claro em sua apresentação na pré-estreia do filme, na última semana de abril. “Muitos me perguntam: ‘Será que o Brasil deu certo mesmo?’”, disse ele. Sua resposta é positiva. Dar certo, para Maílson, é ter passado do ponto que ainda permitiria retrocessos políticos, econômicos e institucionais. É ter chegado a um estágio no qual maus governos podem, no máximo, penalizar o país com a perda de oportunidades – e não mais com mudanças de rumo catastróficas.

O cenário de curto e médio prazos, porém, lhe suscita mais preocupação que esperança, como explicita nesta entrevista. A política econômica ditada por Brasília, na sua análise, está se distanciando da herdada do governo FHC e flertando com um modelo intervencionista, de certo modo inspirado pelo capitalismo de Estado praticado na China, que vive um crescimento semelhante com o do Brasil da época do milagre econômico dos anos de 1960 e 1970. Maílson sabe do que fala. Sobretudo, conhece de perto as consequências de um surto de desenvolvimentismo de viés centralizador e autoritário. Ele integrou as equipes econômicas dos governos militares de Ernesto Geisel e João Figueiredo, no final da década de 1970, e foi ministro da Fazenda no governo de José Sarney. Era ele o principal gestor da economia brasileira quando a inflação atingiu o recorde de 84% ao mês em 1989. Por mais que repudie a leniência de integrantes do governo Dilma com “um pouco” de inflação, Maílson está seguro de que não corremos o risco de um retorno ao caos hiperinflacionário. É precisamente nesse sentido que, para ele, o Brasil deu certo. E agora?

Por Alexandre Teixeira

Foto: Divulgação

Alexandre – Quando vejo o título do seu filme, lembro daquela discussão sobre o “descolamento” dos países emergentes no auge da crise de 2008. Dizia-se que os emergentes não iam se contaminar, que tudo não passaria de uma marolinha. Depois, descobrimos que isso não seria possível. Você não está revivendo a tese do descolamento, está?

Maílson – Não. O Brasil deu certo porque atingiu um estágio no qual não há mais retrocesso. No campo político, dificilmente voltamos a ser uma ditadura. No campo econômico, dificilmente voltamos a experimentar episódios de hiperinflação. Poucos países atingem esse estágio. Isso é decorrência de uma série de condições.

Alexandre – Que condições são essas?

Maílson – Nas últimas três décadas, o Brasil construiu um conjunto de instituições que inibe aventuras e permite ao país se tornar previsível. Uma condição é a democracia, um valor consolidado. Você não encontra hoje, a não ser em raríssimas mentes doentias, alguém que defenda o retorno ao autoritarismo.

Alexandre – Mas tem gente incomodada com a independência do Poder Judiciário, do Ministério Público e mesmo da imprensa. É um quê de autoritarismo, não?

Maílson – Você pode até ter correntes de opinião que, sob o manto da demo-

cracia, querem o controle da mídia. Há mentes que querem submeter o Supremo ao crivo e ao controle do Congresso, o que seria um enorme retrocesso. Mas são minorias, incapazes de fazer sua vontade prevalecer. O Brasil tem um Judiciário independente, ainda que com todas as suas deficiências: a lentidão, um processo arcaico, juizes aqui e acolá corruptos, muitos anti-capitalistas. Mas o valor do Judiciário é sua independência, sua autonomia quanto a grupos de pressão, sobretudo dos poderes Executivo e Legislativo. Se alguém tinha dúvida disso, o [julgamento do] Mensalão deve ter dissipado, embora estejam voltando os receios de que algumas sentenças sejam reformadas para beneficiar os réus.

Alexandre – Que outros avanços institucionais são dignos de nota?

Maílson – O Brasil tem imprensa livre e independente. A grande mídia brasileira é autônoma em relação ao governo. Ela ganha dinheiro, sobrevive, se fortalece e se expande através da propaganda, da venda em banca, da assinatura. Nesse sentido, exerce um papel fundamental, que é o de crítica. São os olhos da sociedade para a fiscalização do governo. Nenhum governo gosta desse trabalho, até porque, às vezes, ele tem os seus excessos. Mas os excessos têm de ser tratados no ambiente democrático, institucional.

Alexandre – E no campo econômico, o saldo também é positivo?

Maílson – O Brasil tem uma sociedade que mudou suas crenças. Até anos atrás, nós brasileiros comprávamos uma ideia tola, quase uma lorota, segundo a qual a inflação tinha um papel no desenvolvimento. Um pouquinho de inflação lubrificava as engrenagens da economia. Isso é uma estupidez. Mas nós acreditamos. Agora, não mais.

Alexandre – Tem gente que parece que voltou a acreditar nisso.

Maílson – São minorias. Mesmo os que acham que a inflação tem um papel no desenvolvimento estão convencidos de que ela não pode passar de 6% – que é uma inflação altíssima. Mas já não querem mais a de 40%, 50%, 60% ao ano. Os mercados funcionam no Brasil, mesmo com todos os seus problemas. Isso implica a ocorrência do que se chama disciplina de mercado. A capacidade que os mercados têm de precificar riscos e fugir do risco acaba disciplinando os governos. Eles são forçados a adotar políticas responsáveis, que preservam a confiança dos que investem e assumem riscos.

Alexandre – Não é possível ir longe demais, na direção errada, sem pagar um custo alto.

Maílson – O Brasil pode detectar e corrigir erros. Essa é uma das características de países maduros. Nem todos os países, fora os ricos, chegaram a esse ponto. Por exemplo, a China não tem isso e registra um êxito econômico indiscutível, um grande sucesso derivado dos investimentos em educação, que está se tornando um país inovador. Provavelmente, vai se tornar um país de amplo consumo de massas, com for-

Mesmo os que acham que a inflação tem um papel no desenvolvimento estão convencidos de que ela não pode passar de 6% – que é uma inflação altíssima. Mas já não querem mais a de 40%, 50%, 60% ao ano

Provavelmente, a China se tornará um país de amplo consumo de massas, com forte capacidade de inovação e geração de bem-estar. Mas é frágil do ponto de vista político, por ser uma ditadura

te capacidade de inovação e geração de bem-estar. Mas é frágil do ponto de vista político, por ser uma ditadura. Ditaduras não têm ingredientes, como a liberdade de imprensa, para detectar erros.

Alexandre – *Do ponto de vista institucional, estamos até melhor que a concorrência?*

Maílson – Olhando o Brasil da perspectiva dessas transformações, não há nenhuma razão para não ser otimista. No passado, os maus governos tiravam o país do rumo. Agora, o Brasil perde oportunidades por conta de uma gestão medíocre. Em vez de crescer 5% ou 6% ao ano, vai crescer 2% ou 3%. Mas é improvável que um governo desande e descarrile o país.

Alexandre – *O senhor fala num processo de evolução nos últimos 30 anos, marcado por um movimento de desregulamentação da economia, que culmina na crise de 2008. Esse processo é suficiente para sustentar a ideia de que o mercado não pode funcionar tão livremente quanto gostam de pensar os liberais?*

Maílson – Nenhum liberal aceita o mercado totalmente livre. Essa ideia não tem apoio em nenhuma corrente responsável. O mundo começou a prosperar com o fortalecimento do Estado, a partir dos séculos 14 e 15. O que temos visto são ondas de

crises, que fazem repensar o papel do Estado. Não existe economia próspera sem um Estado forte.

Alexandre – *Os críticos do liberalismo têm razão em demandar papel maior para o Estado?*

Maílson – Depende do que faz o Estado. Estado bom é Estado institucionalmente forte, com capacidade de regular. Nenhum liberal aceita um banco central sem dentes, um sistema financeiro livre, que é propenso a crises, à assunção irresponsável de riscos. É preciso ter o Estado com capacidade de estabelecer normas prudenciais. Muita gente associa a crise de 2007 e 2008 à desregulamentação. Isso é um exagero. Se você olhar o que foi desregulado, nada justifica o restabelecimento das regras antigas. Ninguém está pregando isso.

Alexandre – *E o que explica a crise?*

Maílson – O sistema financeiro é propenso a crises. Ele opera alavancado, assume riscos e há momentos de euforia, relaxamento, má regulação e incentivos que, embora involuntariamente, terminam por criar um ambiente de irresponsabilidade. A forma de remunerar os executivos é um dos maus incentivos que tivemos no período. As instituições financeiras têm maior capacidade de atrair e reter talentos do que os reguladores. Então, os reguladores não têm capacidade

de perceber os riscos que estão se formando equivalentemente à competência dos participantes do mercado financeiro para contornar restrições. A cobiça, típica do sistema capitalista, termina gerando assunção irresponsável de riscos.

Alexandre – *Depois do que aconteceu nos Estados Unidos, a economia chinesa virou inspiração em várias partes do mundo. Esse modelo é uma alternativa razoável para o Brasil?*

Maílson – Não. Os regimes autoritários que tomam decisões corretas costumam dar certo. O Brasil é um exemplo. Entre 1968 e 1973, crescemos a um ritmo chinês. Em média, 11,1% ao ano. Em 1973, o PIB brasileiro cresceu 14%. Se você olhar a China, é um pouco isso. É um regime autoritário que caminha para um capitalismo de Estado. O ambiente político é previsível e estável. Há uma forte migração do campo para a cidade. Para usar um linguajar marxista, tem um exército de reserva gigantesco.

Alexandre – *Neste grande supermercado de ideias e modelos econômicos do pós-crise de 2008, temos hoje, para simplificar bastante, três prateleiras principais: capitalismo de Estado à chinesa, economia keynesiana ao estilo dos Estados Unidos de Obama e um modelo neoliberal, focado em austeridade fiscal, como na Europa. Quem vai sair melhor e mais rápido da crise?*

Maílson – Os Estados Unidos, sem dúvida. É uma economia muito flexível e inovadora, 17 das melhores universidades do mundo são americanas. A produção científica americana é igual à do resto do mundo. É um país

com poucas barreiras à inovação, ao empreendedorismo. Basta tomar o caso do gás de xisto. A tecnologia do fracking (usada para extrair gás natural a grandes profundidades) já existia há vários anos quando um empreendedor sozinho desenvolveu o mecanismo em “L” e barateou tremendamente a produção de uma hora para outra. Vai ter uma explosão, e os Estados Unidos têm gás, só em reservas conhecidas, para mais de cem anos. Dizem que, em oito a dez anos, eles serão autossuficientes, não precisarão mais importar. Isso vai gerar mudanças geopolíticas tremendas. Coisas como essa acontecem quase exclusivamente na economia americana.

Alexandre – *A rigor, os Estados Unidos já estão saindo da crise, certo?*

Maílson – Há muitas dúvidas ainda. Os indicadores são dúbios. Mas algumas coisas estão se enraizando e sinalizam um processo de recuperação inequívoco. Por exemplo, a desalavancagem das famílias. O crédito volta a fluir. Segundo, a volta do dinamismo no mercado imobiliário. Os preços de imóveis se estabilizam ou começam a subir de novo. Os estoques de imóveis estão acabando ou voltando a padrões normais. A confiança do consumidor está se ampliando. Tudo isso sinaliza para um processo de recuperação. Quem é pessimista hoje fala que a economia americana vai crescer perto de 2%, 2,5%. Mas, no próximo ano, serão 2,5% a 3%. Se você olhar para a Europa, ninguém aposta num crescimento desse nível nos próximos dois anos. Os sinais são de que a economia americana sairá primeiro da crise.

No passado, os maus governos tiravam o país do rumo. Agora, o Brasil perde oportunidades por conta de uma gestão medíocre. Em vez de crescer 5% ou 6% ao ano, vai crescer 2% ou 3%

Alexandre – *Há um modelo para o pós-crise ou a receita é mais do mesmo?*

Maílson – É mais do mesmo, com eliminação dos excessos e equívocos. Todas as crises levam a um processo de revisão. As crises financeiras são características do sistema capitalista. Hoje, não tem crise nem banco quebrando em Cuba. Também não tem sistema financeiro. Nem tampouco prosperidade.

Alexandre – *Os formuladores da política econômica brasileira não parecem acreditar que a receita para o pós-crise seja mais do mesmo. Parece estar havendo uma mudança de orientação na política econômica, usando a crise de 2007 e 2008, em parte, como pretexto.*

Maílson – A presidente Dilma Rousseff tem legitimidade para promover essa mudança. Ela foi eleita, tem poder e o direito de pedir que a gente espere. Ela está dizendo que a política mudou. Guido Mantega, o ministro da Fazenda, fala em uma nova matriz econômica. Tem gente achando que vai dar certo. Eu acho que não vai dar.

Alexandre – *O país estaria vivendo, por essa lógica, as dores de uma transição de modelo?*

Maílson – Sim.

Alexandre – *Inflação fora da meta prevista, preocupação com as contas*

externas, a desindustrialização, tudo isso seria parte da adaptação a um novo modelo?

Maílson – As dores do parto de uma nova realidade. Esta é a mensagem que vem do governo.

Alexandre – *Quais as características dessa nova realidade econômica?*

Maílson – Primeiro, taxas de juros baixas, decididas politicamente. A presidente Dilma acredita que a taxa de juros é um componente passível de ação governamental, e não consequente de um determinado conjunto de condições ambientais. Então, ela decide que a taxa de juros vai cair e tem, neste momento, um banco central submisso. Esta é uma característica [da nova realidade econômica]: ação política sobre o Banco Central. E a migração do centro de decisão sobre a taxa de juros do Comitê de Política Monetária para o Palácio do Planalto.

Alexandre – *Que mais mudou?*

Maílson – Houve um relaxamento da política fiscal, com a ideia de que o superavit primário não é tão relevante quanto se fala e vai agora ser o que der. Isso é claramente dito pelo secretário do Tesouro. A prioridade é o crescimento. O governo promoveu um quase desmonte institucional ao usar a contabilidade criativa para fazer crer que está cumprindo meta de superavit

primário. É quase uma estupidez, porque o processo é tão transparente que qualquer pessoa com um mínimo de formação sabe que a meta não foi cumprida. O governo minou a credibilidade da política fiscal, por nada.

Alexandre – *O país abriu mão tanto da âncora monetária quanto da fiscal.*

Maílson – Além disso, o câmbio deixou de ser flutuante. Todo mundo sabe que o governo tem uma meta. Quando o dólar se aproxima de R\$ 1,95, o Banco Central entra vendendo. Quando se aproxima de R\$ 2,05, o Banco Central entra comprando. Só que aprendemos no passado, a duras penas, que o melhor regime cambial é o flutuante.

Alexandre – *Temos intervenções nos setores elétrico e financeiro, por meio dos bancos estatais. A ingerência do Estado tem aumentado em estatais, como a Petrobras. O BNDES escolhe empresas campeãs, que acabam sendo beneficiadas com recursos em condições privilegiadas. Tudo isso junto sugere que essa guinada na política econômica nos afasta da receita do mais do mesmo, e nos leva para o caminho do capitalismo de Estado?*

Maílson – Acho que estamos fazendo essa mudança. Ninguém tem mais dúvida.

Alexandre – *Curiosamente, a empresa que mais sofre com este novo ce-*

nário é a Petrobras, uma companhia estatal, muito sujeita a intervenções do governo. E a empresa que mais se valorizou na bolsa, no último ano, é a Ambev, um paradigma de companhia meritocrática, distante de governos, sem participações de fundos de pensão estatais ou dinheiro do BNDES.

Maílson – A diferença entre uma e outra é muito clara. A Petrobras é vítima de uma intervenção estatal e a Ambev opera num ambiente de pouca intervenção tópica do Estado. A ação do Estado para a Ambev é a formação de um ambiente em que o consumo cresce. No máximo, a Ambev enfrenta o custo de um sistema tributário caótico, ou seja, também sofre os efeitos dessa nova política econômica e do abandono das reformas estruturais.

Alexandre – *Para onde este novo arranjo de política econômica nos levará?*

Maílson – Para ser justo com a presidente, tem de se conceder a ela o benefício da dúvida. Quem sabe Dilma Rousseff não está certa? Até hoje, esse tipo de política econômica não deu certo, mas pode ser que dê. O efeito dessa política, já que ela não atua na grande deficiência deste momento, que é a produtividade, não é nenhum desarranjo. O Brasil não vai ser uma Argentina, menos ainda uma Venezuela e muito menos Cuba. Estamos longe disso. Já estamos noutra patamar.

O efeito dessa política vai ser a perda de oportunidades. Isto é, baixo crescimento. O Brasil entrou numa quadra em que dificilmente consegue crescer 3% ao ano de maneira permanente. A tendência é crescer abaixo de 3% e, aqui ou acolá, numa mudança das condições internacionais, chegar um pouco acima disso. Mas, se for muito acima, vai gerar pressões, seja do lado da inflação, seja do lado do balanço de pagamentos.

Alexandre – *O que se colheu, objetivamente, com essa mudança de política até agora?*

Maílson – Inflação teimosamente acima da meta. Um governo se conformando que neste ano a inflação será maior que a de 2012. A deterioração do balanço de pagamentos. O deficit em conta corrente está subindo, e isso está associado a uma mudança de sentimentos em relação ao país. Os investidores olham cada vez mais para o México. Os fluxos de recursos para o Brasil estão caindo. O investimento estrangeiro não cobre mais o deficit em conta corrente e isso sinaliza uma situação de risco. Dificilmente o Brasil vai ter uma crise de balanço de pagamentos, como a dos anos de 1980 ou 1990. O país tem reservas internacionais muito sólidas, robustas, e instrumentos para agir na hora em que for preciso. Mesmo que o governo os esteja desprezando, eles estão à disposição. A política monetária, a política cambial, a política fiscal, está tudo aí. Portanto, o Brasil tem mecanismos para conter uma deterioração mais grave. Até porque não fazê-lo é suicidar-se politicamente.

O governo promoveu um quase desmonte institucional ao usar a contabilidade criativa para fazer crer que está cumprindo meta de superavit primário. É quase uma estupidez

Contra fatos não há argumentos

*Por que os produtos e serviços feitos no Brasil
custam mais caro do que nos países concorrentes*

Por André M. Rebelo



o Brasil lá em



O setor industrial brasileiro tem sido fortemente limitado pelas desigualdades nas condições existentes entre a produção de bens domésticos e a fabricação de importados. No Brasil, o problema da competitividade não reside nas empresas, em suas políticas internas, e sim na economia brasileira, pois sua competitividade é muito baixa quando comparada à dos nossos parceiros comerciais. Por esse motivo, o empresariado nacional, além de despender esforços para o desenvolvimento de suas empresas, tem de ir à luta para conseguir condições mínimas de produção, tais como: impostos menos onerosos, infraestrutura logística, câmbio que não desfavoreça a venda de produtos domésticos em detrimento dos importados, entre outros entraves ao desenvolvimento da indústria nacional.

O descasamento entre a produção brasileira e o crescimento do consumo interno tem sido atendido pela expansão das importações, conforme observado pela elevação do coeficiente de penetração das importações na indústria de transformação, que em 2003 era de 10,5% e em 2012 saltou para 22,3%. No ano passado, enquanto o PIB da indústria de transformação recuou 2,5%, o volume de vendas do varejo ampliado cresceu 7,8%. O recente desempenho da indústria de transformação brasileira pode ser atribuído, fundamentalmente, ao custo Brasil e à valorização do real, que juntos impedem a isonomia produtiva, reduzindo a competitividade da economia brasileira. Essa perda de competitividade da economia refere-se aos custos vigentes, decorrentes das deficiências existentes no ambiente de negócios brasileiro.

Recentemente, o Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), realizou um estudo com o intuito de quantificar o diferencial de custo em se produzir no Brasil e nos países cujos produtos industriais competem com o item nacional. O levantamento mostra que o custo de produção do bem manufaturado nacional é, em média, 34,2% maior que o do seu similar importado. Obviamente, não há uma medida absoluta para o custo Brasil, o que exige uma análise

Trabalhadores limpam o avião modelo 190 da Embraer na fábrica em São José dos Campos. A empresa é uma prova de que a economia brasileira torna desigual a competição entre produtos nacionais e importados

relativa entre os países. Portanto, esse cálculo é dado pela diferença entre o preço estimado do produto produzido dentro do Brasil e o preço desse mesmo produto supondo um ambiente de negócios equivalente à média dos países cuja produção da indústria de transformação compete com a brasileira. Ou seja, se existisse isonomia produtiva, o produto A produzido no Brasil custaria, em média, R\$ 100 e esse mesmo produto produzido no exterior também custaria R\$ 100. Porém, devido ao custo Brasil, o custo do produto A produzido dentro das fronteiras brasileiras sofre um acréscimo considerável, o que torna o produto nacional mais caro e menos competitivo.

O custo Brasil é composto por fatores relevantes para a competitividade da economia, que podem ser melhorados por políticas públicas. Entre eles, temos a tributação, o custo de capital de giro, o custo de energia e de matérias-primas, o custo da infraestrutura logística, custos extras de serviços a funcionários e, por fim, custos de serviços não comercializáveis. Obviamente, o custo Brasil onera tanto o setor de serviços quanto o da indústria. A diferença reside na natureza desses setores. Enquanto os serviços são bens, em grande parte, não comercializáveis, o que permite que os custos provenientes do custo Brasil sejam repassados aos preços, o setor manufatureiro é comercializável. Ou seja, os artigos importados produzidos a custos inferiores aos do Brasil são vistos como substitutos pelos consumidores brasileiros, o que reduz a participação da indústria no PIB, conforme observado em 2012, ano em que a indústria de transformação correspondeu a 13,3% do PIB, o menor patamar dos últimos 50 anos.

O ônus causado pelo custo Brasil torna-se mais evidente ao se analisar cada um dos seus componentes. A carga tributária brasileira, por exemplo, é bastante elevada. Mas, quando consideramos países com carga tributária semelhante à brasileira, como Espanha, Inglaterra, Holanda e Canadá, notamos que o PIB per capita destes países é três vezes superior ao nosso.

Os problemas da tributação decorrem de três elementos: tributos diretos na produção, referentes

No Brasil, o custo de produção do bem manufaturado é, em média, 34,2% maior que o do seu similar importado, como os celulares produzidos na fábrica chinesa da Motorola



LATINSTOCK



LATINSTOCK

a alíquotas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); tributos irrecuperáveis da indústria; e a burocracia para pagar os tributos. Uma característica importante à competitividade é que os tributos incidentes na produção onerem somente o valor adicionado a cada etapa da cadeia produtiva. Ou seja, o tributo não deve ser cumulativo. No Brasil, o princípio da não cumulatividade é aplicado apenas parcialmente, pois uma parte não desprezível dos tributos embutidos nas mercadorias e serviços adquiridos pelas empresas se torna irrecuperável, elevando o custo de produção e, conseqüentemente, o preço do produto final.

Ainda sobre a questão tributária, o Brasil se destaca não somente pela alta carga de impostos, como também pela complexa estrutura regulatória dos encargos e contribuições. Dados do Banco Mundial indicam que o tempo gasto no Brasil para preparar, registrar e pagar tributos é de 2.600 horas por ano, enquanto nos países parceiros a pessoa leva 227 horas por ano para realizar essa tarefa. Segundo um estudo da Fiesp/Decomtec, se o nível de burocracia no Brasil fosse igual à média internacional, economizaríamos R\$ 54 bilhões ao ano, o que equivale a 1,47% do PIB.

O custo de capital de giro no Brasil é, de longe, o mais alto entre os seus principais parceiros comerciais (e também do mundo). Isso se deve, em parte, à taxa de remuneração dos depósitos (cuja referência é a taxa básica de juros, a Selic), e, sobretudo, ao spread bancário. Hoje, o Brasil tem a quarta maior taxa de juros nominais (7,5%), atrás apenas de Venezuela (15,27%), Argentina (15,25%) e Rússia (8,25%). Se considerarmos a taxa de juros real (1,7%), o cenário é praticamente o mesmo: o país tem a quinta maior taxa de juros reais – atrás de Argentina (3,8%), China (2,8%), Rússia (2,3%) e Chile (1,9%). Se fizermos uma análise histórica, a política de juros adotada no Brasil mostra-se ainda mais restritiva ao desenvolvimento do setor industrial, pois, por muito tempo, o país apresentou as maiores taxas de juros nominais e reais do mundo.

Uma das fábricas brasileiras da Gerdau, que é líder no segmento de aços longos nas Américas e conta com mais de 45 mil colaboradores em 14 países



DIVULGAÇÃO

No que tange aos *spreads* bancários, em janeiro de 2013, o Brasil apresentou uma taxa de 12,2%, três pontos percentuais inferior à taxa apresentada no mesmo período do ano passado. Apesar da redução, ainda há espaço para maiores cortes, pois o spread elevado limita a expansão do crédito, prejudicando o setor industrial por duas vias. A primeira delas é a alta taxa para capital de giro; a segunda está ligada ao menor crescimento da demanda interna.

O Brasil detém ampla dotação de recursos naturais, que poderia assegurar oferta e preços bastante competitivos de insumos e matérias-primas para os diversos setores de atividade da economia, favorecendo a agregação de valor e a geração de empregos e renda. Porém, essa disponibilidade de recursos naturais não é revertida em vantagem comparativa de preços com outras economias. Na realidade, quando comparada com economias concorrentes, a indústria de transformação brasileira se depara com desvantagens nesses aspectos.

O Brasil possui sérias deficiências na infraestrutura logística. A densidade das malhas rodoviária e ferroviária

O Brasil possui sérias deficiências na infraestrutura logística. Temos uma malha ferroviária 12 vezes menor que a dos nossos parceiros comerciais

Em agosto de 2012, a presidente Dilma Rousseff anunciou que seu governo investirá R\$ 133 bilhões na construção e manutenção de ferrovias e rodovias para diminuir o custo gerado pelas deficiências na infraestrutura logística do país. Até agora, o plano ainda não saiu do papel

está bem abaixo dos nossos parceiros comerciais. Um exemplo gritante é a densidade da malha ferroviária brasileira, que é de 0,003 km/km² de área do país, enquanto a média observada entre os nossos parceiros comerciais é de 0,037 km/km². Isso significa que o Brasil tem uma malha ferroviária 12 vezes menor que a média da malha de nossos parceiros. As deficiências na infraestrutura logística do país representam um custo total (direto e indireto) de 1,8% do preço dos produtos da indústria de transformação e 1% do faturamento.

Em relação aos custos extras de serviços e funcionários, destaca-se a existência de diversos serviços públicos cuja oferta pelo governo é insuficiente ou possui baixa qualidade. Isso faz com que as empresas industriais brasileiras supram, com seus próprios recursos, determinados serviços cujo provimento pelo Estado é de baixa qualidade. A consequência é um aumento nos custos das empresas industriais devido aos gastos com serviços de saúde, de previdência e assistência, cujo acesso representa melhora na qualidade de vida e bem-estar dos funcionários e, consequentemente, o melhor exercício

de suas atividades profissionais. Em janeiro de 2013, a Fiesp/Decomtec publicou o documento Carga Extra na Indústria Brasileira (Parte 3 - Custos de custos extras de serviços a funcionários devido a deficiências dos serviços públicos). O levantamento concluiu que o impacto representado pelo oferecimento desses serviços é da ordem de 0,96% do preço dos produtos industriais.

A inflação medida pelo IPCA dos bens não comercializáveis tem sido, nos últimos oito anos, maior que a dos bens comercializáveis. Em 2012, a variação acumulada em 12 meses do IPCA dos bens não comercializáveis foi de 8,1%, enquanto os preços dos bens comercializáveis variaram apenas 4,4%. Uma vez que a indústria é intensa consumidora de serviços, a elevação dos preços dos serviços contribui para agravar o custo Brasil.

O cenário exposto acima, caracterizado por um elevado custo Brasil, revela um ambiente macroeconômico inóspito ao desenvolvimento do setor industrial, o que representa uma grande perda para a economia brasileira. O setor industrial é intensivo em investimento produtivo e a retração da indústria representa um entrave ao cresci-

Trabalhadoras chinesas produzem bonecas que serão vendidas a preços elevados em diversos países. A mão de obra barata tem atraído cada vez mais empresas para a China e acirrado a concorrência mundial. Mas até quando a população vai aceitar esse modelo de linha de produção?

Fica evidente que o problema é a falta de competitividade da economia. Aqui, o custo Brasil e a política de valorização cambial se evidenciam

mento da economia brasileira. Um ambiente mais propício ao desenvolvimento industrial afetaria positivamente o crescimento econômico nacional, pois, entre os grandes empregadores, o setor industrial paga os melhores salários conforme o aumento da escolaridade. A produtividade desse setor é 31% maior que a média da economia e, no setor privado, a indústria de transformação realiza 70,5% de todos os gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Além de todo o ônus causado pelo custo Brasil, a produção industrial nacional ainda enfrenta mais uma barreira imposta pela política brasileira de valorização cambial. Pois, apesar da desvalorização relativa ocorrida em meados de 2011, o real segue valorizado. Entretanto, a trajetória do desenvolvimento das principais economias do mundo indica que a taxa de câmbio valorizada restringe o crescimento de longo prazo, sobretudo pela limitação que impõe à atividade da indústria de transformação. Essa limitação decorre do fato de a valorização cambial provocar redução do preço de produtos importados, sendo essa redução mais significativa que a incorrida no custo



LATINSTOCK



LATINSTOCK

de produção da indústria doméstica, uma vez que a maior parte de sua estrutura é insensível às variações da taxa de câmbio. Uma simulação realizada pela Fiesp/Decomtec ilustra esse argumento. Considerando uma valorização cambial de R\$ 2,00/US\$ para R\$ 1,50/US\$, o preço do produto importado no mercado interno reduziria 25%, enquanto o preço do produto nacional no mercado interno reduz apenas 10%. O que significa que o preço do produto importado ficou 17% mais caro que o produto doméstico. Isso se deve ao baixo peso dos insumos importados nos custos produtivos totais, pois, enquanto a valorização é totalmente absorvida pelo produto importado, o produto doméstico absorve apenas uma parcela dessa variação, visto que componentes como salários, tributos e lucros não são reduzidos com a valorização cambial.

Existem inúmeras metodologias para cálculo de quanto as moedas se encontram valorizadas ou desvalorizadas, ou "desvio" de taxa de câmbio. Não há, todavia, unanimidade quanto à metodologia mais adequada para a sua aferição. Uma abordagem bastante utilizada é o índice Big Mac. Sua metodologia é baseada na Teoria Paridade do Poder de Compra, segundo a qual as taxas de câmbio devem se ajustar para que o preço de uma cesta de bens seja o mesmo nos distintos países. O índice Big Mac divulgado em janeiro de 2013 indica uma valorização de 29% do real em relação ao dólar. Mesmo se considerarmos os resultados apresentados pelo Estudo do Observatório do Câmbio da

O índice Big Mac divulgado em janeiro de 2013 indica uma valorização de 29% do real em relação ao dólar. Ele é baseado na Teoria Paridade do Poder de Compra, na qual as taxas de câmbio devem se ajustar para que o preço de uma cesta de bens seja o mesmo em países distintos

FGV-Eaesp, observaremos um desalinhamento cambial de 15% em julho/2012.

Assim, fica evidente que o problema da competitividade brasileira reside na falta de competitividade da economia. É nesse contexto que o custo Brasil e a política de valorização cambial se evidenciam, pois um custo Brasil elevado encarece os custos dos produtos domésticos, fazendo com que seus preços finais sejam maiores que os dos produtos importados. Esse efeito é reforçado pela política de valorização cambial, uma vez que o câmbio valorizado barateia as importações. Ou seja, por mais competitiva que a indústria nacional possa ser, a falta de competitividade da economia brasileira torna desigual a competição entre produtos nacionais e importados. Enquanto essas forem as condições da economia brasileira, o produto importado terá maior facilidade para concorrer com o produto nacional e sempre haverá espaço para medidas compensatórias.

André M. Rebelo

Assessor de assuntos estratégicos da presidência da Fiesp

“NA MIAMI,
VOCE APRENDE COM O MERCADO
E AINDA CONSEGUE AGRADÁ-LO.
AO MESMO TEMPO.”



*Luciano Deos – fundador e presidente do GAD¹
e fã da Miami Ad School|ESPM*

Propaganda é sentar, pensar, fazer, jogar tudo fora e refazer.
É assim que se trabalha. E é assim que há 10 anos se ensina aqui.
Tendo aulas com os melhores criativos do Brasil, estagiando nas melhores
agências do mundo e ganhando prêmios nacionais e internacionais.
Miami Ad School|ESPM. 10 anos ralando como agência.

Inscrições abertas:
turmas de julho

São Paulo | Rio de Janeiro

Direção de Arte | Redação Publicitária | Design Gráfico

www.miamiespm.com.br

idea
MIAMI AD SCHOOL | ESPM

A miopia brasileira

Enquanto o mundo busca por um novo modelo de entendimento econômico e social, o Brasil patina e não consegue adequar-se às novas realidades de competição internacional, desenvolvimento educacional e ações que assegurem condições para o crescimento da nação

Por Ricardo Sondermann

*“O neoliberalismo destrói a condição humana.”
“O socialismo não entende a lógica do mercado.”
“O liberalismo prevê a construção da economia sob um Estado mínimo.”
“O socialismo busca o bem-estar igualitário da sociedade.”*

Essas e muitas outras frases da mesma linha, repetidas em palestras, passeatas, programas de rádio e discussões de bar, como se fossem verdades pétreas, fazem parte do dia a dia e da mentalidade das elites políticas, econômicas e acadêmicas. Em um mundo cada vez mais preocupado com eficiência, sustentabilidade, bem-estar individual e social e uma vida em harmonia com a natureza, ainda há espaço para a discussão ideológica? O que poderia a pressão política ou partidária de grupos, de quaisquer tamanhos, acrescentar à realidade das pessoas?

Nas atividades diárias, os indivíduos se apresentam como pessoas físicas, jurídicas ou organizações não governamentais. Elas se envolvem prioritariamente com suas famílias e seu bem-estar individual. Fazem parte de organizações econômicas complexas, quer como funcionários, quer como empreendedores ou profissionais liberais, e executam ações direcionadas a seus semelhantes, quando se integram a associações de benemerência, sindicais ou corporativas.



LATINSTOCK

A QUEM VAI
DIGNIDADE
ESTUDANTES
BRASILEIROS?

Estudantes protestam na avenida Paulista contra a anulação dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por causa de erros de impressão nas provas

Ao educar os filhos, tomar decisões empresariais, escolher um candidato em uma eleição ou buscar fundos para auxiliar uma igreja, clube ou creche, o cidadão se transforma em ser político atuante e convicto de suas decisões. Ao ligar-se a um partido, definir lado ou defender uma ideia, acaba por tornar-se defensor intransigente, para depois poder influir sobre outros.

Essa necessidade de conversão alheia ultrapassa, muitas vezes, a aptidão das pessoas para aprender outras realidades, adaptar-se a situações determinantes e dificulta a sua adaptação à realidade que as rodeia. Por ideias, matamos e morremos. John Keegan, autor de inúmeras obras sobre



LATINSTOCK

Winston Churchill, que foi eleito primeiro-ministro britânico, durante a Segunda Guerra Mundial: "Perguntam-me qual é o nosso objetivo? Posso responder com uma só palavra: vitória"

Em seus 300 anos, o capitalismo gerou desenvolvimento econômico, político e social mais intenso do que nos três mil anos anteriores

conflitos e guerras, cita a frase do general prussiano Karl von Clausewitz: "Em uma guerra, a primeira vítima é a verdade".

Pois a discussão que aqui se propõe é saber se é possível aprender como os conceitos se transformaram em realidade e onde e por que melhoraram vidas. O socialismo foi aplicado em diversas nações, desde a Revolução Russa de 1917, e sobrevive, ainda hoje, em suas versões primárias, em Cuba e na Coreia do Norte. Na China, Vietnã, Camboja e Laos, versões ainda ditatórias do ponto de vista político, permitem certa flexibilidade quando se fala de economia, na medida em que aceitam o capitalismo como fonte de geração de divisas e empregos. O socialismo europeu, ou a social-democracia, criou modelos híbridos em que altos impostos impõem uma igualdade social, com visíveis ganhos para a sociedade, mas com proteção à propriedade privada e aos direitos individuais.

Por outro lado, o capitalismo gerou, ao longo de seus quase 300 anos, um desenvolvimento econômico, político e social, muito mais intenso do que nos três mil anos anteriores. Mesmo governos autodenominados sociais ou "de esquerda" comemoram seus índices de crescimento econômico, com prêmios à sua eficiência administrativa. No Brasil, os índices de desenvolvimento social alcançados pelos governos Lula e Dilma são realizações eminentemente capitalistas, quando recursos passados pelo governo às camadas pobres da população mostraram que as pessoas são muito mais inteligentes no uso desse dinheiro do que o governo que liberou a verba. O dinheiro, transformado em consumo, imediatamente movimentou a economia, confirmando que indivíduos são mais importantes do que governos para fazer a roda da economia girar.

Um passeio pelas ideias

Winston Churchill disse certa vez: "O defeito inerente do capitalismo é a distribuição desigual das benesses; a virtude inerente do socialismo é a distribuição equitativa da desgraça". A frase histórica é citada por Dominique Enright, no livro *A verve e o veneno de Winston Churchill* (Editora Odisseia, 2009).

Já Karl Marx, em sua análise teórica, define que "a taxa média de lucro é definida por fatores como a taxa de explo-

ração da força de trabalho”, como mostra Jacob Gorender, na obra *Marx: o capital* (Editora Abril, 1983). Isso nada tem a ver com a composição orgânica do capital ou inclinações subjetivas. Marx entende que “a demanda, por mais que a influenciem preferências individuais, está antes de tudo subordinada à prévia distribuição dos rendimentos, de acordo com a estrutura de classes existente”. De nada adiantaria ao operário ter as mesmas preferências de seu patrão, se seu salário impede a aquisição do mesmo bem, uma vez que o lucro de seu patrão permite o consumo desejado e sobras para investimento.

O entendimento do que seja a ação humana, o tamanho dos governos e as funções do Estado têm, desde então, acalentado discussões e alternado políticas de governos em todo o mundo, democrático ou não. Em que pese o fato de que durante a Segunda Guerra Mundial os colegas do King’s College em Cambridge, na Inglaterra, tenham passado noites juntos no telhado na escola, em vigília aos ataques nazistas, John Maynard Keynes e Friedrich Hayek nunca apoiaram as ideias alheias, apenas “concordado em discordar”. Tal fato é apontado por Nicholas Wapshott, no livro *Keynes Hayek: the clash that defined modern economy* (Editora WW Norton & Company, 2011).

Na análise da crise de 1929, Keynes e Hayek sustentavam visões diferentes sobre o papel do governo e as ameaças contidas no seu tamanho às liberdades individuais e à intervenção nos mercados. Com a crise de setembro de 2008, George W. Bush rapidamente salta de sua política “hayekiana” para um modelo “keynesiano”, depois prolongado e aprofundado por Barack Obama. De qualquer forma, a discussão não deixou de ser sobre o capitalismo ou a forma de revigorar a economia de mercado. Em nenhum momento, a não ser por alguns pseudopropetas messiânicos e “esquerzofrênicos”, alentou-se a volta a uma sociedade rural em comunas ou a apropriação de propriedades privadas.

O capitalismo funciona em ciclos de crescimento, consolidação e crises, quando sociedades que até aquele momento vinham se desenvolvendo encontram dificuldades para continuar financiando seu *momentum* econômico. Em seu livro, Gorender mostra também que a

Do final dos anos 1970 até a década de 1990, o liberalismo renasce, errônea e pejorativamente chamado de “neoliberalismo”



LATINSTOCK

Juntos, Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, primeira-ministra da Grã-Bretanha, defenderam a empresa privada e combateram os sistemas comunistas na Europa, acabando com a Guerra Fria

grande depressão, ocorrida entre 1929 e 1933, propiciou a revolução da noção de Keynes de que crises poderiam ser submetidas a certo grau de controle e atenuadas pela intervenção do Estado.

No final dos anos 1970 e durante as duas próximas décadas, o liberalismo renasce, errônea e pejorativamente chamado de “neoliberalismo”. Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha, aplicam um receituário econômico liberalizando políticas regulatórias (especialmente a legislação trabalhista), diminuindo o tamanho e as atribuições do Estado através de um

amplo plano de privatizações. Suas economias mudaram radicalmente e um ciclo ininterrupto de crescimento varreu o mundo de 1980 até 2008.

Enquanto isso, no país do futebol...

E o Brasil ainda pensa em termos de um lado contra o outro. Desde o descobrimento, quando os portugueses vieram tomar posse das “terras do pau-brasil”, o desenvolvimento econômico do Brasil esteve atrelado a fatores externos e não à individualidade e iniciativa privada dos brasileiros. Ao contrário das empreitadas privadas de britânicos e holandeses, com a Companhia de Liverpool ou das Índias Ocidentais, o processo de crescimento do Brasil foi capitaneado por uma metrópole controladora de toda atividade, através de regulação e taxas. Não que isso não existisse em colônias britânicas ou holandesas, mas a integração dessas elites ao cenário mundial era mais contundente e elaborada, muitas vezes provocando a independência das colônias ou outros tipos de acordo comercial.

Avesso à independência e à livre iniciativa, o Brasil foi pródigo em impor limites a líderes empresariais como Mauá, criando uma elite subserviente às vontades de seu imperador e aos presidentes da Primeira República. Ao longo da história, o capitalismo nacional incipiente era praticado tanto pelo governo – por meio de um sem-número de empresas estatais, como Petrobras, Usina de Volta Redonda, Banco do Brasil, entre tantos exemplos – quanto por empresários que se valiam de permissões especiais para construir monopólios.

De certa forma, embora surgidos de origens distintas, esses movimentos buscam, na teoria capitalista, desen-

volver suas atividades. Como este movimento surgiu de cima para baixo, não penetrou na sociedade e é, até hoje, responsável pela miopia econômica em que se vive. Ao menor sinal de dificuldade, grandes empresas ou suas agremiações representativas se socorrem das políticas de governo para equilibrar suas finanças, via empréstimos no BNDES, pressão por taxas de câmbio favoráveis ou redução de impostos específicos a suas atividades. Não se discute aqui as origens das crises, mas o que se pode fazer de imediato para reduzir os efeitos. É como se, tendo um paciente doente, o médico apenas aumentasse a dose do remédio, sem se preocupar com a causa da enfermidade.

O Brasil é míope e não procura, apesar do tamanho de seu mercado e do interesse global por ele, adequar-se às novas realidades de competição internacional, desenvolvimento educacional e ações que assegurem condições para o crescimento. Atraem-se investimentos mais pela dimensão do mercado do que pelas condições de liberdade econômica e desenvolvimento. O que se observa como melhoria das condições de vida da população decorre de benesses do governo federal, como programas de auxílio direto e empréstimos para o consumo. Não está errado, mas é insuficiente para pensar em um universo de 20 ou 50 anos.

Tal falta de planejamento estratégico de longo e longuíssimo prazo já começa a cobrar sua conta. O exemplo dramático da Copa de 2014 é o mais visível, mas a infraestrutura logística e energética, já limitada, tem contribuído para índices de crescimento tímidos dos últimos cinco anos. Outro grande problema é a falta de liberdade de empreender e de promover um ambiente ou ecossistema propício para o nascimento e continuidade de pequenos



Faixa proclama “socialismo ou morte” na Havana do revolucionário cubano Fidel Castro



Marcha organizada pelo Partido Comunista para comemorar o 93º aniversário da Revolução Russa



DIVULGAÇÃO/MARCELO SANTOS/PORTAL DA COPA/ME

Depois de reforma de R\$ 1 bilhão, a Arena Maracanã (RJ) reabriu no dia 2 de junho para o amistoso Brasil x Inglaterra



DIVULGAÇÃO / PORTAL DA COPA/ME

Obras realizadas na Arena Corinthians, que está sendo construída para a Copa, na zona leste de São Paulo

O Brasil é míope e não procura, apesar do seu tamanho, adequar-se às novas realidades de competição internacional

e médios negócios. É nesse tamanho de atividade que se desenvolvem grandes oportunidades, melhores margens e o maior número de empregos formais.

Segundo o índice de Liberdade Econômica, apresentado pela Heritage Foundation e pelo *Wall Street Journal*, o Brasil está na centésima posição, entre 185 países. Nas Américas, o país é o 19º entre 29 países, e se situa abaixo de Colômbia, Uruguai e Nicarágua, por exemplo. Nos dez pontos avaliados, perdemos em liberdade fiscal, tamanho do governo, corrupção, liberdade de empreender (abrir e fechar negócios), liberdade de comércio e legislação trabalhista. Tais considerações estão descritas por Terry Miller em um dos capítulos do *Index of Economic Freedom* (The Heritage Foundation, 2013).

Substancialmente grave é o fato de que as discussões ideológicas, que permitiriam um acordo moderno por meio de um rearranjo das obrigações dos governos e do tamanho do Estado, esbarram na construção de impasses. Prevalece a visão de que o não fazer é melhor do que tentar acertar. Por trás de uma argumentação política antiga e infrutífera, as forças políticas e econômicas procuram, escondidas sob o manto das “conquistas sociais”, barrar qualquer tipo de debate sério e construtivo. Está mais do que provado que o indivíduo com liberdade de empreender, dentro das regras e

convenções do estado de direito e da proteção à propriedade privada, sabe fazê-lo melhor com menor intervenção de um Estado burocrático e inibidor. Cabe aqui citar como exemplo o efeito do dinheiro distribuído pelo governo a título de programas assistenciais e o aumento da arrecadação bruta de impostos sobre produtos cujos impostos foram reduzidos.

Precisa-se de um choque de realidade. As forças políticas devem entender que o povo brasileiro sabe empreender e consumir, que empregados podem negociar seus salários, que empresários não são “monstros exploradores” como os desenhados pela propaganda marxista e que empresas e empregados funcionam juntos, prescindem da tutela sindical ou de uma rigorosa lei projetada nos anos de 1930. Precisamos de uma reforma política que diminua a ação, por vezes inepta, por vezes corrupta do Legislativo e de controles efetivos e legais sobre o Executivo e o Judiciário, incluído aqui o Ministério Público.

Os detentores dos poderes podem confiar que seus liderados sabem estruturar suas vidas sem tanta regulação, e o povo brasileiro deve entender que liberdade é a base para condições equitativas de desenvolvimento. Ao contrário do que diz a esquerda brasileira, que “precisamos antes de igualdade, para que depois haja liberdade”, a verdade é que somente havendo liberdade poder-se-á produzir igualdade de oportunidades.

Ricardo Sondermann

Coordenador da incubadora criativa da ESPM-Sul
e presidente do Instituto Liberdade

Aquém e além do público

Por Fernando Padovani

“A dilatação territorial se impõe como uma condição de vida [...], uma vida intensíssima, e que é de todo aleatória [...] não constricta entre as fronteiras inteiriças [...], daí o seu arremesso para o desimpedido dos mares, visando amplificar a pátria, insuficiente, com o solo artificial e móvel dos conveses.”

Euclides da Cunha
(*Contrastes e confrontos*, 1909)



O século que se iniciou cheio de surpresas, como em 11 de setembro de 2001, segue bastante movimentado e continua desmontando padrões consolidados. Depois das invasões militares em implausíveis países desérticos e do aparente restabelecimento do unilateralismo, passamos a conviver com a eclosão de crises antológicas, com a estagnação de economias ricas, o endividamento em tradicionais credores internacionais, a ameaça de desmonte do euro, a gestão inadequada do risco por agências classificadoras de risco, com o esvaziamento das últimas organizações internacionais poderosas, e com a emergência de novas potências econômicas que contrastam com a submersão da capacidade de tradicionais Estados de prover bens públicos essenciais, como estabilidade, crescimento, bem-estar, credibilidade e, sobretudo, certezas.

Além disso, observa-se o amadurecimento, na esfera econômica, de uma complexidade nova, que transforma o chão de fábrica da economia contemporânea, atribuindo mobilidade às estruturas produtivas organizadas na forma de redes, cadeias produtivas que se transformam na “forma organizacional básica da economia contemporânea”, como descreve Manuel Castells no livro *A sociedade em rede* (Paz e Terra, 1999). Esse processo potencializa os fluxos financeiros, comerciais, tecnológicos e de informações. São transformações que acabam por influenciar a reorganização da própria morfologia do espaço econômico, que assume a lógica de um “espaço de fluxos”, contribuindo para questionar os conceitos de territorialidade conhecidos e, assim, também os meios de regulação social disponíveis.

Enquanto os tradicionais modelos institucionais, de base estatal e nacional, se revelam ultrapassados, as novas modalidades de governança parecem ainda estar aquém dos desafios. Existe um descompasso entre os mecanismos institucionais de governabilidade, as transformações econômicas globalizantes e sua influência na gestação de crises.

Regulação de mercado

Desde que a onda de inspiração liberal começou a disseminar reformas do Estado a partir dos anos 1990, o monopólio

As informações e normas criadas pelos agentes de mercado se mostraram deficientes e enviesadas, produzindo falhas de mercado e irracionalidade



estatal sobre a governança coletiva começou a ser questionado, abrindo espaço para a atuação de agentes não estatais, muitos deles instituições de mercado, na gestão de assuntos públicos. A partir desse momento, começa a ser resgatada a percepção de que funções públicas não precisam ser, necessariamente, exercidas por órgãos estatais, conforme uma associação que havia se consolidado nos 50 anos precedentes. Em *Problèmes de légitimité dans le capitalisme avancé* (Payot, 1978), Jurgen Habermas chamou essa tendência de “estatização da vida social e do espaço público”, o que viria a constituir uma verdadeira “mudança estrutural na esfera pública”, na qual o conceito de “público” iria intimamente se confundir com o conceito de “estatal”, como viria a ser defendido por Habermas no livro *Mudança estrutural na esfera pública* (Tempo Brasileiro, 2003).

O modelo liberal de governança da esfera pública baseado na convivência entre instituições estatais e agências de mercado desenvolveu-se e foi aperfeiçoado. Até a eclosão da



LATINSTOCK

Em 2008, os americanos concluíram que hipotecar as próprias casas havia deixado de ser um bom negócio

crise financeira de 2008, era considerado o estado da arte em matéria de regulação social e econômica, como ressaltam os trabalhos de Fernando Cardim e Jan Kregel, no texto *Crise financeira e déficit democrático* (Ibase, 2009) e também o artigo de Maria Cristina Penido de Freitas e Daniela Magalhães Prates, publicado na *Revista de Economia Política* em 2009.

A governança focada na atuação de agentes privados de mercado é baseada nos pressupostos inspirados pelos autores da “nova economia institucional”, como Mancur Olson e Robert Coase. Eles entendem que a disseminação de informações e de outros elementos capazes de reduzir os custos de transação – como mecanismos facilitadores de coordenação, de negociação, de accountability e de redução de riscos e regras e padrões oriundos das melhores práticas de mercado – seria capaz de multiplicar os comportamentos

racionais e, assim, promover a disciplina e a estabilidade de mercado, algo de interesse dos próprios agentes de mercado. Entretanto, com a crise, esses mecanismos e seus princípios começaram a ser questionados. As informações e normas criadas pelos agentes de mercado se mostraram deficientes e enviesadas, produzindo falhas de mercado e irracionalidade, como foi o caso da incapacidade das agências de classificação em avaliar o real risco embutido nos portfólios de mercado.

Para os críticos dos pressupostos liberais, os desacertos evidenciados pela crise deveriam representar a deixa para uma saída de cena teatral, alegando uma comprovada e definitiva incapacidade conceitual de instituições de mercado regularem o próprio mercado. A crise de 2008 não seria entendida como apenas um primeiro ensaio de governança compartilhada entre instituições públicas e privadas, mas como o claro abandono do Estado de suas tarefas de controle, gerando uma situação de anomia e de “excesso de liberdade”, dentro da qual os interesses imediatistas dos agentes gerariam situações de exuberância irracional, assumindo a forma de situações críticas nada exuberantes. Assim, o monopólio das funções de controle social deveria ser devolvido para as burocracias estatais, para assegurar o interesse coletivo e reverter o déficit democrático. Já para os defensores do modelo liberal, esses mecanismos privados deveriam ser mantidos e aprimorados, uma vez que, mesmo não sendo totalmente adequados, continuariam sendo os melhores disponíveis, ainda mais em situações de volatilidade estrutural, provocada por uma realidade de superliquidez dos mercados financeiros.

Além disso, argumenta-se, as instituições sociais seriam dotadas da humana capacidade de aprendizado, podendo ser aprimoradas ao final de cada ciclo do jogo social, adaptando seus instrumentos frente aos erros e novidades do processo histórico. Segundo o célebre “teorema de Coase”, a motivação social de reformar as instituições de regulação dependeria de uma escolha racional em termos de custos e benefícios realizada tanto por cidadãos como por gestores públicos, que se mobilizariam para a reforma em situações em que os custos de falta de regulação se tornassem cri-

A longa recessão iniciada em 2008 tem colocado em dúvida, também, o modelo estatal de gerir a estabilidade e o bem-estar social

Seria praticamente impossível regredir para o sistema anterior de regulação baseado no monopólio burocrático vigente até o final dos anos 1980

ticamente maiores que os custos da mobilização da ação coletiva. No mais, seria praticamente impossível regredir para o sistema anterior de regulação baseado no monopólio burocrático vigente até o final dos anos 1980, que tratava, então, com um mercado dez vezes menor, mais lento e menos complexo, como defende o argumento liberal da impossibilidade de recolocar o “gênio de volta à garrafa”.

O intérprete do interesse coletivo

Por outro lado, a longa recessão iniciada em 2008 tem posto em dúvida, também, o modelo estatal de gerir a estabilidade e o bem-estar social. A própria tese de que o Estado possua uma legitimidade superior por ser o interlocutor do bem comum, que para Karl Polanyi (autor de *The great transformation*, Beacon Press, 2001) significaria especificamente a defesa contra o mercado, acaba sendo questionada. Isso porque as instituições estatais têm encontrado múltiplas dificuldades para pôr em prática a defesa do coletivo, especialmente por meio da operacionalização de um aparelho burocrático partidarizado, tecnocrático, desinformado, defasado tecnologicamente, conceitualmente e juridicamente, com instrumentos construídos e consolidados para responder a questões de outra época. Essa situação seria a expressão de uma “crise de legitimidade” do Estado contemporâneo, uma vez que também enfrentaria o desafio de ver esvaziado o conteúdo nacionalista de seus discursos de legitimação, como proposto por Habermas, em 1978.

Nesse sentido, os críticos do modelo estatizante argumentam que, antes de serem intérpretes dos interesses coletivos, as burocracias estatais procurariam defender os próprios interesses cartoriais, e de seus clientes, também provocando irracionalidades, tais como desalinhamentos, desequilíbrios, bolhas, desinvestimentos, comportamentos oportunistas, corrupção e desperdícios. Entretanto, para os defensores da ideia da existência de uma sintonia entre regulação estatal e interesse público, lembram que, embora existam dificuldades na regulação europeia contemporânea, tais problemas não seriam inerentes ao modelo estatal em si. Essa observação leva em consideração o sucesso regulatório de outros Estados emergentes, baseado numa presença mais incisiva sobre a ação coletiva, tal como ocorre hoje na China,



LATINSTOCK

A crise de 1929 levou muitos americanos às ruas do Distrito Financeiro da cidade de Nova Iorque

Índia e Rússia. E, tal como ocorreu na Coreia do Sul, no Japão e na Europa de outros tempos, como Ha-Joon Chang sugere no livro *Chutando a escada* (Editora Unesp, 2004).

Nesse debate, a chamada teoria francesa da regulação, descrita por Robert Boyer em *Théorie de la régulation* (Editora La Découverte, 2004), chama a atenção para o caráter cíclico e momentâneo das disfuncionalidades regulatórias, em que os mecanismos institucionais podem revelar-se desadaptados frente ao amadurecimento de novas circunstâncias sociais, fazendo com que eles percam sua capacidade de ver, perceber e, assim, de atuar sobre as dinâmicas em curso. Cada sociedade seguiria, assim, “tateando” por meio de soluções *ex-post*, de tentativas, erros e novos ajustes depois de cada crise, procurando um índice de compatibilidade regulatória aceitável, num contínuo e humano processo de bricolagem, relatado por Boyer. Um *gap* regulatório que demandaria, segundo o autor de *Théorie de la régulation*, cerca de 20 anos para ser pavimentado.



LATINSTOCK

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 tiraram muita gente das ruas e mudaram o cenário de Wall Street

Essa defasagem técnica e conceitual criaria situações de vácuos regulatórios dentro dos quais as crises seriam gestadas. Os mecanismos cegos, que olham sem ver, perderiam a capacidade de detectar riscos. Nessas frestas regulatórias e zonas de sombra que os riscos de hipotecas e derivativos duvidosos seriam camuflados, a sustentabilidade da dívida soberana seria superestimada, a ineficácia das políticas macroeconômicas de ajuste seria expressa e a importância estratégica de inserção internacional seria relativizada. Também teria sido por esses pontos cegos regulatórios e frestas conceituais que os aviões suicidas de Lower Manhattan teriam passado em 11 de setembro. Os radares do Estado americano não estavam preparados para identificar ameaças não governamentais, subestatais. Tanto no caso dos aviões suicidas quanto dos derivativos suicidas, a gestão de risco mostrou-se inoperante por desconexão conceitual, instrumental e por falta de coordenação.

No Brasil, os mesmos debates sobre a eficácia regulatória se reproduzem, com suas especificidades e cores locais,

Tanto no caso dos aviões suicidas quanto dos derivativos, a gestão de risco mostrou-se inoperante por falta de adaptação conceitual e de coordenação

e buscam encontrar soluções para questões latentes que agora começam a ser conjugadas com as transformações da globalização econômica. O desafio de construir uma inserção mais proveitosa na economia contemporânea parece passar também pela readequação de políticas públicas e pelo enfrentamento de problemas estruturais, tais como o desafio de melhorar as infraestruturas, a educação e a inovação. E, com isso, desvencilhando-se da armadilha de não ser mais competitivo nas partes mais baixas das cadeias de valor, ou seja, na produção e montagem de bens manufaturados, sem ainda adquirir competitividade nas fases mais altas das cadeias, dominadas pela inovação, tecnologia e conhecimento. Aqui, essa ameaça do *middle income trap* se conjuga com a ameaça de distanciamento. Como lembra Fernand Braudel, em *Civilisation matérielle, économie et capitalisme* (Armand Colin, 1980), cada momento histórico produz o seu conceito de distância específico, localizado nas suas áreas “fora do tempo do mundo”. No mundo contemporâneo, seriam as cadeias globais e seu espaço econômico de fluxos e conectividade que definiriam o contemporâneo conceito de distância, que pouco tem a ver com a proximidade geográfica. Esse conceito está muito mais relacionado ao grau de conectividade com as cadeias globais.

Como acontece no plano internacional, o desafio que se impõe hoje não está necessariamente expresso nos termos de uma opção entre estratégias estatizantes ou privatizantes, mas em como desenvolver técnicas de coordenação entre as múltiplas e diferentes instâncias de governança, capazes de coordenar mecanismos locais, subnacionais, nacionais, regionais, internacionais, sejam eles públicos ou privados. A crise de 2008 e seus desdobramentos recessivos exemplificariam, mais que o fracasso unilateral de estratégias, sejam elas estatizantes ou privatizantes, a incapacidade social de coordenar as diferentes instâncias regulatórias que atualmente coabitam irremediavelmente o esforço de governança.

Fernando Padovani

Professor da UERJ e da ESPM-RJ



Celso Ming

Cargo: colunista diário da área econômica do jornal *O Estado de S. Paulo* e comentarista da *Rádio Estadão*

Formação: Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP)

Carreira: em 1966 ingressou no jornal *Folha de S. Paulo*. Dois anos depois, foi trabalhar na revista *Veja*. Em 1970, passou a integrar a redação da revista *Exame*. Em outubro de 1974 assumiu a editoria de Economia do *Jornal da Tarde*, onde criou a coluna *Seu Dinheiro*, em 1981. De 1994 a 1998, foi comentarista econômico do programa *Opinião Nacional*, da *Rede Cultura* de TV. Também participou dos programas *Globo Rural* e *TV Mulher*, da Rede Globo

A ameaça americana

O entusiasmo com notícias e escaramuças intelectuais econômicas do jornalista Celso Ming, aos 70 anos, é de fazer corar os colegas com menos da metade de sua idade que passeiam pelas redações com o ar blasé de quem já viu de tudo na vida. Às nove horas da manhã de uma quarta-feira de maio, Ming já cumpriu sua rotina matinal de três jornais (em papel e tinta), serviços noticiosos diversos (na tela de um de seus computadores), e *flashes* da Broadcast, o serviço econômico-financeiro em tempo real da *Agência Estado*, instalado em um notebook na mesa de seu *home office*. Ao final da leitura, o tema de sua coluna diária para o *Estadão* já se impusera: o IPCA, índice de preços oficial, saíra, mais uma vez, acima do esperado, reforçando a percepção de inflação fora de controle.

Ao lado de Joelmir Betting, morto em novembro de 2012, Ming liderou a geração de jornalistas que despiu a cobertura econômica do “economês” que a tornava incompreensível para a maioria dos leitores e ajudou o país a entender o que se passava nos intermináveis anos de hiperinflação, planos econômicos, congelamentos e confiscos. Ele iniciou sua carreira na *Folha de S.Paulo*, mas foi como cocriador da seção Seu Dinheiro, lançada em 1981, no *Jornal da Tarde* (extinto em outubro de 2012), que começou a deixar sua marca na imprensa brasileira. Sua coluna diária é publicada desde meados de 1993, primeiro no *JT*, depois em *O Estado de S.Paulo*.

Seu maior mérito, como comentarista econômico, talvez seja a capacidade de analisar assuntos cotidianos e conjunturais sem perder de vista as tendências estruturais, com impacto de longo prazo. Na manhã fria em que concedeu esta entrevista, os interesses de Ming estavam divididos entre a inflação renitente no Brasil e o início da era do gás de xisto nos Estados Unidos – um fenômeno que, na sua análise, é capaz de virar a economia global de cabeça para baixo, pelos próximos 20 anos, e não está sendo levado suficientemente a sério, pelo menos no Brasil. O tema é complexo, mas, se depender de Ming, será compreendido.

Por Alexandre Teixeira

Foto: Divulgação

Alexandre – *Você identifica mudanças relevantes na economia mundial desde a crise de 2008?*

Ming – Há um aspecto novo, sim. A indústria está ameaçada de ser dizimada no Brasil. E não é por causa dos fatores que estão aí há tempos, de que todo mundo fala. Da desindustrialização, do maior dinamismo dos serviços, da baixa competitividade do país. Tem uma coisa muito pior por vir agora, que é o shale gas [gás de xisto]. Os Estados Unidos deram um enorme pulo do gato nos últimos três anos. O custo do gás americano vai ser uma pequena fração do custo dos combustíveis fósseis no resto do mundo. Isso vai provocar uma brutal revoada dos investimentos de volta para os Estados Unidos.

Alexandre – *Investimentos para o setor energético?*

Ming – Não é só energia. É petroquímica, química básica, metalurgia, especialmente de não ferrosos. É a indústria de fertilizantes. Todas as áreas que precisam de fornos, caldeiras.

Alexandre – *O que isso significa para a economia?*

Ming – É uma revolução. Isso não só vai atrair indústrias do mundo todo para os Estados Unidos, como vai bloquear os investimentos para cá. Hoje, nenhum empresário que

tomou conhecimento desse fenômeno vai investir nessas condições. Os investimentos vão parar. A petroquímica vai parar. A química básica vai parar. Não existe viabilidade.

Alexandre – *O que dá para fazer?*

Ming – Dá para usar tecnologia de cracking do xisto no Brasil. Temos imensas jazidas. O que falta é a decisão. Não sei até que ponto este governo está disposto a enveredar para essa área.

Alexandre – *O foco está todo no pré-sal.*

Ming – O gás do pré-sal está inviabilizado. Nos Estados Unidos, você não precisa nem de gasoduto de grande extensão. A fábrica já está em cima da mina, em lugares como Delaware. É só pôr um canudinho. Não tem essas coisas de extrair do mar, a 300 quilômetros da costa. Então, a condição para os investimentos no Brasil vai mudar dramaticamente.

Alexandre – *Só para esses setores diretamente ligados ao petróleo ou para toda a indústria?*

Ming – Se na química e na petroquímica já começa a ser assim, tudo o que vem a partir daí – plásticos, embalagens etc. – será afetado. Muda tudo. Todos os derivados. Autopeças? Hoje, um automóvel é mais de plástico que de metal. De repente, a in-

dústria de autopeças vai toda para os Estados Unidos. É um negócio grave. Não há consciência do que está acontecendo. Pouca gente está pensando nisso. Já conversei com a Graça Foster, presidente da Petrobras, sobre isso. Ela diz que esse gás é absolutamente imbatível e muda tudo em termos de competitividade. Só que o Ministério do Desenvolvimento e o Ministério da Fazenda estão fazendo uma política industrial maluca e não estão pensando nisso. O BNDES, que faz política industrial, não está nem aí. A Agência Nacional do Petróleo começou a arranhar esse tema.

Alexandre – *Os investimentos no Brasil já vêm minguando. Em pouco tempo, o país mudou de estrela dos mercados emergentes para o segundo ou terceiro plano em investimentos, mesmo na América Latina. O que há por trás dessa mudança de perspectiva?*

Ming – Em primeiro lugar, há incerteza. Os fatores de incerteza são grandes. Esse ativismo do governo Dilma pode passar a impressão de que o Estado está funcionando e é dinâmico. Mas muda toda a regra do jogo. A indústria automobilística é o xodó do governo. Não existe nenhum setor no Brasil que tenha o poder de lobby e convencimento da indústria automobilística. Até porque tem toda a máquina dos sindicatos por trás. O resto ficou para as traças. Os outros setores não conseguem [os mesmos benefícios]. Como fica a indústria têxtil? Como fica a indústria de alimentos? Como ficam os demais setores? Como você vai tomar uma decisão de realizar um investimento, que às vezes é por 20 anos?

A indústria no Brasil está ameaçada de ser dizimada. Não por causa dos fatores que estão aí há tempos... Tem uma coisa muito pior por vir agora, que é o shale gas [gás de xisto]

Alexandre – *Mudou a percepção do investidor estrangeiro em relação ao Brasil?*

Ming – As políticas de conteúdo local e reserva de mercado começam a perder sentido. Se vai todo mundo para os Estados Unidos [atrás do gás de xisto], vai se exportar de lá para onde for.

Alexandre – *O Brasil parece que perdeu o bonde dos acordos bilaterais de comércio. O país ficou apegado a um Mercosul disfuncional, para dizer o mínimo, e, ao contrário do México, do Chile e do Peru, que costuraram diversos acordos, não entrou nessa onda.*

Ming – Você tem toda razão. Estamos num sistema multilateral, bloqueados pela Argentina, que tem problemas e continuará assim pelos próximos 10, 15 ou 20 anos.

Alexandre – *O Mercosul tem futuro?*

Ming – Do jeito que está, não. Ele deixou de ser uma instituição voltada para a integração comercial e econômica e passou a ser, digamos, uma espécie de clube político.

Alexandre – *Daí trazer a Venezuela?*

Ming – Vão querer trazer o Equador, que não tem nada a ver com essa aliança, e sim com uma aliança do Pacífico, com a Colômbia, o Peru e o Chile. E não adianta querer juntar as alianças do Atlântico e do Pacífico. A tarifa média do Chile é de 6%. Por que o Chile vai aumentar suas tarifas aduaneiras para igualá-las à tarifa média do Brasil, que está entre 15% e 16%?

Alexandre – *O outro foco da política*

O custo do gás americano será apenas uma fração do custo dos combustíveis fósseis no resto do mundo. Isso provocará uma brutal revoada dos investimentos de volta para os Estados Unidos

exterior brasileira é o grupo dos Brics. Faz sentido pensar em Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul como um bloco econômico?

Ming – Por enquanto, não. O que pode provocar uma maior integração é esse fenômeno do *shale gas*. A Rússia está perdida, porque não tem condições de concorrer com os americanos, a menos que adote a mesma tecnologia. As jazidas de xisto russas são enormes. Só que elas são todas de propriedade do Estado, como aqui no Brasil. Não é a mesma dinâmica dos Estados Unidos, onde a jazida é do proprietário da terra. As coisas não acontecem com a mesma rapidez. Também a China vai perder investimentos e boa parte do apelo que tem hoje. Não só porque a mão de obra ficou mais cara, mas por ser dependente do fornecimento estrangeiro de matérias-primas e de energia. Como vai competir com os americanos sem energia? O Brasil vai sentir o impacto [do gás de xisto]. É provável que isso crie um novo mecanismo de solidariedade ou, melhor dizendo, uma união de interesses.

Alexandre – *A exploração do gás de xisto terá, portanto, repercussões geopolíticas também.*

Ming – Eu insisto. Essa mudança, que ainda não foi percebida no Brasil, é de uma importância absolutamente transcendental. Vai mudar tudo. Acabou a dependência energética

dos Estados Unidos. Dentro de mais dez anos, eles vão ser absolutamente autossuficientes em gás e petróleo. Vão dispensar Venezuela e Arábia Saudita. Veja, do ponto de vista estratégico, o que isso significa. Quem está pensando nisso está absolutamente preocupado.

Alexandre – *Não só pelo gás de xisto, mas também pelo dinamismo da economia americana e por acertos na política econômica, tudo indica que os Estados Unidos vão sair da crise mais rápido que o resto do mundo, não?*

Ming – Muito mais rápido e por cima outra vez. É preciso botar esse tema na agenda dos *think tanks* aqui do Brasil. Não como algo lateral, mas como uma coisa central.

Alexandre – *No Brasil parece predominar uma leitura diferente do pós-crise, segundo a qual o modelo capitalista anglo-saxão faliu em 2007 e 2008, e o momento agora é de encontrar uma alternativa para pôr no lugar. Um modelo mais intervencionista, inspirado no capitalismo de Estado chinês. É nessa direção que estamos caminhando como país?*

Ming – Essa política centralizadora, intervencionista, digamos desenvolvimentista, é que faliu. Ela tem dois grandes fracassos: não consegue apresentar crescimento econômico, nem controlar a inflação. Por enquanto, você vê os formuladores e os executo-

res dessa política dizendo que é preciso aprofundá-la para colher resultados. Portanto, teríamos de radicalizar. Outro grupo sustenta que nós [como país] mudamos o *mix* de políticas para promover transformações estruturais na economia brasileira, e isso demora para dar resultado. Então, teríamos de ir em frente na mesma linha. Só que não há mais tempo para esperar.

Alexandre – *Dá para antecipar o que acontecerá em seguida?*

Ming – O governo Dilma vai tocar isso [a economia] do jeito que der neste e no próximo ano para emplacar nas eleições. E aí terá de redefinir. Essa redefinição de políticas tem dois caminhos. Fazer essa radicalização, que gente como Arno Agostim [secretário do Tesouro Nacional] e Luciano Coutinho [presidente do BNDES] estão defendendo dentro do governo, ou assumir uma nova postura, porque o empresariado está alarmado.

Alexandre – *O que é essa nova postura?*

Ming – O governo precisará de uma política fiscal mais controlada e rígida para reduzir os juros, os custos da economia, e garantir um mínimo de competitividade à indústria. E terá de tomar decisões importantes na área energética. Não é reduzir tarifas da energia elétrica, fazer puxadinhos aqui e acolá. Não é essa política de desoneração e reduções temporárias de impostos. Isso não serve mais.

As políticas de conteúdo local e reserva de mercado começam a perder sentido. Se vai todo mundo para os Estados Unidos [atrás do gás de xisto], vai se exportar de lá para onde for

Alexandre – *Na verdade, é a retomada de uma discussão que parecia superada no Brasil. Discutir, por exemplo, até que ponto se pode aceitar inflação em alta. Até que ponto é importante ter superavit primário e qual vai ser a âncora da economia. São discussões de 1993 e 1994, quando o país estava ainda se livrando da inflação crônica.*

Ming – Exatamente. O que você falou sobre a leitura que se faz da crise de 2008 por aqui é crucial. O que muita gente diz é: “Acabou o modelo neoliberal, o Consenso de Washington. A economia americana se ferrou. Agora, o modelo a se apropriar é o asiático, sobretudo o chinês”. Esse discurso pós-2008 marcou a administração Dilma.

Alexandre – *O que se vê hoje no governo Dilma começa no segundo governo Lula, sob a justificativa ideológica de que o modelo anglo-saxão havia naufragado e era preciso encontrar uma alternativa.*

Ming – Agora, vai acontecer exatamente o contrário. A China vai entrar em crise, porque não pode mais manter uma política de crescimento puxado por exportações com base em baixo custo de salários. Os Estados Unidos vão retomar a atividade econômica explosivamente.

Alexandre – *Pela lógica, o mais provável, se Dilma for reeleita, seria um recuo.*

Ming – Vejo os setores estratégicos do governo presos a essa visão [do pós-

2008]. Até porque, deu certo politicamente. Nunca houve um presidente do Brasil com a popularidade e a aprovação que tem a presidente Dilma.

Alexandre – *Por que paramos de crescer?*

Ming – Para responder a essa pergunta, preciso fazer uma digressão. Há uma certa confusão entre objetivos estratégicos. A afirmação “eu preciso crescer”, até agora seria entendida como “preciso criar empregos”. O crescimento era importante por gerar empregos. Mas estamos num momento paradoxal em que temos condições ruins de PIB e inflação em uma situação de pleno emprego. Se o Brasil crescer mais, vai prejudicar o mercado de trabalho, criando um custo extra brutal. O país não pode crescer muito mais. O potencial de crescimento do Brasil, hoje, não é de mais que 3% ao ano. A oferta de mão de obra não cresce na mesma proporção, por razões demográficas e educacionais.

Alexandre – *Crescer mais elevaria o custo da mão de obra. Mas por que o país não cresce?*

Ming – Em primeiro lugar, porque não pode crescer. Segundo, o país está crescendo não na indústria, mas em outros setores. O setor de serviços está crescendo fortemente. E ele pesa entre 68% e 69% no PIB. Por esse número, você vê que a prioridade para aumentar o crescimento do PIB seria puxar o setor de serviços, e não a indústria. De novo: há uma confusão de objetivos estratégicos. Queremos que a indústria cresça mais, por quê? Há um crescimento do consumo da ordem de 7% a 8% ao ano, do qual a indústria não consegue dar conta.

Alexandre – *O atual governo diz privilegiar a indústria, mais do que a administração anterior. Paradoxalmente, a indústria está encolhendo.*

Ming – Em parte, porque [o governo] está propiciando um crescimento maior dos serviços, que estão reduzindo a oferta de trabalho [mão de obra] para a indústria. Hoje, com o crescimento do consumo, há um aumento brutal da demanda por serviços: cabeleireiros, empregados domésticos, autônomos, assistência técnica, mecânicos, profissionais de finanças.

Alexandre – *O setor de serviços precisa crescer em detrimento da indústria ou a indústria poderia e deveria estar crescendo junto?*

Ming – A indústria poderia e deveria estar crescendo junto, até porque não está conseguindo suprir a demanda interna e há muito já não consegue exportar. Precisa haver uma nova revolução industrial no Brasil.

Alexandre – *Quais seriam as bases dessa nova revolução industrial?*

Ming – A primeira questão é a de matérias-primas e energia. A segunda é a cambial. A terceira é a da redução de custos de produção, do custo Brasil, especialmente impostos. Quarto ponto: é preciso criar um mercado externo, aumentar a capacidade de exportação pela ampliação do mercado. Isso exige novas negociações comerciais.

Alexandre – *Os juros sempre foram apontados como fator determinante para a anemia da indústria. Dizia-se que o Brasil era um país de rentistas, onde valia*

Se o Brasil crescer mais, vai prejudicar o mercado de trabalho, criando um custo extra brutal. O país não pode crescer muito mais. O potencial de crescimento do Brasil hoje não é de mais que 3% ao ano

mais a pena aplicar dinheiro no mercado financeiro do que investir na produção. Os juros estão num patamar inédito e, no entanto, a indústria não cresce. Eles não eram, afinal, tão importantes?

Ming – Não eram tudo isso que estavam dizendo, como o câmbio não é. Sempre tivemos graves problemas: custo Brasil, educação, mão de obra, os velhos problemas de competitividade. Até recentemente, o governo compensava com mais câmbio essa falta de competitividade. Só que agora não pode mais fazer isso.

Alexandre – *Por que não?*

Ming – Mais câmbio [dólar mais caro] cria problemas não só na inflação, mas tem toda a nova matriz de investimentos do Brasil. Se tiver mais câmbio, a Petrobras está perdida. Ela depende de fornecimento externo de máquinas e plataformas [que ficariam mais caras]. Mais que isso, o Brasil depende de capital externo. Se você bota o câmbio [o dólar] lá para cima, como fica? Quando o câmbio chegou a R\$ 2,10, foi um problema para a Petrobras. A indústria, que cada vez mais depende de fornecimento externo de insumos, matérias-primas, componentes e máquinas, se deu mal, porque teve de pagar mais por tudo isso.

Alexandre – *O país tem eleição ano que vem, e todos os analistas políticos dizem que a presidente Dilma é favorita. É provável, salvo por um acidente de*

percurso, que, uma vez reeleito, este governo tenha de decidir se vai radicalizar ou rever o modelo.

Ming – Há um dado novo nessa equação, que é a consciência das classes produtoras. O empresário percebeu que o negócio dele está prejudicado. Até recentemente, o que faziam a Fiesp e a Confederação Nacional da Indústria?

Alexandre – *Pediam corte de juros e aumento das tarifas de importação.*

Ming – Queriam um conjunto de câmbio e juro. Juro baixo e câmbio alto. Queriam liberação das importações de matérias-primas e pau no produto acabado. Defesa intransigente do produto acabado. A agenda do empresariado era essa. Mas já mudou. Perceberam que não dá mais.

Alexandre – *Querem o que agora?*

Ming – O empresariado está meio perdido, mas com a percepção alterada. Mudou o discurso, pois percebeu que redução dos juros não resolve o problema. Já sentiu que o câmbio bateu onde podia chegar. Mesmo que consiga empurrar o câmbio, isso não vai resolver o problema de competitividade do Brasil. Então, os empresários vão começar a lutar pela sobrevivência. Qual a nossa política? Para onde temos de empurrar nossos dirigentes? O empresariado, hoje, está encurralado.

A face visível da mão invisível

Com a crise financeira de 2008, o modelo neoliberal foi colocado à prova. A livre atuação da mão invisível, em especial nos mercados financeiros, revelou-se na forma de uma crise econômica internacional de grandes proporções. As consequências desse processo tornaram-se bem visíveis aos olhos de milhões de pessoas que hoje sofrem a angústia do desemprego, do desalento e da falta de esperança

Por Orlando Assunção Fernandes

LEHMAN BROTHERS



O mundo vive, desde 2008, uma crise econômica de grandes proporções. Cinco anos depois da quebra do Lehman Brothers, ainda se observa o fraco desempenho da economia mundial, e milhões de pessoas mundo afora, em especial nas camadas mais jovens da população, encontram-se desempregadas.

Nesse cenário, o chamado neoliberalismo foi colocado à prova. Isso porque a crise econômica mundial é, antes de tudo, uma crise do próprio liberalismo, isto é, do processo de hegemonia do ideário liberal econômico inaugurado no século 18, por Adam Smith, e que, ao longo dos anos, passou por vários desdobramentos, ganhando força ainda maior a partir dos anos 1980 com o processo de hipertrofia das finanças, diante da ausência da regulação do Estado.

Compreender as origens e a base argumentativa do liberalismo nos ajuda a melhor entender as causas da crise econômica mundial, bem como nos permite evidenciar a necessidade de um processo de regulação exógena dos mercados financeiros.

Durante a era pré-capitalista, a sociedade foi regida por dois princípios fundamentais: o temor a Deus e a necessidade de um Estado forte. Até então, partia-se da suposição de que a natureza conflituosa dos homens e o egoísmo, natural e intrínseco aos indivíduos, justificavam e tornavam necessária a presença da religião e a interferência do Estado.

Entretanto, diante da necessidade do desenvolvimento capitalista, as novas classes que surgiam necessitavam de uma filosofia política diferente, na qual pudessem justificar sua existência livre das amarras do Estado.

Um caminho nesse sentido seria tentar demonstrar a existência, nos indivíduos, de uma natural benevolência para com os outros, capaz de fazê-los olhar com simpatia as atitudes dos seus semelhantes, pois se os indivíduos não fossem naturalmente egoístas e conflituosos, nem a religião nem o Estado se fariam necessários. Entretanto, tal linha de argumentação mostrava-se pouco sustentável pela simples observação da relação dos homens em sociedade.

E é nesse contexto que se insere o trabalho de Smith, que em 1776 resultou no livro *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (Editora Nova Cultural, 1996). Em vez de tentar negar o óbvio, ele admite, sim, que, no domínio econômico, o sentimento que realmente prevalece é o do individualismo, o do egoísmo. Porém, para ele, a contraposição de diferentes interesses particulares não redundaria, necessariamente, em conflito.

O julgamento impessoal do mercado e a livre concorrência acabariam por produzir resultados alvissareiros

porque, em última instância, as forças da oferta e da procura (a mão invisível do mercado) se encarregariam de coordenar e conciliar os egoísmos privados, transformando o egoísmo natural dos homens em virtude social.

Com a noção de mão invisível, Smith tratará de demonstrar que o indivíduo serve melhor ao interesse coletivo precisamente quando se preocupa em servir a seu próprio interesse pessoal. Movidos por pulsões egoístas, indivíduos livres e com direito natural à propriedade acabam, no processo de interação social, por produzir uma sociedade próspera e em equilíbrio, em que, cada um buscando o seu melhor, conduz a sociedade como um todo a uma situação também melhor. Essas características correspondem apenas a uma vocação espontânea e natural do organismo social.

O que não seria natural, portanto, é impedir a operação dessa mão invisível. O livre mercado passa a ser, desse modo, o caminho para a prosperidade humana, desde que não haja interferências exógenas ao sistema.

Smith acaba assim por ser o pioneiro de uma tradição que terá novos desdobramentos dados por Jeremy Bentham, Nassau William Senior, William Stanley Jevons, Léon Walras, Arthur Cecil Pigou, pelos neoclássicos, novo-clássicos e, até mesmo, pelos novo-keynesianos. Para essa tradição, a ação livre de agentes racionais e maximizadores, sem a intervenção do Estado, resultará, como na física newtoniana, em uma ordem estável, harmônica e em equilíbrio.

Em sua visão, os problemas da economia ou a eclosão das crises devem ser atribuídos apenas às tentativas de interferir nas leis que governam o livre mercado. Qualquer tipo de interferência nos mercados, por parte do Estado, é entendida como nociva e antinatural, e só se justificaria desde que fosse para garantir condições necessárias ao sucesso da iniciativa privada.

Smith evidencia, claramente, essa questão ao delimitar as áreas em que a presença do Estado se justificaria: proteger seus cidadãos da invasão de outros povos (defesa das fronteiras); manter um sistema de justiça capaz de proteger todo membro da sociedade da injustiça e da opressão, seja contra sua integridade física e moral, seja contra a sua propriedade; e criar e manter instituições

A livre atuação da mão invisível, em especial nos mercados financeiros, revelou-se na forma de crise econômica internacional de grandes proporções

e obras públicas que sejam fundamentais para facilitar o comércio em geral, e cuja iniciativa privada, pelo seu lucro, não fosse capaz ou não tivesse interesse de arcar com tais dispêndios (falhas de mercado).

Entretanto, talvez nada nos ajude mais a compreender a recente crise financeira mundial, a partir da visão liberal inaugurada por Smith, quanto a sua maneira de enxergar a tributação dos ganhos com juros. Para ele, a incidência de impostos sobre juros não seria desejável, porque, diferentemente da terra, que não pode ser removida, o capital o é facilmente, podendo se deslocar de um país para outro, quando seu proprietário achar que está sendo submetido a uma fiscalização muito rigorosa ou que está sendo obrigado a pagar, segundo sua própria avaliação, impostos escorchantes. Contando com a possibilidade de remoção desse capital e a paralisia que sua fuga traria para toda atividade econômica que outrora contou com esse dinheiro, tal capital precisa ter, segundo ele, tratamento privilegiado, já que uma tributação que visasse expulsá-lo tenderia a reduzir não só os lucros, mas também os próprios salários.

Tal argumentação, aprimorada e adaptada ao mundo contemporâneo, serviu muitas vezes de princípio basilar para que os adeptos do neoliberalismo defendessem com unhas e dentes a falta de regulamentação e intervenção do Estado sobre mercados financeiros (o que está na origem da crise financeira mundial de 2008), ao se colocarem contrários a qualquer tipo de taxação que viesse a impedir o livre trânsito do capital financeiro por diferentes mercados locais e internacionais, como, por exemplo, a proposta da Taxa Tobin.

A mão invisível nos mercados financeiros

Com a erupção dos alicerces do sistema monetário internacional criado em Bretton Woods nos anos de 1940, abriu-se caminho para a adoção de medidas coadunadas novamente com o liberalismo preconizado por Smith. A partir do Prêmio Nobel concedido, em 1974, a um dos mais importantes economistas liberais do século 20, Friedrich Hayek, e da adoção prática de suas ideias na execução da política econômica por parte dos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, presenciou-se o retorno triunfal das teses liberais voltadas a promover a chamada globalização financeira, através do que François Chesnais, no livro *A mundialização do capital* (Editora Xamã, 1996), define como seus elementos constitutivos: a desregulamentação ou liberalização financeira; a desintermediação financeira; e a abertura dos mercados financeiros nacionais.



O capital pode deslocar-se, quando seu proprietário achar que a fiscalização do país é muito rigorosa ou que paga impostos escorchantes

Essa liberalização, combinada com a veloz proliferação das inovações financeiras, acabou por resultar numa expansão sem paralelos da riqueza financeira. Os ativos financeiros passaram a ser encarados, não só por bancos, investidores institucionais e grandes conglomerados, mas por pequenas e médias empresas e também pelas famílias, como uma alternativa rentável para a gestão de sua riqueza, diante da dominância financeira do capitalismo contemporâneo.

A financeirização do capital tornou-se assim a expressão mais cristalina da dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo, e tal tendência já era apontada pelo próprio Smith quando este mencionava a possibilidade de que pessoas, ao viver do capital a juros, poderiam se sobressair aos proprietários de terras e do capital produtivo e que, no limite, isso poderia até mesmo ocasionar a remoção do capital das atividades produtivas.

Com a ausência da regulação e da interferência do Estado, calcado no pensamento hegemônico neoliberal, instaurou-se um circuito estritamente financeiro de valorização. O capital financeiro e toda uma gama de rentistas, favorecidos pela lógica do capitalismo financeirizado, baseado no liberalismo



LATINSTOCK

Com a noção de mão invisível, Smith mostra que o indivíduo serve melhor ao interesse coletivo quando se preocupa em servir a seu próprio interesse

financeiro, acabaram por exercer grande influência sobre os governos, tornando extremamente difícil para estes impor, àqueles, regras às quais se opusessem firmemente, ou seja, quaisquer medidas regulatórias que impedissem seu livre movimento. Ao contrário, os governos, como já era vislumbrado por Smith, passaram a se preocupar mais em ganhar e conservar a sua confiança, não só tentando atrair esse capital para dentro de suas fronteiras, como evitando a sua fuga.

Nesse cenário, as políticas econômicas foram sendo, em grande medida, “determinadas” por esses agentes que se encontravam em posição de impor suas exigências por elevadas taxas reais de juros, redução ou isenção de impostos, desregulamentação e abertura dos mercados financeiros.

Pelo seu poder de pressão, qualquer tipo de atuação do Estado na economia passou a significar, antes de tudo, uma atuação destinada a não confrontá-los, mas, sim, auxiliá-los nos seus interesses, em uma espécie de “ditadura dos credores”, como aponta Jean Paul Fitoussi, no livro *Le débat interdit. Monnaie, Europe, pauvreté* (Editora Arléa, 1995). Passou-se a apreçoar que o papel do Estado,

como defendido por Smith, deveria restringir-se apenas a atuar nos setores em que sua presença fosse essencial, bem como a garantir o direito à propriedade privada e o respeito aos contratos.

Entretanto, a crise de 2008, desencadeada nos Estados Unidos a partir do chamado mercado de hipotecas de alto risco (*subprime*), acabou por revelar as tensões e contradições desse processo. Ao contrário da alegação liberal, cujos problemas da economia ou a eclosão das crises deveriam ser sempre tributados às tentativas de interferir nas leis naturais que governam a mão invisível, o que se viu foi uma crise oriunda do excesso de liberalismo e da ausência de regulação do Estado sobre os mercados financeiros.

A livre atuação da mão invisível, em especial nos mercados financeiros, revelou-se na forma de uma crise econômica internacional de grandes proporções. As consequências desse processo tornaram-se bem visíveis aos olhos de milhões de pessoas que hoje sofrem a angústia do desemprego, do desalento e da falta de esperança.

É preciso compreender que o mundo atual é bastante diferente daquele observado pelo famoso economista escocês do século 18 e que a tal mão invisível serve apenas para explicar o funcionamento de mercados concorrenciais, tendo pouca contribuição a dar em um mundo marcado cada vez mais por grandes conglomerados empresariais e financeiros, organizados em estruturas de mercado quase sempre oligopólicas, nas quais a lei da oferta e da procura pouco ou nada serve para explicar seus movimentos.

É necessário entender que, no mundo contemporâneo, o homem, interagindo livremente e procurando individualmente o seu melhor interesse, ao contrário do que imaginava Smith, não conduzirá, necessariamente, a coletividade à harmonia e à prosperidade, da mesma forma como ocorre em um cruzamento de vias movimentadas, que na ausência de um semáforo ou de um agente de trânsito (ausência de regulação), cada um buscando o seu melhor interesse (nesse caso, transpor o cruzamento o mais rápido possível), acabará por conduzir as vias a um imenso congestionamento, resultando, portanto, numa situação que poderá vir a ser pior para todos os envolvidos.

Orlando Assunção Fernandes

Doutor em Teoria Econômica pelo IE/Unicamp.
Professor e supervisor acadêmico de Economia da ESPM

Escalado para jogo, o Brasil ainda não entrou em campo

Enquanto a seleção pentacampeã do mundo disputa a Copa das Confederações, economistas revelam novos esquemas táticos e jogadas para ampliar a participação do Brasil no novo panorama mundial. Mas o que esperar de uma nação que nos primeiros três meses do ano registrou 0,6% de crescimento do PIB, queda de 0,3% na produção industrial e recorde de gastos no exterior?

Por Anna Gabriela Araujo



Com o início da Copa das Confederações, os holofotes do mundo estão ainda mais voltados para o Brasil, que tem seu desempenho avaliado dentro e fora dos gramados. A um ano da Copa do Mundo, muitas multinacionais já entraram em campo com suas estratégias de marketing, como é o caso de Fiat, Visa, Coca-Cola e

Johnson & Johnson. O objetivo é marcar verdadeiros gols de placa, durante o evento que deverá agregar R\$ 183 bilhões ao PIB do país. A expectativa do governo é de que o torneio gere R\$ 33 bilhões em investimento na área de infraestrutura para receber 3,7 milhões de turistas, brasileiros e estrangeiros, que deverão injetar R\$ 9,4 bilhões na economia nacional.



Coca-Cola chama os torcedores para colorir o Brasil em campanha que representa o maior investimento em marketing da empresa em 71 anos de operações no Brasil

E vale tudo para levantar a torcida já na Copa das Confederações, que começa em junho. A Band-Aid, marca da Johnson & Johnson, por exemplo, lançou no último mês de maio curativos com design da Copa do Mundo Fifa Brasil 2014. “Queremos proteger e cuidar de toda a nação brasileira, além de criar uma grande torcida customizada que seguirá até 2014”, revelou o gerente de marketing da marca, Ronaldo Art, durante o lançamento da estratégia, que envolve também a ação promocional Estádio de Prêmios, que irá sortear dois Estádios de Prêmios, entregues em certificados de ouro no valor de R\$180 mil cada um.

Em 2012, a Intel completou 25 anos no Brasil e criou um novo plano de ação para acelerar as atividades e os investimentos da empresa no país

A Coca-Cola tratou de colorir o Brasil, com uma estratégia que irá consumir grande parte dos R\$ 14,1 bilhões que a Coca-Cola está investindo no Brasil no período de 2012 a 2016. Em 71 anos de operações no Brasil, este será o maior investimento em marketing já realizado pela empresa no mercado nacional. De acordo com a companhia, apenas em 2013, R\$ 2,6 bilhões serão investidos no país do futebol.

Em outra arena do marketing, a Fiat está convidando os consumidores a invadir a maior arquibancada do Brasil, com o filme publicitário “Vem pra rua”, que deu origem a um movimento nas redes sociais de mesmo nome: *#vempraruua*. A nova plataforma de comunicação da marca representa o maior investimento em marketing da companhia em 2013. “Somos líderes em vendas no Brasil há 11 anos, e por isso as ruas são tão importantes para nós. É lá que queremos que as pessoas celebrem, em um espaço de grande interação. Com tantos eventos esportivos importantes, temos uma oportunidade de nos conectar ainda mais com os nossos consumidores e usar todo nosso conhecimento e presença para transformar as ruas em uma grande arquibancada”, comenta João Ciaco, diretor de publicidade e marketing de relacionamento da Fiat, que está apostando alto no Brasil.



No início de maio, Sergio Marchionne, CEO mundial da Fiat Chrysler e presidente mundial da Fiat Industrial, veio ao país para apresentar à presidente Dilma Rousseff o novo plano de investimentos da companhia, que irá empregar R\$ 15 bilhões no país do futebol até 2016.

Já a Intel aproveita o momento para pôr em prática um novo projeto, como conta Steve Long, presidente da companhia na América Latina. “Em 2012, a Intel completou 25 anos no Brasil e criou um novo plano de ação para acelerar as atividades e os investimentos da empresa no país, nos próximos cinco anos. Nossa estratégia é focada em três pilares: crescimento e evolução do mercado de computação; avanço em mercados além do PC, como tecnologia embarcada; e grandes projetos de relevância nacional, voltados à área de educação, saúde e inclusão digital”, observa o executivo.

Long informa ainda que, em fevereiro deste ano, firmou uma parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC), para promover um plano de colaboração em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias em áreas de interesse nacional. O trabalho será realizado por engenheiros da Intel, empreendedores na cadeia de valor nacional e pesquisadores das principais universidades brasileiras.

Fiat convida os consumidores a invadir a maior arquibancada do Brasil, com o movimento “Vem pra rua”, nova plataforma de comunicação da marca para a Copa

“Com isso, ampliamos, de forma significativa, a atuação da Intel Software no país, com a contratação de aproximadamente 80 engenheiros de software nos próximos cinco anos para oferecer suporte a desenvolvedores locais, criando acesso a programas da Intel para mais de 70 mil companhias de software e 400 mil desenvolvedores locais”, explica o presidente da Intel para a América Latina. “Estamos vivendo um momento único da história do país, e o Brasil tem a chance de assumir uma posição de vanguarda no desenvolvimento de tecnologias de ponta, em especial em áreas de franca expansão como o desenvolvimento de software para sistemas embarca-

De acordo com a consultoria IDC, até 2015, o Brasil será o 4º maior mercado de TI do mundo, atrás de Estados Unidos, China e Japão

dos inteligentes e computação em nuvem.” O investimento tem relação direta com o potencial do Brasil, que desde o ano passado ocupa a posição de terceiro maior mercado de computadores pessoais do mundo. “Os fundamentos econômicos brasileiros fazem com que o país vivencie um ciclo de desenvolvimento contínuo, com crescimento do PIB, reservas internacionais de US\$ 230 bilhões, um sistema financeiro estável e importantes conquistas sociais. Todos esses fatores, aliados a programas de distribuição de riqueza efetivos, criam um clima favorável para o crescimento de negócios”, avalia Long, ressaltando que o mercado de TI representa 4% do PIB brasileiro, enquanto em países mais avançados esse índice chega a 6%. No entanto, dados da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brascom), o segmento deverá chegar a 6% do PIB nacional até 2020. “De acordo com as previsões da consultoria IDC, até 2015, o Brasil será o quarto maior mercado de tecnologia da informação (TI) do mundo, atrás somente dos Estados Unidos, China e Japão”, comenta o presidente da Intel para a América Latina.

Uma partida de US\$ 22,2 bilhões

Bem longe dos gramados verde-amarelos, muitos brasileiros seguem os passos do craque Neymar e vão para o exterior. Nos quatro primeiros meses do ano, US\$ 8,137 bilhões foram gastos em viagens internacionais – valor 13,2% acima do registrado no mesmo período do ano anterior. Assim, o Brasil caminha para um novo recorde, que neste ano deverá superar os US\$ 22,2 bilhões deixados no exterior pelos brasileiros em 2012.

Patrocinadora oficial da Copa do Mundo Fifa Brasil 2014, a Johnson & Johnson lança curativos com design alusivo ao campeonato



Steve Long, presidente da Intel na América Latina: “Em 2012, a Intel completou 25 anos no Brasil e criou um novo plano de ação para acelerar os investimentos no país”

Qual é a jogada que está por trás desses números? O sonho da nova classe média brasileira, que aparece retratado no comportamento das mães de primeira viagem que lotam as lojas de Miami para comprar o enxoval daqueles que serão o futuro da nação. Esse sonho é também o pesadelo de muitos economistas, que fizeram as contas e concluíram: o brasileiro está ganhando mais e também gastando mais, principalmente, no exterior. Essa é a ponta de um iceberg que esconde a demanda reprimida de um povo que sente no bolso o peso dos impostos e que, cada vez mais, tenta comprar o que o mundo oferece de melhor, mais moderno e de menor custo.

O indicativo aparece expresso nos números do Impostômetro, produzido pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP): no Brasil, os tributos consomem os primeiros 150 dias de trabalho; os impostos representaram 36% da produção nacional em 2012; o país tem hoje 63 tipos de tributo.

O Brasil apresenta uma das mais altas cargas tributárias do mundo, mas, em vez de reclamar, aqueles que têm condições financeiras preferem viajar. Na contramão de nossos gastos recordes no exterior, em 2012, os turistas estrangeiros deixaram US\$ 6,5 bilhões no país. A cifra representa menos de 30% do valor gasto pelos brasileiros lá fora e um deficit de US\$ 16 bilhões para o setor de viagens internacionais, no último ano.

De acordo com o Banco Central, de janeiro a abril de 2013, a disparidade entre o que o país gastou com viagens



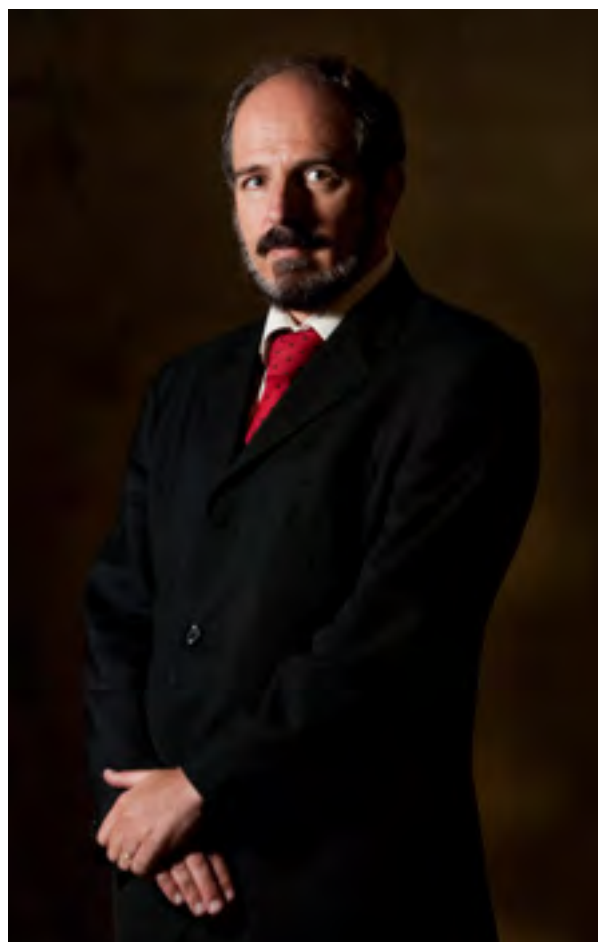
no exterior e o que ganhou com a promoção do turismo nacional cresceu 19,7%, chegando a US\$ 5,637 bilhões, ante US\$ 4,712 bilhões registrados nos quatro primeiros meses de 2012.

Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, afirma que o vilão não é o enxoval importado do bebê. O problema está nas barreiras protecionistas mantidas por impostos elevados, falta de infraestrutura logística, por uma política cambial equivocada e a ausência do Brasil nos acordos comerciais.

O resultado dessa mistura explosiva está descrito no livro *O futuro da indústria no Brasil – desindustrialização em debate* (Editora Civilização Brasileira, 2013). “O auge da indústria de transformação no Brasil se deu em 1985, quando ela respondeu por 25% do PIB. Desde então, a importância da indústria vem declinando paulatinamente, até atingir 15% do PIB em 2011. A participação no PIB que a indústria perdeu, os serviços ganharam”, relata Bacha, logo na introdução do livro que organizou com Monica Baumgarten de Bolle. “De forma similar, a parcela dos bens manufaturados nas exportações totais do Brasil caiu de 55% em 1985 para 36% em 2011. A parcela das exportações que os bens manufaturados perderam, os produtos primários ganharam.” O panorama retrata o processo de desindustrialização do Brasil, estimulado por uma política cada vez mais protecionista e pelo aumento dos gastos dos brasileiros no exterior, que provocam a fuga de bilhões de reais do país.

Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicam que, de 2008 – quando teve início a crise internacional – até 2011, o Brasil perdeu US\$ 5,4 bilhões em vendas a países vizinhos, como Argentina, México, Peru, Colômbia, Chile, Equador, Venezuela, Paraguai e Bolívia, que optaram por comprar da China, dos Estados Unidos e da União Europeia. Hoje, o Chile, por exemplo, tem acordos firmados com 62 países, dois a mais que a Colômbia. Já o Peru tem aliança comercial com 52 mercados internacionais, seguido do México e seus 50 acordos. Na lanterna do grupo, aparece o Brasil, “com apenas 22 acordos, a maioria de pouca expressão comercial, como

Dados da CNI indicam que, de 2008 até 2011, o Brasil perdeu US\$ 5,4 bilhões em vendas a países vizinhos, como Argentina, México e Peru



O economista Fabiano Giambiagi: “Na chamada ‘etapa fácil’ do crescimento, o país foi aprovado. Já na ‘prova difícil’, estamos com dificuldades até para entender as questões...”

Israel, Egito, Palestina e a União Aduaneira do Sul da África. Os três últimos ainda nem entraram em vigor”, revela o estudo divulgado pela CNI, em abril. “O país corre o risco de perder mais espaço nos mercados exportadores se não entrar no jogo mundial e buscar novas parcerias no comércio internacional”, conclui o levantamento.

Para muitos economistas, este é um dilema que começa com uma pergunta de US\$ 22,2 bilhões: “Como fazer o Brasil crescer mais que 0,6% ao mês?”. Com bens e serviços melhores e mais baratos, como aqueles que atraem milhares de brasileiros para Miami. E a fórmula para isso Bacha revelou durante uma entrevista ao *Programa do Jô*, da Rede Globo: “Como produzir itens de qualidade alta e custo baixo? Integrando o Brasil na economia internacional”.

Qual é mesmo a pergunta?

Para o economista Fabio Giambiagi, o consumo pode alavancar o crescimento durante alguns anos, mas é preciso aumentar os investimentos no país com o objetivo de gerar um modelo sustentado de desenvolvimento. “Alavancar esses investimentos é um processo muito mais complexo que estimular a política do ‘pau na máquina’ de consumo a juro baixo e crédito farto. Esta é a chamada ‘etapa fácil’ do crescimento. Nela, o país foi aprovado. Já na ‘prova difícil’, estamos com dificuldades até para entender as questões...”, comenta o profissional que já atuou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, e na assessoria do Ministério do Planejamento em Brasília.

Autor de inúmeros livros sobre o assunto, como *Brasil: raízes do atraso – paternalismo versus produtividade* (Editora Campus, 2007), Giambiagi mostra como o assistencialismo viciado do governo e os elevados gastos do setor público emperram, há anos, o crescimento do país. “Estado e setor privado devem ser sócios do progresso, cada qual cumprindo o seu papel. Ao Estado cabe cuidar da educação, da saúde, da Previdência, da estabilidade econômica e dos despossuídos. Enquanto o setor privado é imbatível em fazer o empreendedorismo florescer e os negócios prosperarem. É isso que os chineses descobriram na década de 1970 e que boa parte de nossos dirigentes políticos ainda não entendeu.”

Giambiagi diz que hoje a imagem do Brasil passa por um processo de desbotamento. “O país fez muitas coisas positivas nos últimos 20 anos, mas foi supervalorizado pelo resto do mundo no final da década passada”, salienta o economista citando três acontecimentos que levaram a essa supervalorização: o auge do crescimento, propiciado por uma combinação de circunstâncias, com destaque para o amadurecimento de reformas antigas, a existência de capacidade ociosa e o *boom* das *commodities*; o fato de o mundo estar de pernas para o ar; e a escolha do país como sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. “Aos poucos, voltamos a ser vistos como um país complicado, onde tudo demora para ser resolvido e os problemas estruturais, que obstaculizam o crescimento, continuam aí, como há 20 anos, sem que o país tenha atacado correta-

O país corre o risco de perder mais espaço nos mercados exportadores se não entrar no jogo mundial e buscar novas parcerias internacionais



Campanha da Brahma para a Copa das Confederações brinca com o conceito “Imagina na Copa?”

mente seus gargalos.” Ele acrescenta ainda que Fernando Henrique Cardoso entrou para a história como o governo que trouxe a marca da estabilidade e das reformas, depois de anos de hiperinflação reprimida e paralisia decisória. “Lula ficou marcado pela inclusão social, o Bolsa Família e o fenômeno da ascensão da chamada classe C. Já a gestão de Dilma representa um governo sem marca, cuja referência, creio, se perderá no futuro, assim como outros presidentes que são apenas uma nota de rodapé nos livros de história.”

Tal percepção aparece na 17ª edição do *Boletim Brasil*, um levantamento trimestral das notícias e reportagens sobre o país publicadas em 15 veículos internacionais. Produzido pela agência Imagem Corporativa, o estudo registrou uma queda no número de matérias relacionadas ao Brasil no primeiro trimestre de 2013. No período foram publicadas 1.069 reportagens, o que representa uma redução de 10,54% em relação ao trimestre anterior. De acordo com Ciro Dias Reis, presidente da Imagem Corporativa, mais de 70% das citações foram positivas. “Mas, analisando a cobertura internacional de veículos, como o jornal *Financial Times* e a revista *The Economist*, notamos que o olhar da imprensa em relação ao mercado nacional já não é tão otimista. O humor mudou.” Um exemplo disso foi o destaque que o *Financial Times* deu ao “pibinho” de 0,6% do Brasil, em maio.

Vice-presidente da rede global PROI Worldwide e membro do *board* da International Communications Consultancy Organisation (ICCO), Reis afirma que a percepção do Brasil



já foi melhor em termos de mercado para investir no longo prazo. “Estamos perdendo a capacidade de atrair investimentos. As empresas estão mais entusiasmadas com os resultados obtidos no México do que no Brasil. Nosso PIB tem desapontado os analistas de todo o mundo”, informa o executivo, que acaba de voltar do encontro anual da PROI Worldwide, que reuniu as 80 agências de relações públicas da rede em Nova York. Neste ano, o evento estava previsto para acontecer no Rio de Janeiro, mas... “Os preços exorbitantes cobrados pelos hotéis e restaurantes da cidade-sede da Copa de 2014 inviabilizaram a ideia”, compara Reis. “Conversando com grandes *players* mundiais, a sensação é de que o país já não ocupa mais a segunda divisão do campeonato, mas ainda não temos um time preparado para disputar as primeiras posições com os melhores do mundo.”

Na prática, o Brasil é considerado o motor da economia latino-americana, mas seu fôlego de crescimento e suas variáveis macroeconômicas já não apresentam o mesmo desempenho de três anos atrás. Ainda assim, a iniciativa privada continua batendo um bolão, com a construção de grandes cases no exterior, como a compra da tradicional marca de ketchup Heinz, pela Ambev. Realizado em fevereiro de 2013, o negócio de US\$ 28 bilhões foi comandado pelos brasileiros Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira, donos da 3G Capital, em parceria com a Berkshire Hathaway, do bilionário americano Warren Buffett. No livro *Sonho grande*, recém-lançado pela editora Primeira Pessoa, a jornalista Cristiane Correa apresenta a trajetória desse trio que construiu a Ambev,

Voltamos a ser vistos como um país complicado, onde tudo demora para ser resolvido e os problemas estruturais continuam aí, como há 20 anos

baseada em quatro pilares: “meritocracia, controle de custos inclemente, trabalho duro e uma dose de pressão que nem todos aguentam”, define a autora.

Outro exemplo é a Embraer, terceira maior fabricante mundial de aeronaves comerciais, que desde o início do ano conquistou três de quatro contratos bilionários no mercado de aviação comercial americano. As vendas para as empresas Republic Airways, United Airlines e SkyWest representam valores de tabela que chegam a US\$ 5 bilhões. Recentemente, o vice-presidente executivo financeiro e de relações com investidores da Embraer, José Antonio de Almeida Filippo, afirmou que a meta da empresa para 2013 é atingir uma receita líquida de US\$ 5,9 bilhões a US\$ 6,4 bilhões, com a entrega de aproximadamente 200 jatos.

Esses desempenhos são a prova de que o Brasil ainda pode entrar em campo para ganhar e, assim, mudar o desfecho do capítulo atual de sua história. Uma tentativa de ampliar a participação do país no mercado internacional foi realizada em março, quando a presidente Dilma Rousseff lançou o Plano Inova Empresa. A iniciativa disponibilizou R\$ 32,9 bilhões para as empresas brasileiras – dos setores industrial, agrícola e de serviços – investirem em inovação e tecnologia visando à atuação no mercado externo.

Mas Giambiagi alerta que o país pentacampeão no mundo do futebol ainda tem muitos problemas fora dos campos. “Nossa educação acumula um atraso secular e estamos avançando, mas lentamente, em face das necessidades de um mundo competitivo. Nossa poupança doméstica é muito baixa (problema que se agravou com o consumismo dos últimos anos). E nossa infraestrutura está em pandarecos, em todos os setores”, detalha o economista. “Precisamos construir as bases para um novo avanço do país. Para a nossa classe política, isso implica deixar de se guiar por aquilo que o povo quer. Uma democracia funciona quando se mostram os caminhos e o povo escolhe qual seguir, a partir da distinção entre os programas. Quem formula a agenda do país é o Executivo, que não deve prescindir disso, mas precisa ter uma agenda boa”, observa o economista, que abre seu livro *Brasil: raízes do atraso – paternalismo versus produtividade*, com a seguinte frase de Nelson Rodrigues: “Nada é mais difícil e cansativo do que tentar demonstrar o óbvio”.



LATINSTOCK

A energia que move o mundo: estratégia e geopolítica

Na teoria, as fontes de energia renováveis e as descobertas do pré-sal podem fazer com que o Brasil assuma uma posição de destaque no cenário mundial. Na prática, esse processo não é tão simples assim

Por Marcelo Zorovich

Concomitante ao desenvolvimento econômico, o Brasil tem se tornado uma voz cada vez mais importante na busca da ampliação da segurança energética. A combinação entre o potencial de mercado e a posição geográfica, bem como as fontes de energia renováveis e as descobertas do pré-sal, podem contribuir para que o país assuma uma posição de destaque não apenas na América do Sul, mas também junto aos parceiros dos Brics. No entanto, apesar de todo o potencial energético do país, o processo não é tão simples assim, como demonstra Adilson de Oliveira em um paper do International Institute for Sustainable Development (*Energy Security in South America: The Role of Brazil*, 2010) e em um artigo publicado no International Journal of Energy Sector Management (*South Cone energy integration: a look from Brazil*, 2007). Em seus textos, o autor mostra que há entraves em relação à política energética brasileira, capacidade de oferta e infraestrutura, a exemplo do segmento de gás natural. Paralelamente, observa-se uma oportunidade para melhor articulação junto aos países sul-americanos.

Durante a quarta cúpula dos Brics, realizada em março de 2012, na cidade de Nova Delhi, os russos Mikhail Komarov, Evgeny Kozlovsky e Rudolf Makrushin argumentaram que Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul compartilham um interesse comum em matérias-primas e exploração de recursos.

A quantidade de hidrocarbonetos produzidos e consumidos varia, mas os países que compõem os Brics, exceto a Rússia, têm um déficit. Os recursos complementares

entre eles podem ajudar a minimizar os riscos através do comércio mutuamente benéfico e das relações econômicas. A segurança energética ganha relevância na agenda política e econômica dos Brics, visto que o acrônimo representa aproximadamente 43% da população global e 18% do PIB nominal mundial, segundo os dados mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM).

Segurança energética

No livro *The quest. Energy, security, and the remaking of modern world* (The Penguin Press HC, 2011), Daniel Yergin afirma que o sistema de segurança energética enfrenta dois desafios relevantes em escala global. O primeiro é colocar a China, a Índia e outros mercados emergentes (incluindo a América do Sul) em sintonia com o crescimento econômico e a demanda por energia. No início da década de 1970, os países considerados industrializados respondiam por 80% do consumo mundial de petróleo. Atualmente, eles estão reduzidos a pouco mais de 50%, e essa participação continuará a declinar, uma vez que a maior parte do crescimento da demanda por petróleo e outras fontes de energia deverá ocorrer nos países em desenvolvimento, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE).

Outro desafio diz respeito à infraestrutura para mitigar os riscos no fornecimento energético. A AIE declara que a segurança energética deve ser estendida para a segurança de toda a cadeia de abastecimento. Como demonstra Oliveira em seus artigos escritos em 2007 e 2010, a expan-

são da infraestrutura energética do Brasil, tanto para a produção quanto para o consumo, exige investimentos e liderança do Estado, podendo o país contribuir de forma significativa com os vizinhos sul-americanos.

Com respeito aos Brics, a segurança energética continuará a ter um papel relevante nas relações político-econômicas. Na opinião de Yergin, China e Índia não têm recursos suficientes para suprir a demanda energética, em oposição ao Brasil e à Rússia. Já a África do Sul tem significativa dependência do carvão e os investimentos apontam na direção das fontes renováveis. Levantamentos do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) apontam que os resultados entre Brasil e China continuam sendo mais expressivos para o mercado brasileiro, em termos de comércio internacional, que é dependente da ampla exportação de *commodities* brasileiras e da importação de manufaturados chineses. A Rússia lidera a produção mundial de gás natural e detém uma posição de destaque na produção de petróleo bruto. A segurança energética russa é uma prioridade que vai além da agenda de seus consumidores, representando mais de 70% de suas exportações totais.

Em uma breve evolução da literatura a respeito do tema, Özgür Özdamar, em *Security and foreign policy* (University of Economics and Technology, Ankara, 2003), bem como Leigh Hancher e Sally Janssen, autores de *Shared competences and multi-faceted concepts – European legal framework for security of supply* (Oxford University Press Inc., 2004), observam que a segurança energética pode ser definida como uma condição na qual uma nação, seus cidadãos e a indústria têm acesso a recursos de energia a preços adequados e livres de riscos que fazem parte do arcabouço energético.



LATINSTOCK

A segurança energética ganha relevância na agenda política e econômica dos Brics, visto que o acrônimo representa aproximadamente 43% da população global e 18% do PIB nominal mundial

Catherine Redgwell, que junto com Barry Barton, Anita Ronne e Donald Zillman editou *Energy security: managing risk in a dynamic legal and regulatory environment* (Oxford University Press, 2004), sublinha que “a insegurança” pode surgir por várias razões, como instabilidade geopolítica, desastres naturais, terrorismo ou falta de investimentos. Após a Segunda Guerra Mundial, a segurança energética foi definida como a segurança de abastecimento, incluindo as preocupações oriundas da crise do petróleo na década de 1970. Em meados dos anos de 1980, devido aos avanços tecnológicos no setor, a atenção também se voltou para questões ambientais, como detalha Francis McGowan, no artigo “Energy policy”, publicado no livro *The European Union and national industrial policy*, editado por Hussein Kassim e Anand Menon (Editora Routledge, 1996).

No artigo “Energy security” – parte integrante do livro *Handbook of oil politics*, editado por Robert E. Looney (Editora Routledge, 2012) –, Daniel Moran explica que, na década de 1990, a globalização e a interdependência dos mercados passaram a definir outras implicações para os Estados gerenciarem a logística transfronteiriça dentro do escopo das relações internacionais. Na última década, a industrialização dos países em desenvolvimento, além de renovar a demanda por petróleo e outros combustíveis fósseis, sugere a conceituação da segurança energética para abordar não apenas a sustentabilidade ambiental, mas principalmente a confiabilidade dos mercados para os países exportadores e a acessibilidade de energia para ambos, importadores e exportadores, conforme avalia McGowan em seu artigo.

De acordo com Yergin, as relações atuais entre países produtores e consumidores são mais baseadas na interdependência e na cooperação. No caso específico da segurança energética, essa situação aponta para a aplicação da teoria da interdependência proposta por Robert Keohane e Joseph Nye, em *Power and interdependence: world politics in transition* (Editora Little, Brown, 1977). Essa abordagem contribui para formar uma ligação entre a segurança e os estudos de política econômica internacional.

Usando como base a teoria de Keohane e Nye, Nataliya Esakova diz que a interdependência é a garantia de uma forte parceria comercial e de fornecimento estável ao longo do tempo. No livro *European energy security. Analysing the EU-Russia energy security regime in terms of interdependence theory* (Springer Verlag, 2012), ela afirma que existe uma ligação crucial entre interdependência e cooperação, sendo a interdependência a precondição para a cooperação quando se refere à energia. Dessa forma, o comércio energético atravessa as fronteiras nacionais e favorece o entrelaçamento entre os países, implicando políticas que exigem uma coordenação em escala nacional e internacional, incluindo empresas e governos. Para Oliveira, esse movimento faz parte da lacuna que o Brasil pode preencher.

O poder do gás natural

O consumo final energético do Brasil em 2012 lança luz às perspectivas para os próximos anos (ver tabela acima).

O que diz o governo brasileiro? Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o conjunto das fontes renováveis de energia no Brasil crescerá a uma taxa média de aproximadamente 5% ao ano, passando de

CONSUMO FINAL ENERGÉTICO E PARTICIPAÇÃO POR FONTE NO BRASIL

| Fonte | 10 ³ tep* | % |
|---------------------------------------|----------------------|-------------|
| Gás natural | 17.867 | 7,5 |
| Carvão mineral e coque | 12.000 | 5,0 |
| Lenha | 12.961 | 5,4 |
| Carvão vegetal | 5.733 | 2,4 |
| Bagaço de cana | 29.032 | 12,2 |
| Eletricidade | 43.011 | 18,1 |
| Etanol | 11.353 | 4,8 |
| Biodiesel | 2.339 | 1,0 |
| Outros | 8.309 | 3,5 |
| Fontes (1) | 142.605 | 59,9 |
| Óleo diesel | 44.435 | 18,7 |
| Óleo combustível | 5.211 | 2,2 |
| Gasolina | 22.512 | 9,4 |
| GLP | 8.238 | 3,5 |
| Querosene | 3.710 | 1,6 |
| Outros derivados de petróleo | 11.531 | 4,8 |
| Derivados de petróleo (2) | 95.637 | 40,1 |
| Consumo final energético (1+2) | 238.243 | 100 |

*Tonelada equivalente de petróleo

Fonte: Adaptado do Ministério de Minas e Energia – *Plano Decenal de Expansão de Energia 2012*

uma participação total de 43% na matriz energética do país para 45% em 2021. O governo ainda projeta que o incremento da participação das fontes renováveis na oferta interna de energia ocorrerá a despeito do forte aumento da participação do gás natural para aproximadamente 15% em 2021 (ainda abaixo dos 20% de importância desse segmento na matriz energética global). Tal desempenho está relacionado à importância da exploração e produção no pré-sal ao longo desse período. Considerando-se as principais fontes renováveis, projeta-se aumento dos derivados da cana-de-açúcar, que



Homem trabalhando na Plataforma P-56, da Petrobras, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro

LATINSTOCK

incluem o etanol. Essas previsões fazem parte do *Plano Decenal de Expansão de Energia* (PDE 2021). Derivados da cana e eólica sustentarão aumento de participação das fontes renováveis ao longo dos próximos dez anos, conforme divulgado pela EPE, em setembro de 2012.

Apesar de todo o potencial e das perspectivas de crescimento, há obstáculos com os quais o Brasil se depara para se tornar mais competitivo. Em 2012, o grupo Estado, em conjunto com o Projeto + Gás Brasil, desenvolveu o Fórum Brasil Competitivo – O Futuro do Gás Natural. Nesse especial, produzido em outubro do ano passado, foram impressas as opiniões de grandes especialistas desse setor, que destacam os seguintes aspectos:

“Há uma falta de acesso ao mercado e pouca transparência sobre o que acontece com o pipeline no Brasil. Existem poucos produtos e o armazenamento não é suficiente. Não há transparência em relação aos preços. A dominação da Petrobras é negativa para o mercado brasileiro. Os preços no Brasil são cinco vezes mais caros em comparação com os Estados Unidos.”

Ashley Brown, professor de políticas energéticas de Harvard, Estados Unidos

“O mercado brasileiro é novo e um dos desafios a serem superados é a concentração da Petrobras.”
Marco Antonio de Almeida, secretário de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia do Brasil

“O fato de que a Petrobras é um agente dominante nesta cadeia é um fator limitante. Os preços ficam prejudicados.”

José Anibal, secretário de Energia do Estado de São Paulo

“Há indícios de gás em todas as partes do país. Políticas públicas mais eficientes são necessárias para promover o desenvolvimento interno.”

Magda Chambriard, diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP)

“Tendo um dos preços mais elevados no mundo, os leilões poderiam ser uma alternativa para a perda de competitividade.”

Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace)

A segurança energética pode ser definida como uma condição na qual uma nação, seus cidadãos e a indústria têm acesso a recursos de energia a preços adequados e livres de riscos que fazem parte do arcabouço energético

“É fundamental a produção de um gás mais barato. O desafio é o custo Brasil.”

Winston Fritsch, presidente da Petra Energia do Brasil

“Um país que pretende alcançar 20% do PIB em investimentos tem de olhar para diferentes mecanismos para atrair recursos.”

Fernando Garcia, coordenador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)

Em resumo, apesar do elevado potencial do Brasil como um fornecedor regional, o preço desse combustível está em US\$ 16 por milhão de BTUs (British Thermal Unit, ou Unidade Térmica Britânica), que representa um valor elevado em comparação aos US\$ 2 dos Estados Unidos. A falta de infraestrutura, tecnologia e mão de obra qualificada impõe um piso para a queda dos preços no mercado interno. A diferença de preço entre o Brasil e os Estados Unidos, por exemplo, vem afetando a competitividade de setores da economia brasileira, tais como as indústrias petroquímica, de cerâmica e de vidro, que dependem do gás. Para exemplificar, o custo do gás natural na produção de composição do preço na indústria petroquímica corresponde a 70%.

Como afirmou Paulo Pedrosa, presidente da Abrace, durante o fórum O Futuro do Gás Natural, realizado pelo grupo Estado, em outubro de 2012, com as limitações para o desenvolvimento do potencial de gás natural no Brasil, o déficit comercial da indústria que utiliza intensamente esse combustível pode continuar a crescer nos próximos anos. Tais indústrias, que registraram um excedente de US\$ 15 bilhões em 2005, tiveram um déficit de US\$ 15 bilhões em 2011. A competitividade é um dos fatores que podem ajudar a baixar os preços, trazendo mais transparência e reduzindo a concentração existente da Petrobras.

Entre 46 países, o preço no Brasil é o oitavo mais alto no segmento de gás natural. Mantendo-se a diferença entre o Brasil e os Estados Unidos, parte da indústria petroquímica brasileira pode migrar para o mercado ame-

ricano. Com um preço elevado, o gás nacional também é menos competitivo do que o gás da China, da Índia, do México e dos Emirados Árabes Unidos, importantes concorrentes internacionais. O tipo do gás brasileiro é outro fator limitante. No pré-sal, a parte do gás está associada ao óleo e ao CO₂, que deve ser separado da plataforma e reinjetado, em um processo mais caro. Levar o gás para a costa até 300 quilômetros de distância também exige investimentos em infraestrutura. Além disso, os estoques de gás são difíceis, e transformar essa fonte de energia em líquido, para exportação, torna o produto final ainda mais caro.

Em resumo, argumenta-se em favor de uma revisão para uma política mais estratégica com o objetivo de tornar o Brasil mais competitivo no segmento de gás – não só em termos de preço, mas também para tratar o potencial do gás como uma parte mais relevante da matriz energética, favorecendo assim a segurança energética regional.

De acordo com a Abrace, o Brasil deve reconhecer a importância do gás como um elemento de mudança geopolítica e, portanto, elaborar uma política mais voltada para o desenvolvimento dessa energia. Sugere-se que o debate não deva ser apenas uma questão de redução de preço, mas também uma política governamental para promover o fortalecimento do setor para a oferta local e o engajamento latino-americano. Com base na experiência europeia, Nataliya Esakova explica que tal política deve ser baseada em cinco pilares: ampla oferta; transporte desenvolvido; distribuição eficiente; marketing competitivo (incluindo custos); e integração regional.

A segurança energética tem suas bases fincadas na interdependência. Os mercados de petróleo, por exemplo, estão fortemente ligados em diferentes países que exercem mútua influência. Uma ruptura ou mudanças na oferta ou demanda em um país têm repercussões em outros *players* do mercado. No mercado de gás, o estudo produzido por Nataliya mostra que a interdependência existe, antes de tudo, entre o fornecedor e o consumidor envolvido em uma transação específica.

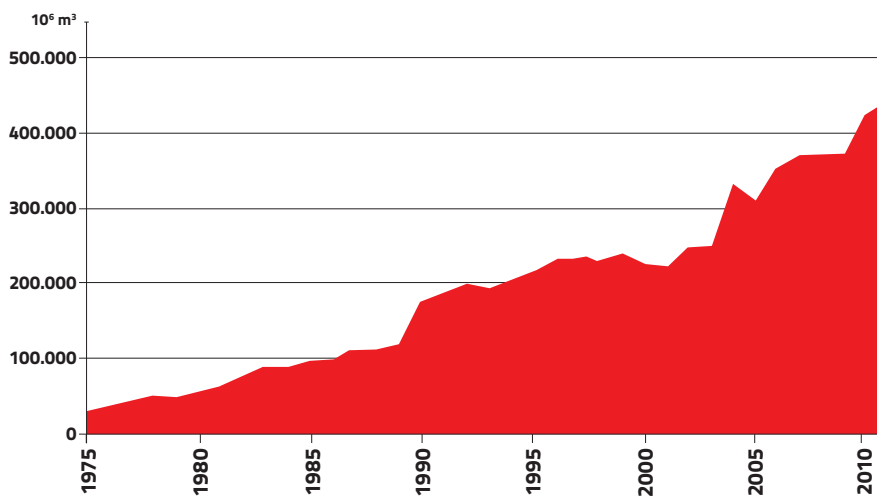
Em outra frente, Remi Piet, da Universidade de Miami, observa que o peso geopolítico não pode ser descartado. A informação consta do capítulo “Nord stream-south stream-Nabucco: how gas supplies redefines the balance of power in East and South Europe”, do livro *Competing for influence: the EU and Russia in post-Soviet Eurasia*, editado por Roger E. Kanet e Maria Raquel Freire (Editora Republic of Letters, 2012). Nesse texto, ele apresenta a estratégia como sendo uma das ferramentas mais eficazes que a Rússia emprega em suas relações internacionais, em especial com mão de ferro frente à União Europeia e aos países vizinhos. Poderia o Brasil estreitar suas relações com a Rússia e tirar lições a respeito (da política energética) do setor de gás natural?

A “velha nova Rússia de Putin”, herdeira de grande parte do patrimônio político, militar e econômico do império soviético, segue em busca de importantes ajustes durante estas duas últimas décadas, após o colapso do império soviético, em 1991. Esse panorama é descrito por Tony Judt no livro *Pós-guerra – uma história da Europa desde 1945* (Editora Objetiva, 2008), mas também por estudos produzidos por Antony Best, Jussi M. Hanhimäki, Joseph A. Maiolo e Kirsten E. Schulze, que deram origem à obra *International history of the twentieth century and beyond* (Editora Routledge, 2008) – para retratar a nova configuração da Europa, a partir da queda de Berlim, no final da Segunda Guerra Mundial. Hoje, a Rússia enfrenta a necessidade de maior competitividade com uma indústria pouco diversificada e um cenário de envelhecimento populacional, seja pela reconfiguração de seu espaço de influência no Leste Europeu ou na Ásia Central, ou pela dependência de sua política de mão de ferro atrelada ao petróleo e gás. A procura pela modernização tecnológica, a recente entrada na OMC, a neces-

sidade de melhor governança e as últimas visitas diplomáticas visando a maior aproximação com o hemisfério ocidental sugerem parte das ações do Kremlin e a partir das quais o Brasil poderia tirar proveito. A chancela da cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) permite-lhe um status também almejado pelo Brasil. Com os russos, cujo PIB per capita é o mais elevado entre os países integrantes dos Brics, ressalta-se a realização da última reunião da Comissão de Alto Nível de Cooperação Brasil-Rússia, realizada no início do ano. Apesar de o fluxo comercial entre os países ser limitado a produtos de baixo valor agregado, dos resultados dessa reunião derivaram intenções e acordos de maior cooperação científico-tecnológica, incluindo prioridades de cooperação no setor energético.

Reservas não faltam ao Brasil, como aponta o gráfico *Reservas provadas de gás natural no Brasil*. Mas o transporte deve receber atenção especial para promover os outros pilares que compõem o quebra-cabeça do gás,

RESERVAS PROVADAS DE GÁS NATURAL NO BRASIL (EM VOLUME)



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)/2011

A expansão da infraestrutura energética do Brasil exige investimentos e liderança do Estado, podendo o país contribuir de forma significativa com os vizinhos sul-americanos

conforme análise da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). A Lei do Gás, que foi promulgada em 4 de março de 2009, admite a possibilidade de desenvolvimento de pipelines e concessões. Como parte dos desafios, sugere-se que os governos estaduais trabalhem com as instituições reguladoras para combater o custo de distribuição.

Os especialistas citados neste artigo avaliam que os investimentos no setor de gás natural devem ser feitos em sistemas de transporte, com a colaboração conjunta dos setores público e privado. Em paralelo com a energia potencial do Brasil, o país tem a possibilidade de usar e até mesmo ampliar a parceria com a Bolívia. No entanto, a incerteza tem sido levantada em função dos problemas políticos do passado, como quando o presidente Evo Morales decidiu estatizar as reservas de gás e petróleo da Bolívia, incluindo as refinarias montadas pela Petrobras naquele país, em maio de 2006. Em março de 2013, sete anos depois de ter suas insta-

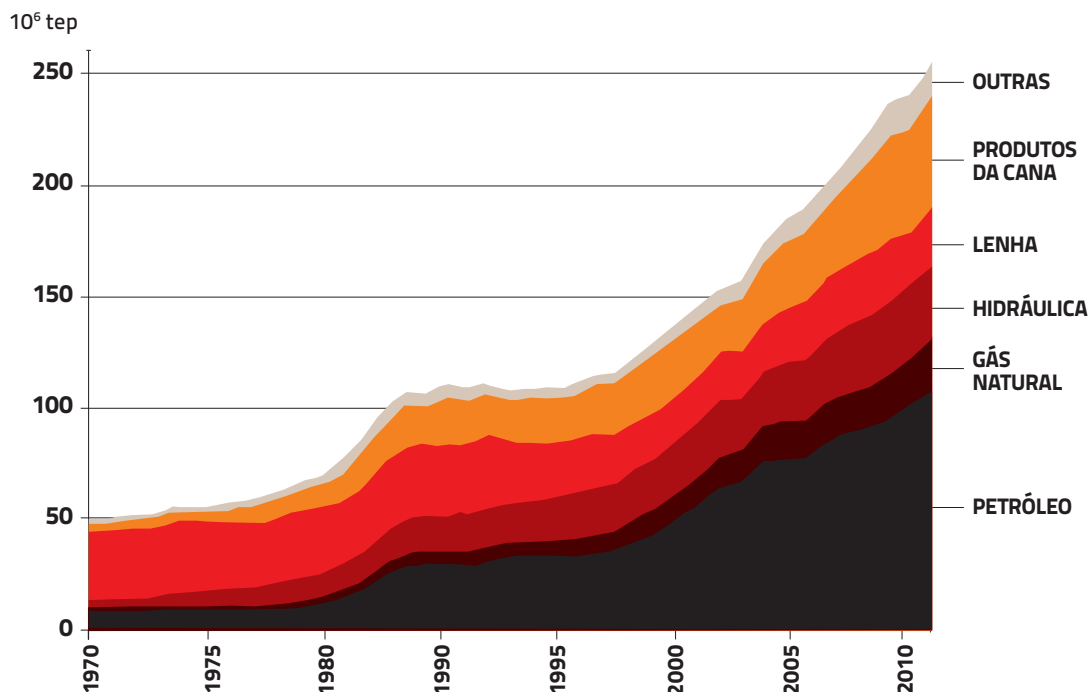
lações expropriadas e passar a pagar *royalties* maiores para explorar o gás boliviano, a estatal brasileira venceu uma licitação para explorar um campo de produção e voltou a investir no país.

É importante ressaltar que cerca de 5% das reservas mundiais de gás natural são encontradas na América Latina, com destaque não só para a Bolívia, mas também para o México e a Venezuela, como indica a Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA).

De forma a exercer um papel regional de maior liderança e segurança energética, os especialistas também sugerem que haja uma diversificação na utilização de várias fontes de energia, conforme indica o gráfico abaixo de *Produção de energia primária brasileira*.

A esse respeito, visando a uma utilização mais ampla em escala regional, Oliveira sugere a implantação de quatro medidas mais imediatas para um quadro político e de integração regional: coordenação contínua da produção

PRODUÇÃO DE ENERGIA PRIMÁRIA BRASILEIRA (EM VOLUME)



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)/2011

de usinas da região; o licenciamento ambiental de projetos de energia; redução do deficit legal que afeta negativamente o investimento privado na geração energética; e a ideia de criar um mecanismo institucional para resolver disputas regionais. Outra consideração importante seria aproveitar o potencial dos recursos naturais do Brasil, conforme indica o gráfico ao lado sobre *Estrutura brasileira para oferta de energia elétrica*.

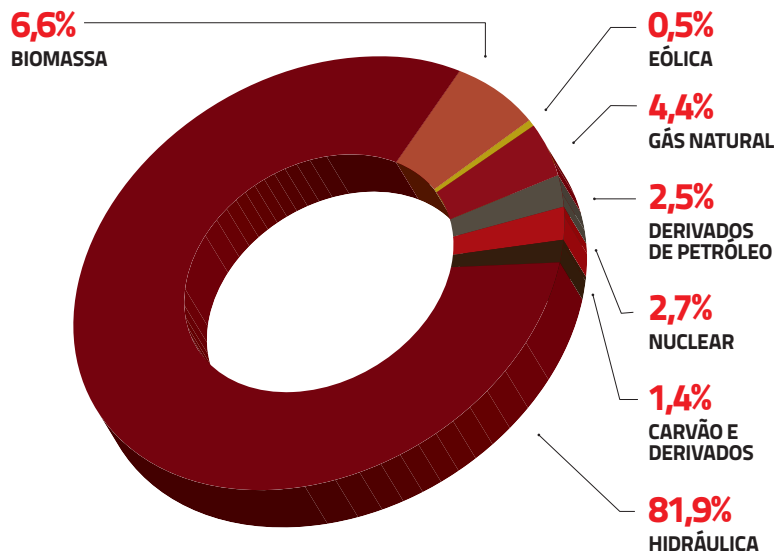
De acordo com estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o governo brasileiro tem aumentado seus esforços regionais, a fim de ampliar a integração juntamente com Venezuela, Peru, Bolívia, Colômbia, Argentina e Paraguai, com diferentes obstáculos a superar com cada país. Padgett recomenda que a geração de eletricidade ou extração de gás e transporte até o ponto de consumo fomente uma parceria mais intensiva em investimentos de longo prazo entre países com proximidade geográfica.

Perspectivas políticas e de investimento

De acordo com o governo brasileiro, há estimativas de investimento para o setor energético nos próximos dez anos, sobretudo com prioridades na oferta de energia elétrica, investimentos em infraestrutura do petróleo e gás natural, além dos biocombustíveis líquidos. As estimativas de investimento em energia no Brasil aparecem na tabela *Síntese das estimativas de investimentos no Brasil*, produzida com base nos dados da EPE e do Ministério de Minas e Energia.

Com os países sul-americanos, Oliveira defende uma política que priorize acordos multilaterais, como o Multilateral Regional Security Re-

ESTRUTURA BRASILEIRA PARA OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)/2011

O conjunto das fontes renováveis de energia no Brasil crescerá a uma taxa média de aproximadamente 5% ao ano, passando de uma participação total de 43% na matriz energética do país para 45% em 2021



LATINSTOCK

SÍNTESE DAS ESTIMATIVAS DE INVESTIMENTOS NO BRASIL

(EM R\$ PARA O PERÍODO DE 2012-2021)

| Categoria | R\$ bilhões | % |
|---|--------------|-------------|
| Eletricidade | 269 | 24,5 |
| Geração | 213 | 19,4 |
| Transmissão | 56 | 5,1 |
| Petróleo e gás natural | 753 | 68,4 |
| Exploração e produção de petróleo e gás natural | 547 | 49,9 |
| Oferta de derivados de petróleo | 198 | 18,1 |
| Refino | 174 | 15,8 |
| Infraestrutura de transporte | 24 | 2,2 |
| Oferta de gás natural | 8 | 0,7 |
| Oferta de biocombustíveis líquidos | 79 | 7,2 |
| Etanol - usinas de produção | 71 | 6,5 |
| Etanol - infraestrutura dutoviária e portuária | 7 | 0,6 |
| Biodiesel - usinas de produção | 1 | 0,1 |
| Total | 1.101 | 100 |

Fonte: Adaptado da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Ministério de Minas e Energia – PDE 2021, 2012

servois (MRSR). Tal perspectiva abriria uma frente de negociação, que poderia gerar um maior alinhamento de preços, além de ser adotado por qualquer país participante. No entanto, o resultado depende de um esforço político entre as partes interessadas, cuja liderança poderia ser exercida pelo Brasil. Oliveira argumenta que a agenda de integração deve ir além das questões comerciais, priorizando não só a diversificação de fontes energéticas, mas sobretudo a segurança no abastecimento.

Em relação ao gás natural, caminhos são apontados pelo livro *Policies for advancing energy efficiency and renewable energy use in Brazil*. Nele, os autores Howard Geller, Roberto Schaeffer, Alexandre Szklo e Mauricio Tolmasquim discutem o uso de uma produção combinada de calor e sistemas de energia movidos a gás natural. O potencial aumento da oferta dessa fonte de

A falta de infraestrutura, tecnologia e mão de obra qualificada impõe um piso para a queda dos preços no mercado interno

energia no Brasil abre novas oportunidades para os sistemas de cogeração. Dada a alta eficiência de cogeração de eletricidade e energia térmica útil, algumas políticas poderiam ser implementadas para eliminar as barreiras dos sistemas de cogeração baseados em gás natural. Uma delas é exigir que as concessionárias e negociadores comprem excedentes de energia a partir de sistemas de cogeração por meio de contratos de longo prazo, desde que essas fontes de alimentação cumpram critérios de confiabilidade. Outro ponto é fazer com que as concessionárias e negociadores interliguem sistemas de cogeração à rede elétrica, sem demora excessiva ou exigências excessivas, bem como fornecimento de energia de “back-up” para os proprietários de sistemas de cogeração em termos razoáveis. Também é necessário priorizar os projetos de cogeração visto que as novas fontes de gás tornam-se disponíveis a consumidores comerciais e industriais. Entre as iniciativas está ainda a oferta de incentivos financeiros, como empréstimos de longo prazo para sistemas de cogeração, que atendam a condições como alta eficiência e baixas emissões de poluentes. Por último, é preciso reduzir direitos de importação sobre equipamentos de cogeração, tais como turbinas a gás, mas também promover a produção desses equipamentos no Brasil.

Tais iniciativas, combinadas com a redução do monopólio da Petrobras, a revisão da política comercial e de preço e os investimentos em infraestrutura de transporte, favoreceriam um quadro político econômico de maior competitividade para o Brasil. Por fim, resgatando-se alguns dos postulados de Keohane e Nye, a relação de interdependência sugere uma relação de poder, papel que o Brasil pode exercer para expandir a segurança energética em escala internacional. Teriam os russos algo a ensinar?

Marcelo Zorovich

Professor de Relações Internacionais da ESPM e pesquisador do Departamento de Estudos Internacionais da Universidade de Miami



Os Cavaleiros do Apocalipse

*A crise mundial: um conflito entre Apolo e Dionísio**

Por Jorge Lorenzo Valenzuela Montecinos

Em julho do ano passado, o jornal *The Washington Post* começou a divulgar uma série de textos, filmes, mapas e outras mídias como resultado de uma pesquisa investigativa cujo objetivo é tornar mais transparente para os americanos uma espécie de Estado paralelo dentro da instituição pública. Coordenado por Dana Priest (ganhadora do prêmio Pulitzer) e William Arrie (especialista em temas de segurança), o levantamento relembra o caso de Watergate, quando o *Washington Post* revelou a ilegalidade do então presidente Richard Nixon, que acelerou o processo de destituição em 1973, ano também da primeira crise do petróleo. Parece que, novamente, o petróleo volta a ser a “vedete” provocada pela crise no mundo árabe (primavera ou despertar?), o risco associado a preços elevados do ouro negro, por tensões geopolíticas relacionadas aos programas nucleares do Irã e à atual Coreia do Norte. Junta-se a isso a forte demanda dos países emergentes.

Para entender a história das crises, é necessário remontar-se à história dos fatos econômicos acontecidos depois da Primeira Guerra Mundial. Citada por Sylvia Nasar, no livro *A imaginação econômica – Gênios que criaram a economia moderna e mudaram a história* (Companhia das Letras, 2012), a perspectiva de uma “era universal” e de suas conquistas econômicas pareciam tão irreal quanto um sonho. Além da assustadora perda de vidas e de bens, os canais de comércio e de crédito, anteriores à guerra, estavam em ruínas. Em todos os lugares surgiam barreiras às exportações e importações. Aqueles que possuíam algo para vender frequentemente se mostravam relutantes em se desfazer do bem em troca de papel-moeda, emitido por governos falidos. Assim, grande parte dos negócios começou a ser feita na base do escambo. Vencedores e perdedores haviam se comprometido até o pescoço com hipotecas para poder compreender a guerra mais custosa de toda a história, exaurindo não apenas suas reservas, mas também seus limitados poderes de cobrança de impostos. Já em 1916, França, Alemanha e Rússia não dispunham dos meios resultantes do imposto de renda. Não

“A crise econômica mundial; os desequilíbrios no sistema econômico; a revolução biogenética; o crescimento das divisões e rupturas sociais”

Slavoj Žižek identifica os quatro cavaleiros do apocalipse

havia crédito para alimentar a população, pôr as fornalhas para funcionar, recuperar as fábricas destruídas ou financiar o comércio que se renovava. A ameaça da bancarrota tanto quanto a sede de vingança faziam com que governos periclitantes determinassem que alguém pagasse a conta.

Entram em cena o Tratado de Versalhes e um personagem que dará muito o que falar: Maynard Keynes, estrela em ascensão do Tesouro inglês. A cidade que conseguiu evitar a invasão das tropas do Kaiser, apesar dos pesados bombardeios, agora se tornara uma zona ocupada. Sedans negros, transportando diplomatas, e desbotados veículos militares congestionavam as ruas, enquanto homens e mulheres jovens, envergando uniformes de cerca de 27 países, se acotovelavam nas calçadas. Segundo tudo indicava, o mundo inteiro estava em Paris. Começara, dessa maneira, o maior conflito em Apolo (razão), e Dionísio (loucura), de todos os tempos. Confronto entre a racionalidade econômica apolínia e do desejo de vida e de vingança dionisíaca.

Keynes era visto como “um dos homens mais influentes que agiam nos bastidores” de Paris ao fim da Primeira Grande Guerra. Considerado um gênio na adolescência, ele foi preparado virtualmente desde o berço para ser membro da Universidade de Cambridge, onde obteve notas altas. Keynes conheceu a publicação de *Principia ethica*, do filósofo G. E. Moore, que se dedicava a definir em que consistia uma boa vida. Seu objetivo de crítica era a preocupação da sociedade victoriana com a luta pela vida, ganhar dinheiro e obedecer

*F. Nietzsche: O Nascimento da Tragédia.

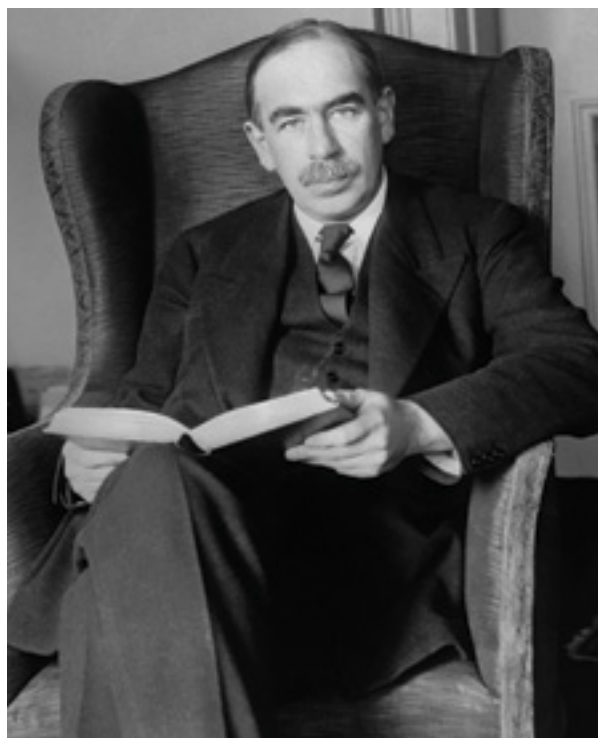
às regras. Moore desposava uma espécie de individualismo e eticidade radicais, temperados pela regra de ouro (fazer aos outros o que desejamos que nos façam).

Ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914-18), a tarefa de Keynes era ajudar o Tesouro inglês a tomar empréstados dólares dos americanos nos termos mais favoráveis possíveis, ao mesmo tempo que emprestava libras aos franceses e a outros aliados europeus da Grã-Bretanha, nos termos mais lucrativos, protegendo o valor da libra esterlina nas bolsas estrangeiras. Recorrer em situações de emergência a moedas pouco valorizadas, como as pesetas espanholas, foi outro de seus deveres, o que lhe proporcionou uma experiência direta e prática como corretor de moedas estrangeiras, e o viu no jogo arriscado, porém excitante, de apostar na valorização de uma moeda e na queda de outra.

Mais para o fim da guerra, no auge da discussão do futuro Tratado de Versalhes, ocorre entre diplomatas, políticos e economistas toda uma discussão sobre os custos assustadores que pudessem ser ressarcidos pela Alemanha. É nessa parte da história que os homens chamaram os quatro cavaleiros do apocalipse e que hoje, um século depois, sentimos suas consequências. Keynes se viu cada vez mais envolvido no vexatório debate sobre as reparações. Outras considerações incumbiram a Keynes, que foi destacado para redigir minutas sobre a posição dos papéis do Tesouro. Quando ele encaminhou seu relatório sobre as reparações de guerra ao chefe do Tesouro, Austen Chamberlain, filho de Joseph Chamberlain (homem que, como futuro primeiro-ministro, foi passado para trás por Hitler), em 14 de dezembro de 1918, foi como se tivesse caído uma bomba.

Uma comissão de reparações de guerra dos aliados, chefiada pelo ex-governador de Nova York, Evans Hughes, já havia recomendado que os alemães deveriam pagar US\$ 40 bilhões. Isso significava quase um terço dos gastos dos aliados durante a guerra. Keynes chegou à conclusão de que o máximo que se conseguiria da Alemanha seriam 3 bilhões de libras, menos do que a quantia que a Grã-Bretanha e a França deviam aos Estados Unidos. Ao assinalar que as cifras da comissão dos aliados eram o dobro da estimativa do valor das reservas de ouro, títulos, frota marítima, matéria-prima,

O uso ideológico do Estado para proteger a propriedade privada, como algo positivo da civilização humana, não foi tão bem-sucedido

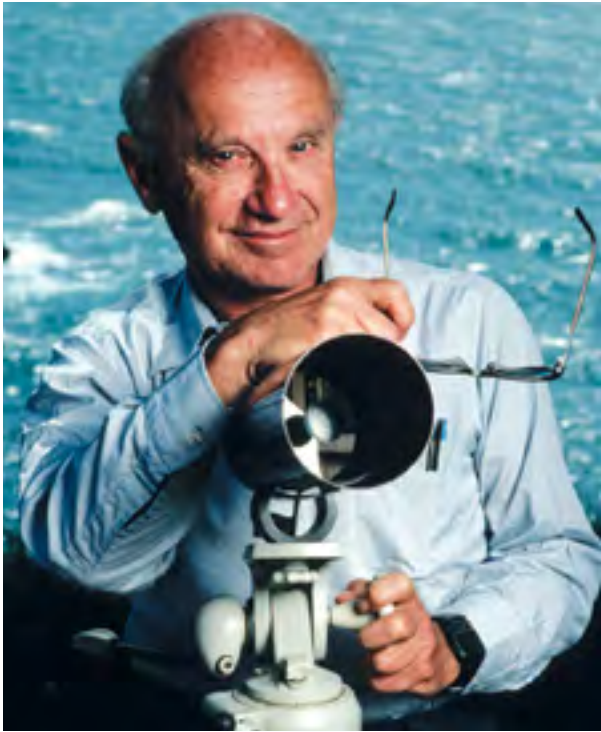


LATINSTOCK

Maynard Keynes, um dos homens mais influentes da França ao fim da Primeira Grande Guerra, descobriu a necessidade da interdependência econômica e o nascimento do Welfare State

fábricas e maquinarias da Alemanha, Keynes preveniu que estabelecer quantias muito elevadas quanto às reparações de guerra era algo que acabaria prejudicando os interesses econômicos britânicos, ao aumentar o risco de que aquele país não reconhecesse a dívida e não a pagasse. Poderíamos dizer que aqui Keynes descobre a necessidade da interdependência econômica e o nascimento do *Welfare State* (O Estado Benfeitor). O relatório provocou furor (no senso comum). A maioria dos ingleses achava que, como a Alemanha havia começado a guerra, ela deveria arcar com seus custos.

Enquanto jornalistas, políticos e o público em geral se fixavam na quantia que a Alemanha deveria pagar, Keynes concentrou sua atenção em como a indenização seria obtida. O método proposto pela comissão Hughes privaria a Alemanha de suas propriedades (colônias), de certificados de ações e reservas de ouro, de navios e maquinarias. Em contrapartida, Keynes era favorável a deixar mais ou menos intacta a riqueza da Alemanha, fornecer-lhe matéria-prima e impor uma tributação anual sobre seus futuros ganhos de exportação. Keynes se recusou a aceitar o fato de que



LATINSTOCK

Milton Friedman ganhou o Prêmio Nobel de Economia ao promover a reintegração da ideia de que a inflação estava relacionada a um aumento excessivo no suprimento da moeda

nenhuma parte de seu plano era aceitável pelos públicos americano, francês e britânico, algo que os políticos por eles eleitos não poderiam ignorar, como relatado no livro *A imaginação econômica*.

Com a história se aprende ou se esquece da realidade. Em 1976, um diminuto professor da Universidade de Chicago ganhou o Prêmio Nobel de Economia: Milton Friedman. A reputação dele como economista residia, em grande medida, na reintegração da ideia de que a inflação estava relacionada a um aumento excessivo no suprimento da moeda. No livro *A monetary history of the United States* (Princeton University Press, 1963), ele aborda a política monetária e joga a culpa da Grande Depressão (de 1929 a 1933) nos erros do Federal Reserve. Mas sua preocupação em meados dos anos 1970 era saber o que aconteceu de errado com o sistema de bem-estar social. Em março de 1975, Friedman voou de Chicago para o Chile (no auge da repressão) para responder a essa questão.

O golpe de Estado sintetizou uma crise mundial do Estado do bem-estar social do pós-guerra e apresentou uma escolha inflexível entre sistemas econômicos rivais.

A dura prática da teoria

A entrada em cena de Milton Friedman: entre palestras e seminários, ele passou três quartos de hora com o novo “presidente”, o general Augusto Pinochet, para quem mais tarde enviou uma análise da situação econômica chilena, na qual instou enfaticamente que ele reduzisse o déficit do governo, que identificara como a causa principal da inflação vertiginosa. Um mês depois da visita de Friedman, a junta militar chilena anunciou que a inflação seria cortada “a qualquer custo”. Em *A ascensão do dinheiro* (Editora Planeta, 2009), Niall Ferguson mostra que o regime cortou os gastos governamentais em 27% e queimou fardos de dinheiro, elevando o desemprego a 40% da população economicamente ativa do país. Muito mais do que uma mera receita ou patente, Friedman estava instaurando uma terapia monetária de choque, que elevaria os índices de mortalidade infantil a níveis só comparados aos da África.

Quando Friedrich Hayek, patrão da Escola de Chicago, regressou de uma visita ao Chile em 1981, estava tão impressionado com Augusto Pinochet e seus Chicago boys, que escreveu uma carta para Margaret Thatcher, a primeira-ministra da Grã-Bretanha, na qual a instava a utilizar o país sul-americano como modelo para transformar a economia keynesiana britânica. Esta não tardou em aplicar a receita de fechamento das minas de carvão, repressão brutal aos irlandeses, recusa de diálogo com os sindicatos, cortes nos gastos públicos, fechamento dos programas de auxílio aos mais diminuídos, o que provocaria altos índices de desemprego e descontentamento social. O episódio é retratado por Naomi Klein, no livro *La doctrina de shock – el auge del capitalismo del desastre* (Editora Paidós, 2007).

No dia 2 de abril de 1982, a ditadura argentina, em meio a uma grande crise econômica e repressão brutal, decide invadir as Ilhas Malvinas, um vestígio da dominação colonial britânica. A guerra das Malvinas (Falkland para os ingleses) passaria para a história como uma batalha sangüinária e desproporcionada. Desse conflito tentaram tirar proveito tanto a ditadura argentina quanto a primeira-ministra Margaret Thatcher. Na Argentina, pelos altos índices de desem-

Na história da humanidade, jamais se viveu um período de tão radical metamorfose, especialmente no campo das concretudes materializadas

prego, inflação e repressão; e na Inglaterra, pelas medidas econômicas impopulares, privatizações e licenciamentos.

Em 1980, Friedman escreveu o que resume melhor sua doutrina de Shock: “Só uma crise real ou percebida como tal produz um verdadeiro câmbio”. Por princípio, Friedman não acreditava no Fundo Monetário Internacional (FMI), nem no Banco Mundial – exemplos clássicos de intervencionismo dos grandes aparelhos mundiais, que só atrapalhavam as leis do livre mercado. Friedman parecia ter motivos filosóficos para se opor àquelas instituições financeiras, mas na prática não havia melhor organização para colocar em marcha sua teoria da crise.

Os países que atravessaram a crise dos anos de 1980 foram obrigados a recorrer a ditos organismos, como foi o caso do Banco Mundial e do FMI. Muitos desses países enfrentaram o muro da intransigência dos Chicago boys ortodoxos e adestrados para não ceder às petições dos países em sofrimento.

O oportunismo e a lógica orientadora das instituições financeiras passam a reinar no mundo. A partir desse período, começa a desenvolver-se uma cultura do dinheiro, em que se rompe a tradição antropológica e filosófica mais autêntica, com a religião (ou mitologias), que determinara o espírito de uma sociedade, a maior influência do comércio e do dinheiro na vida social e no surgimento de novos tipos de relação social.

Este é o centro não ortodoxo dessas explicações ortodoxas: a suposição tácita é que, com o surgimento do valor de troca, aparece um novo interesse nas propriedades físicas dos objetos. A equivalência dos objetos através da forma do dinheiro (que na economia marxista usual é entendida como a supressão do uso e da função concreta pelo fetiche essencialmente idealista e abstrato da mercadoria) leva aqui, no entanto, a um interesse mais realista nos aspectos físicos do mundo e nas novas relações humanas mais intensas do comércio. Os mercadores e seus consumidores precisam ter um interesse maior na natureza sensorial de seus produtos e, também, nas características psicológicas e de caráter de seus interlocutores. E tudo isso pode levar ao desenvolvimento de novos tipos de percepção, tanto social quanto física, novos modos de ver,

novas maneiras de se comportar. Em *A cultura do dinheiro: ensaio sobre a globalização* (Editora Vozes, 2001), Friedric Jameson explica que, em longo prazo, essas mudanças criam as condições em que formas mais realistas de arte são não só possíveis como desejáveis e encorajadas pelos novos tipos de público.

Essa nova cultura vai se ancorar no Chile e vem do papel da Universidade de Chicago, com o novo regime ditatorial, monitorado pelo professor Friedman. Desde os anos 1950, havia um fluxo regular de brilhantes jovens economistas chilenos que estudaram em dita universidade pelos programas de intercâmbio com a Universidade Católica de Santiago, como Harvard, que formou o atual presidente José Piñera. A ironia é que a reforma econômica, política e social chilena foi muito mais radical que qualquer ação tentada em outros países, o coração pulsante da economia do livre mercado, que em 2008 levou o mundo à beira do abismo. Como paradoxo, o velho Estado (os Estados Unidos) teve de sair em assistência aos bancos responsáveis pela quebra do mundo, oferecendo mais de US\$ 800 bilhões aos responsáveis pela crise mundial.

A humanidade se encontrava no outro extremo, dando um passo por vez, em direção a um horizonte que sempre recuava. Os grandes pensadores eram movidos não só pela curiosidade intelectual e pelo anseio por uma teoria, mas também pelo desejo de pôr a humanidade numa posição de comando. Procuraram instrumentos de mestria, ideias que pudessem ser usadas para promover sociedades caracterizadas pela abundância e pela liberdade individual, em vez de um colapso moral e material. Nesse contexto, surge a guerra por petróleo, fantasiada por vetores discursivos, em nome da liberdade e da democracia, o esforço de guerra, a violência, o racismo e o delicado confronto internacional, desde a Guerra Fria e no Oriente Médio, como no norte da África, hoje de predominância islâmica.

O fim da Guerra Fria representou um forte revés e atraso para essas áreas pretensamente pós-coloniais. No início da década de 1990, ficou claro que o poder imperial americano não estava disposto a compartilhá-las nem dar acesso ao petróleo do Oriente Médio, nem pagar imposto às classes

Em tempos e espaços distintos, as pessoas podem mudar, assim como as instituições (como acontece com a mídia e a cultura dominante) podem desempenhar importante papel na determinação de uma mudança estrutural e profunda



Ilhas Malvinas é palco de um conflito entre Argentina e Reino Unido que já dura mais de 30 anos

LATINSTOCK

dominantes locais ou a concorrentes neocoloniais, como a França e outros países ocidentais. A primeira Guerra do Golfo preparou caminho para a transformação deste neocolonialismo, com uma pluralidade de concorrentes, tais como a França e a Inglaterra.

Em um contexto monopolista de dominação americana, os Estados Unidos reivindicam um novo status imperial. E, quanto à ordem colonial, em vez de ser substituída por independência, liberdade e igualdade, resultou em uma nova ordem imperial: os ingleses ainda possuem as minas de diamante em Serra Leoa; as minas bolivianas ainda estão em mãos de multinacionais, que se opõem ferozmente à sua nacionalização pretendida pelo povo boliviano; e na Nigéria o petróleo ainda é controlado por empresas petrolíferas transnacionais, como detalham Ugo Mattei e Laura Nader no livro *Pilhagem: quando o estado de direito é ilegal* (Martins Fontes, 2013).

A alta concentração de poder militar nas mãos de uma única superpotência parece ter transformado as condições competitivas nas quais o estado de direito foi desenvolvido nas colônias. As diretrizes econômicas e políticas organizam-se em torno de instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e FMI) e são conduzidas por outras entidades sem

responsabilidade política formal, como a Organização Mundial do Comércio ou o G8. O uso intransigente da força militar, consolidando essa ordem hegemônica neoliberal, faz-se acompanhar cada vez mais por uma retórica centrada em circunstâncias excepcionais, tais como a guerra ao terror e a crise energética.

A pergunta é: como extrair mais petróleo sem colocar em perigo a supremacia americana? Os neoconservadores passaram a praticar um intervencionismo sem complexos depois da queda da União Soviética. Eles nunca aceitaram a decisão do presidente George Bush (pai), em 1991, durante a primeira Guerra do Golfo, de não derrubar Saddam Hussein. Em uma carta aberta ao presidente Bill Clinton, inspirada por seu Projeto para o Novo Século Americano (PNAC, na sigla em inglês), eles preconizavam, desde 1998, uma mudança de regime no Iraque. Muitos dos que assinaram o PNAC se encontraram, a partir de 2001, nas equipes da nova administração republicana, afirma Jean-Pierre Séréni no artigo "Ecos de uma guerra por petróleo", publicado na revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, em março de 2013.

A instrumentalização das identidades no jogo das grandes e pequenas potências é velha como o mundo.

Acreditou-se que a modernidade política e os princípios republicanos difundidos pelo planeta após a Revolução Francesa haviam instalado de maneira durável o laicismo na vida internacional e nas relações entre os Estados. Mas não é nada disso. Assiste-se à ascensão das pretensões de alguns Estados em se fazerem porta-vozes de religiões transnacionais, em particular no que diz respeito a três religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo. Como exemplos, temos os últimos conflitos acontecidos: guerra nos Bálcãs, Israel-mundo Árabe, Chechênia, Mali e atual Síria. Os Estados justificam sua política de poder em detrimento dos grandes princípios universais dos direitos humanos, definidos pelas Nações Unidas e endossados pelo Ocidente, como afirma Georges Corm em *Pour une lecture profane des conflits* (La Découverte, Paris, 2012), publicado na *Le Monde Diplomatique Brasil*, em fevereiro de 2013.

As duas faces da globalização

O uso ideológico do Estado para proteger a propriedade privada, como um fator positivo da civilização humana, na verdade não foi tão bem-sucedido, sendo a essência do Estado a proteção dos “privilegiados” contra os “desvalidos” ou “barbarizados”, impedindo que governos “internacionalmente respeitáveis” possam se aliar aos pobres. É difícil deixar de ver o estado de direito como o componente mais poderoso da retórica dominante, como aquela gerada pelo bloqueio contra Cuba. Dá a impressão de que só os Estados Unidos não compreenderam o fim da Guerra Fria. Só se provocam reformas estruturais estabelecendo relações econômicas, políticas, culturais e diplomáticas, estabelecendo “relações de novo tipo”, baseadas na igualdade, respeito à soberania e livre determinação dos povos. A discussão exposta nos dias de hoje é a pilhagem histórica da ilha; primeiramente pelos espanhóis e, em seguida, pelos americanos. A Paz de Paris de 1898 não garantiu a independência, por isso veio a Emenda Platt, que autorizava os Estados Unidos a intervir a qualquer momento, quando os interesses econômicos e políticos fossem ameaçados, além da ocupação do território de Guantánamo como base militar à perpetuidade como forma de “proteção” ao território cubano.

As retóricas imperiais legitimam ataques violentos contra qualquer experiência político-econômica, como aqueles contra Jacobo Arbenz na Guatemala (1954) ou contra Salvador Allende no Chile (1973). Na história da humanidade, jamais se viveu um período de tão radical metamorfose, especialmente no campo das concretudes materializadas,



A globalização tem duas faces. Em uma delas, o império dissemina sua rede de hierarquias e divisões, que mantém a ordem com novos mecanismos de controle e permanente conflito

sobretudo no cenário das máquinas, robótica e nanotecnologias. Em velocidade vertiginosa, o mundo se organiza a partir da revolução científico-tecnológica permanente, cuja influência se estende da biologia à engenharia da comunicação. “Trata-se de um momento de deslumbramento, mas também de dura incerteza”, observa Danilo Santos de Miranda, diretor regional do Sesc-SP, em *Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo* (Organizador: Aduino Novaes, Edições Sesc-SP, 2008).

Pode-se dizer, simplificando muito, que a globalização tem duas faces. Em uma delas o império dissemina, em dimensão global, sua rede de hierarquias e divisões, que mantém a ordem por meio de novos mecanismos de controle e permanente conflito. A globalização, contudo, também é criação de novos circuitos de cooperação e colaboração, que se alargam pelas nações e os continentes,



Em 1903, os Estados Unidos montou uma base militar na Baía de Guantânamo. Desde então, o local tem sido usado, na teoria, como forma de "proteção" ao território cubano. Na prática, abriga a prisão que é um dos maiores símbolos de injustiça do mundo

LATINSTOCK

facilitando uma quantidade infinita de encontros. Esta segunda face da globalização não quer dizer que todos no mundo se tornem iguais. O que ela proporciona é a possibilidade de que, mesmo nos mantendo diferentes, descubramos pontos em comum, que permitam que nos comuniquemos uns com os outros para podermos agir conjuntamente. Também a multidão pode ser encarada como uma rede: uma rede aberta e em expansão, na qual todas as diferenças possam ser expressas livre e igualmente, uma rede que proporcione os meios de convergência que nos possibilite trabalhar e viver de forma integrada e desigual. É o que Michael Hardt e Antonio Negri apontam em *Multidão: guerra e democracia na era do Império* (Editora Record, 2005).

Os defensores da democracia no século 18 tinham de enfrentar os cétricos, para os quais a democracia pode ter sido possível no ambiente restrito da Polis Ateniense, mas seria absolutamente impossível nos amplos territórios do moderno Estado-nação. Os cétricos conservadores geralmente preferem voltar sua atenção para os diferentes níveis de civilização, com forte conotação racista. "Essa conversa de democracia pode dar certo na Europa e na América do Norte", afirmam. "Mas os povos de outras regiões do mundo não estão prontos para a democracia.

Depois que aprenderem com nossos mercados livres e nosso sistema jurídico a respeitar a propriedade privada e a noção de liberdade, talvez sejam capazes de exercer a democracia" (Yuri Martins Fontes: "Porões da democracia", revista *Retrato do Brasil*. Edição de outubro de 2010).

Uma nova ciência global da democracia não se limitaria a escoimar nosso vocabulário político das distorções que vem sofrendo; também teria de transformar ou revisitar os conceitos básicos da política moderna; do conceito de Estado-nação e de livre mercado ao do socialismo; de noção de representação política; dos direitos humanos; dos direitos do trabalho. Todos esses conceitos devem ser repensados no atual contexto político contemporâneo. Esta deveria ser uma ciência da pluralidade e da construção do outro.

Nas práticas discursivas, deixando de lado as cínicas (*Crítica da razão cínica*, escrito por Peter Sloterdijk. Estação Liberdade, 2012), há espaço tanto para os idealistas utópicos quanto para os resignados. Em tempos e espaços distintos, as pessoas podem mudar, assim como as instituições (como acontece com a mídia e a cultura dominante) podem desempenhar importante papel na determinação de uma mudança estrutural e profunda. Indivíduos passivos e alienados podem favorecer a hegemonia, a intervenção e a pilhagem, de modo que esse tipo de cidadania contribui para a criação de ambientes cínicos nos quais a pilhagem triunfa. De acordo com Slavoj Žižek, autor de *Vivendo no fim dos tempos* (Boitempo Editorial, 2012), desde as cruzadas do século 11, até o Tratado de Versalhes, esses movimentos mostram a consolidação de atitudes cínicas e passivas.

Dizem que, na China, quem realmente odeia alguém lança contra ele a seguinte maldição: "Que você viva em tempos interessantes!". Historicamente, os "tempos interessantes" foram períodos de inquietação, guerra e luta pelo poder em que milhões de inocentes sofreram as consequências. Hoje, claramente, nos aproximamos de uma nova época de tempos interessantes. Depois de décadas de Estado de bem-estar social, nas quais os cortes financeiros se limitavam a breves períodos. Nestes tempos, entramos num "novo" período em que a crise econômica se tornou permanente, acabando com um estilo de vida.

Jorge Lorenzo Valenzuela Montecinos

Professor da ESPM-SP, doutor pela Universidade de Paris em História Social, pós-doutor pela USP em Política Internacional e Comparada, especialista em Ética pela PUC-Seminário Campinas-SP



Eu quero o campo em casa...

Saiba qual é a percepção da população das grandes cidades a respeito do agronegócio brasileiro, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Agronegócio (Abaq) e do Núcleo de Agronegócio da ESPM-SP. Feito nos 12 maiores centros populacionais do país, o levantamento pioneiro aponta a verdadeira percepção dos habitantes dessas metrópoles sobre o agribusiness. Os resultados são surpreendentes e mudam a visão que se tem da vida no campo

Por Jose Luiz Tejon Megido



Na percepção das pessoas da cidade, o Brasil é o 1º colocado mundial no quesito desenvolvimento do agronegócio, o que não é verdade



SHUTTERSTOCK

“O mundo mudou e a cidade grande agora valoriza o agronegócio.” Essa foi uma das constatações da recente pesquisa feita pela Associação Brasileira de Agronegócio (Abag) e pelo Núcleo de Agronegócio da ESPM-SP. Hoje, o agronegócio, quando integrado como cadeia de valor, no antes, dentro e pós-porteira das fazendas, soma cerca de R\$ 1 trilhão do PIB nacional. Além dessa dimensão proporcional gigantesca na economia, o setor representa ainda o superavit da balança de pagamentos e o grande poder da evolução do interior brasileiro, notadamente da região Centro-Oeste. Nos últimos anos, mudou – e muito – a realidade da base do agronegócio brasileiro no campo. Uma tecnologia tropicalizada vem sendo adaptada e aplicada na produção, novas profissões foram criadas e mais comércio, indústria e serviços vão construindo um novo Brasil.

Uma nova realidade surge nas cidades de Luís Eduardo Magalhães, Barreiras e Vitória da Conquista (BA); Lucas do Rio Verde, Sapezal e Rondonópolis (MT); Bonito, Rio Brillhante e Naviraí (MS); Montevideo, Santa Helena e Itumbiara (GO); Bom Jesus, Serra do Quilombo e Picos (PI); Barra do Ouro, Porto Nacional e Gurupi (TO); Balsas, Imperatriz e Cidelândia (MA); e isso sem contar os rejuvenescidos municípios das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, além do crescimento registrado em Rondônia ou ainda nas cidades paraenses de Tailândia e Moju, no Norte do país.

Esse panorama mostra que, nos últimos 30 anos, o campo e as cidades brasileiras mudaram consideravelmente. Nesse cenário de transformações, as lideranças do agronegócio desejavam desvendar quais seriam as percepções dos habitantes das grandes cidades brasileiras, aquelas que concentram a massa popular e, consequentemente, representam os maiores colégios eleitorais do Brasil, além de mercados consumidores expressivos. Mas qual é o novo caminho da roça? Qual foi o caminho percorrido pelo agronegócio nas últimas três décadas e como a atividade é vista atualmente no Brasil?

No ano em que comemora seu vigésimo aniversário, a Abag resolveu buscar respostas para essas e outras perguntas relacionadas à área de atuação da associação, fundada por Ney Bittencourt de Araújo. Assim, em parceria com o Núcleo de Agronegócio da ESPM, que coordeno com o professor Coriolano Xavier, e o Instituto Ipeso, a Abag desenvolveu a pesquisa *A percepção da população dos grandes centros urbanos sobre o agronegócio brasileiro*.

Entre 15 de dezembro de 2012 e 15 de janeiro deste ano, 616 pessoas foram entrevistadas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Brasília, Manaus, Belém, Goiânia, Curitiba e Porto Alegre. O resultado mais relevante desse levantamento foi a conclusão de que 81,3% da população brasileira considera o agronegócio “muito importante” para a economia nacional. Sob um corte no nível de escolaridade, a mesma pergunta recebe de entrevistados com nível superior o percentual de 97,2%. E, ao olharmos para a mesma questão, do ponto de vista da região Centro-Oeste, onde o agronegócio é mais intenso, o índice de importância do setor sobe para 99%.

A Abag/RP, de Ribeirão Preto, promoveu uma pesquisa similar na região da Alta Mogiana de São Paulo. O estudo indicou que todos os índices de percepção medidos e comparados são superiores entre a população urbana do interior paulista *versus* a média das 12 maiores cidades do país. Na área de Ribeirão Preto, a opção “muito importante para a economia do Brasil” foi registrada em 93,6% das respostas, o que representa uma média maior do que os 81,3% obtidos no mercado nacional.

Já em relação à profissão de agricultor, 83,8% dos brasileiros consideram a atividade como “muito importante” para as suas vidas. No Brasil, os agricultores estão listados entre as cinco atividades de grande importância para a sociedade urbana, sendo que, em primeiro lugar aparece o médico, com 97,1%. Na segunda posição está o professor (95,8%), seguido por bombeiro (94,3%) e policial (83,9%). Ocupando o quinto lugar do ranking de profissões mais importantes, o agricultor tem maior relevância na região Nordeste, onde o índice de avaliação máxima chegou a 92,8%.

Perfil do homem da terra

Ao analisar a imagem que a atividade tem no Brasil, a Abag descobriu que a profissão mais associada ao agronegócio é a do agrônomo, que foi apontada por 75,5% dos que participaram da entrevista. Além da engenharia agrônômica, a área também foi relacionada nas profissões de peão (45,5%), médico-veterinário (37,5%), administrador (27,4%), nutricionista (25,1%), químico (22,6%) e economista (21,9%).

Nesse cenário, destaca-se a presença do engenheiro ambiental, que foi a segunda profissão mais associada ao agronegócio, o que revela o fato de a preocupação ambiental já estar presente nas percepções das populações urbanas. A ligação com a profissão de nutricionista



SHUTTERSTOCK

O consumidor urbano aprecia a qualidade de vida relacionada ao campo, como paz, natureza, alimentos saudáveis e qualidade do ar

também revela algo interessante, pois identifica os elos do agronegócio com o pós-porteira das fazendas, a preocupação com a qualidade alimentar e a saúde.

Para o brasileiro que vive na cidade, o país é o campeão mundial do agronegócio. Para muitos entrevistados, o Brasil representa a nação onde o agronegócio está mais desenvolvido, superando países como Estados Unidos, Japão e China. Esse quesito foi respondido principalmente pelos habitantes das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul. O Sudeste também apresentou uma participação significativa no resultado por registrar uma população em maior escala, mas o percentual das menções do Brasil na região é baixo, ficando atrás somente da região Norte, onde a frequência de pessoas que não souberam opinar chegou a quase 85%.

Na percepção das pessoas da cidade, o Brasil é o primeiro colocado quando o assunto é o desenvolvimento do agronegócio no mundo. Sabemos que esta afirmação não é verdadeira, pois todos sofremos com os graves problemas de infraestrutura, e ainda temos um total de produção de alimentos inferior a países como os Estados Unidos e a China, por exemplo. Também somos pouco evoluídos na forma de agregar valor industrial e na venda de serviços, mesmo com a recente safra registrando um recorde de produção, com um índice superior a 180 milhões de toneladas. Apesar de sermos os maiores produtores de café, açúcar e citros, e estarmos ampliando nossas colheitas de soja e milho e produção de carnes, ainda importamos trigo, cacau, cevada, lácteos, pescado, frutas e diversas especiarias. E, momentaneamente, até feijão-preto e etanol! Mas, na percepção do povo, somos os campeões mundiais.

Os setores da economia considerados os mais avançados e o “orgulho nacional” são: mineração e petróleo, automobilístico, construção e eletroeletrônico. O agronegócio aparece em quinto lugar na média da opinião percebida pela população das 12 maiores cidades do país. Entretanto, em Ribeirão Preto e no Centro-Oeste, o agronegócio empata com mineração e petróleo como sinônimo de “orgulho nacional”.

Agronegócio sem marketing é só agro, sem negócio. Marketing exige auscultar e pesquisar os desejos, os anseios e as angústias dos consumidores

REPRESENTAÇÃO DOS GRUPOS



A análise das respostas dos 616 respondentes gerou oito segmentos, segundo as características observadas na análise fatorial

1. I LOVE ME
2. AGROLOVERS
3. TURMA DA MALHAÇÃO
4. DESLIGADOS
5. COWBOYS OFF ROAD
6. URBANIA
7. GALERA DO SOFÁ
8. WORKAHOLICS

REPRESENTAÇÃO DOS GRUPOS

| Grupo | Cases | Porcentagem |
|-------------|------------|-------------|
| 1 | 83 | 13% |
| 2 | 90 | 15% |
| 3 | 67 | 11% |
| 4 | 99 | 16% |
| 5 | 93 | 15% |
| 6 | 88 | 14% |
| 7 | 73 | 12% |
| 8 | 23 | 4% |
| Base | 616 | 100% |



Chico Bento, o famoso caipira de Mauricio de Sousa, cresceu, passou no vestibular e, desde o último mês de maio, cursa Agronomia na Esalq (Escola Superior Luis de Queiroz), da Universidade de São Paulo (Usp), em Piracicaba (SP)



LATINSTOCK

Desmatamento e utilização de grandes volumes de água aparecem como as grandes preocupações dessa população. Da mesma forma, os cidadãos compreendem a importância da ciência, da pesquisa e da tecnologia para esse novo interior e para todo o agronegócio. Nas análises de correspondência foram pesquisados nove segmentos da economia: mineração e petróleo; agronegócio; educação; automobilístico; saúde; bancos; eletroeletrônica; transporte; e construção.

Na mente daquele que mora em uma metrópole como São Paulo, os setores de agronegócio e construção estão posicionados no mesmo quadrante, sendo considerados grandes geradores de emprego e, ao mesmo tempo, independentes de subsídios e do governo. Em paralelo, eles também estão conjuntamente conectados aos aspectos do desmatamento e da utilização de grandes volumes de água. Já na pesquisa de Ribeirão Preto, o agronegócio ocupa o mesmo quadrante das áreas de mineração e petróleo, fato que revela a variação da formação e da informação como fundamentais para a criação de distintas percepções.

Nos aspectos culturais e atitudes perante a vida, o cidadão urbano afirma que a culinária, a música, as festas e as feiras são as manifestações culturais mais associadas à vida na cidade grande. A pesquisa também deixa claro que o consumidor urbano aprecia diversos aspectos sobre qualidade de vida que estão ligados ao campo, como paz, natureza, alimentos saudáveis e qualidade do ar. Essas conexões foram feitas por 78,6% dos respondentes. Porém, 59,4% afirmam não ter vontade de morar numa propriedade rural. O cidadão urbano contemporâneo deseja que o campo venha até a cidade, quer ter um campo na sua rua, no seu condomínio, mas não pretende virar camponês.

Com base nessa constatação, o estudo da Abag promoveu uma análise fatorial dos entrevistados, levando em consideração as percepções que os consumidores urbanos têm sobre o agronegócio associadas aos valores, atitudes e estilos de vida desse público (ver gráfico na página ao lado).

O cidadão urbano contemporâneo deseja que o campo venha até a cidade, quer ter um campo na sua rua, mas não pretende virar camponês



A maioria dos entrevistados faz parte do grupo dos DESLIGADOS ou menos apegados aos bens materiais. Essa tribo não acredita que a vida das pessoas dependa de equipamentos eletroeletrônicos. São mais distantes do agronegócio e do campo. Os DESLIGADOS representam 16% da amostra e é um grupo formado principalmente por mulheres com idade superior a 25 anos, sendo o contingente com o maior número de pessoas com 50 anos ou mais e a maior quantidade de indivíduos com apenas o primeiro grau de escolaridade.

Dois públicos distintos dividem o segundo lugar: os AGROLOVERS e os COWBOYS OFF ROAD. Com 15% de participação, o primeiro grupo é formado por pessoas bem informadas, que afirmam ler jornal, gostar da natureza e de se preocupar com a origem dos alimentos. Os AGROLOVERS acreditam que a pesquisa científica seja fundamental para o agronegócio. Esse grupo apresenta a maior quantidade de pessoas das classes A e B, com o terceiro grau completo e renda mensal superior a 20 salários mínimos. Já os COWBOYS OFF ROAD fazem parte do segmento mais ligado ao campo, adoram músicas sertanejas, gostam de cavalos, pesca, barro, trilhas e jeep. Participam de rodeios e festas country. Representando outros 15% da amostra, esse grupo é formado, principalmente, por homens casados, que moram na região Sudeste e são mais ligados a bens materiais.

Na sequência, aparece o URBANIA, do qual 14% dos entrevistados fazem parte. Uma das características mais marcantes das pessoas com esse perfil é dar prioridade à conveniência. Gostam de legumes congelados, comidas pré-prontas e não se preocupam com alimentos transgênicos. Segundo grupo com maior percentual de mulheres, com idade entre 25 e 49 anos e solteiros, os urbanias usam seu tempo para a individualidade, não dando grande importância ao convívio familiar. São simpatizantes do campo, mas 100% urbanos.

O oposto do URBANIA é o I LOVE ME, que representa 13% da amostra e é formado basicamente por consumidores na faixa etária entre 16 e 24 anos. São pessoas que adoram praia e não possuem muitas afinidades com o campo ou com os elementos do interior, como música sertaneja e programas ligados ao agronegócio.

A GALERA DO SOFÁ é ainda mais resistente com assuntos relacionados ao mundo do agronegócio. Composta por mulheres da classe C, de 25 a 49 anos, que têm o segundo grau completo, essa turma é contrária à vida no

SHUTTERSTOCK

campo e a todos os aspectos referentes ao ambiente rural. Não gosta de música sertaneja, festas rurais, rodeios e do estilo country. Acredita que o campo é atrasado. Formado por 12% dos entrevistados, este grupo não sabe viver sem o conforto proporcionado pelos eletroeletrônicos. Seu oposto é a TURMA DA MALHAÇÃO, que pratica esporte regularmente e gosta da natureza. Homens com idade entre 25 e 49 anos, solteiros e com renda mensal entre três e cinco salários mínimos, compõem esse grupo, que prefere consumir produtos nacionais, mas não gosta de rodeios ou festas com música country e representa 11% dos respondentes.

Por último, a análise fatorial identificou os WORKAHOLICS como sendo o menor grupo da amostra, com apenas 4% da população pesquisada. Constituído por homens, com idade superior a 25 anos, esse público tem baixa escolaridade e menor renda mensal. Valoriza o trabalho, não gosta de praia nem da vida no campo, não pratica esportes e afirma não ter tempo para cuidar de animais domésticos.

A formação da agrossociedade

A pesquisa permite e cria um marco histórico significativo, tanto para as relações da cidade com o campo quanto do campo com a cidade. A pesquisa revela que o novo cidadão e consumidor urbano, pesquisado nas 12 mais populosas cidades do Brasil, tem vínculos culturais e conexões prazerosas com o campo, porém não pensa em morar na zona rural. Ao contrário, o que espera é que esse campo venha para a porta da sua casa, na sua cidade. Se Zé Rodrix, compositor de *Casa no campo* tivesse que reescrever seu grande sucesso musical com base nesta pesquisa, a letra famosa gravada por Elis Regina seria mudada. No lugar de “eu quero uma casa no campo” entraria um sonoro “eu quero um campo em casa”. Isso oferece um posicionamento novo de visão para profissionais de marketing atuando no “pós-porteira das fazendas” (agroindústria, varejo e serviços de alimentos, bebidas e derivados do campo), onde a origem, a natureza e o estilo puro de vida são desejados nas percepções dos produtos consumidos na cidade. Este estudo mostra ainda que informações como sustentabilidade e respeito a quem produz e à natureza ganham cada vez mais valor nos diferenciais e nas escolhas dos consumidores urbanos.

Para o marketing dos produtores rurais e da produção agropecuária, fica evidente que a cidade grande



SHUTTERSTOCK

passou a admirar o agronegócio e considera o agricultor como uma das cinco funções socioeconômicas mais importantes para a sua vida. A partir dessa análise, as novas lideranças do agronegócio precisarão calibrar, diferentemente, o estilo e o nível da comunicação com a sociedade, sabedores da estima existente nas percepções populares. E precisarão cuidar de forma muito mais profissional de questões como meio ambiente, uso da água, e valorização da origem dos alimentos nas negociações com as agroindústrias e o varejo de alimentos, bebidas e derivados do campo.

Aos profissionais de marketing no “antes da porteira das fazendas” (insumos, máquinas, produtos veterinários, serviços e distribuição voltados ao produtor rural), a pesquisa indica que será exigido cada vez mais o entendimento das cadeias de valor e compreensão da segmentação dos produtores rurais não somente por tecnologia, porte e culturas, mas também por vínculos mais ou menos formalizados com os agentes do pós-porteira das fazendas, ou seja, os seus clientes. O agronegócio será cada vez mais resultado da qualidade e das exigências das demandas derivadas pela sociedade urbana.

Ao governo caberá compreender que a população urbana – que decide o voto – guarda pelo agronegócio consideração e respeito pelo aspecto econômico e pela geração de alimentos. Essa estima existe e pode ser ampliada. Mas o descuido com a infraestrutura, o desacerto de políticas burocráticas e tributárias e a ausência de planejamento agrícola podem vir a causar pontos negativos na avaliação do Legislativo e do Executivo. Vale ainda apontar que a categoria profissional considerada nesta pesquisa, como a menos importante entre todas, foi exatamente a dos “políticos”.

E, finalmente, fica aberto um cenário muito mais amplo para estudantes, professores e para a educação ao longo da cadeia de valor do agronegócio. As profissões são cada vez mais possibilitadas pelo avanço das tecnologias, como as análises sensoriais de alimentos, por exemplo, nas áreas de sustentabilidade. Também são beneficiados nutricionistas, meteorologistas e mesmo as profissões relacionadas às ciências sociais e humanas. Nesse cenário, evidencia-se a necessidade de gestores de marketing contemporâneos atuando no pós, no meio e no “antes” das porteiras das fazendas, sem esquecer o quarto elo, o “além das porteiras”, as ONGs, associação de defesa de consumidores, de bem-estar animal, mí-





LATINSTOCK

dia e a política. Nesta pesquisa, observamos também que o grupo da sociedade com computadores e acesso à internet foi aquele que revelou o melhor índice de conhecimento do agronegócio e de sua cadeia de valor. Entre os estudos e as carreiras pertinentes nesse novo futuro, surge, sem dúvida, o conceito de governança das redes sociais, aspecto vital para a liderança nesse novo agronegócio inserido na globalização.

Do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, a um Heinz Kudiess em Correntina, no oeste da Bahia, uma longa jornada foi realizada. Uma jornada de heróis. Foram agricultores ex-minifundiários, em grande parte do Sul do país, saindo como pioneiros ao longo dos anos de 1980 e 1990. Eles acreditaram que poderiam obter alimentos oriundos de terras fracas. Norman Borlaug, o agrônomo da “revolução verde”, Prêmio Nobel da Paz, disse: “O dia em que o Brasil souber produzir em terras fracas, será um dos maiores do mundo”. E o Brasil, de fato, se transformou no campeão mundial do agronegócio no cinturão tropical do planeta. Mérito de pesquisadores, educadores e líderes que não esmoreceram e colocaram a causa do país acima de interesses facciosos.

Mas isso foi a história contada e percebida até aqui. As percepções populares mudaram consideravelmente ao longo dos últimos 40 anos. Uma pesquisa será apenas uma pesquisa, uma fotografia. Para que possamos ter a dinâmica de um filme, de um cotidiano, será necessária a realização de novas pesquisas, e com enfoques cada vez mais específicos, a partir desta contribuição que a Abag e a ESPM realizaram. A verdade é que o mundo mudou, e muda a cada dia. Agronegócio sem marketing é só agro, sem negócio. Marketing exige auscultar e pesquisar veementemente os sonhos, os desejos, os anseios e as angústias dos consumidores, que estão sendo tratados cada vez mais como cidadãos. Doravante, a nova expressão a ser assumida deverá ser “agrossociedade”. Precisamos de novos paradigmas que conjuguem e atraiam o melhor do pensamento nacional. Cidade e campo passaram a ser uma coisa só. Cidadão urbano e homem ou mulher do campo, da mesma forma: uma coisa só.

Jose Luiz Tejon Megido

Coordenador do Núcleo de Agronegócio da ESPM, diretor vice-presidente do Conselho Científico para a Agricultura Sustentável (CCAS), fundador e membro do conselho efetivo da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA) e comentarista de agronegócio da Rádio Estação



A Abercrombie & Fitch escolheu um belo imóvel na Champs-Élysées para abrir sua primeira loja em Paris. A aposta gerou filas diárias de consumidores loucos para comprar roupas da badalada marca americana



Quer fazer parte do grupo? Entre na fila

Fazemos muitos sacrifícios para consumir determinado produto ou serviço. A ideia parece absurda, porém é real. Mas o que justificaria tanto esforço?

Por Karin Ligia Brondino Pompeo

Em maio de 2011, a marca americana de roupas Abercrombie & Fitch abriu sua primeira loja em Paris. O endereço foi escolhido a dedo: um belo imóvel antigo no número 23 da avenida Champs-Élysées, alugado por 3 milhões de euros por ano, segundo valor estimado pelos jornais franceses. As roupas, os vendedores sensuais, a música de balada em volume alto, a luz baixa e o perfume do ambiente se espalham por quatro andares. Para a inauguração, a marca recrutou 101 rapazes em excelente forma e torso nu para enfeitar a fachada.

No dia da abertura, uma reportagem do jornal *Le Figaro* registrou o fato de que uma fila com aproximadamente 500 pessoas – a maioria adolescentes e jovens de 20 anos que cabularam a aula para estar ali – se formou em frente à loja. E essa fila não se limitou ao dia da inauguração – ela tem sido uma constante no novo endereço, o que muda é apenas o seu tamanho. Embora alguns digam que essa fila é desnecessária, pois o interior da loja está sempre vazio, o fato é que as pessoas ficam horas esperando pacientemente e em condições climáticas nem sempre favoráveis a sua sagrada vez de comprar camisetas.

Mas o fenômeno não está restrito à França: quem se relaciona com pessoas dessa faixa etária – e provenientes de famílias de bom poder aquisitivo – aqui mesmo no Brasil sempre vê a marca estampada em camisetas e blusas de moletom.

Pois parece que o fascínio que a marca exerce sobre a meninada encontra uma força igual e contrária entre o público um pouco mais maduro. Um excelente blog publicou uma foto da fila na porta da loja em uma postagem e foi o suficiente

FOTO: KARIN LIGIA BRONDINO POMPEO



As filas da grife americana e as do restaurante badalado têm a mesma motivação: o desejo de nos sentirmos pertencentes a um grupo de referência

para despertar a indignação de alguns de seus leitores, cuja maioria tem mais de 40 anos, pós-graduação, renda acima de 20 salários mínimos e gosto refinado. Os comentaristas mais enfáticos afirmaram que fazer fila para comprar camisetas americanas em Paris (ou em qualquer lugar) era algo “patético” e “ridículo”. Já outros disseram ter entrado na loja por curiosidade, ou acompanhando os filhos, e gostaram da experiência. Uma minoria defendeu seu direito de consumir a marca, com ou sem fila. A postagem rendeu mais de 60 comentários, mas a tônica predominante, representativa do perfil majoritário dos leitores, foi a de crítica negativa à fila e à valorização da marca, ainda mais num cenário como Paris.

Bem, parece simples, mas temos aqui três questões importantes. O que leva os jovens e adolescentes a ter um encantamento tão grande pela marca, a ponto de fazer um sacrifício para entrar na loja? O que justifica as críticas ao comportamento dos apreciadores da marca? Afinal, se estes investiram seu tempo ficando na fila, o prejuízo ou o ganho com seu comportamento compete apenas a eles. E, finalmente, somente adolescentes ou pessoas com prejuízo de julgamento fazem sacrifícios para adquirir certas marcas?

É bem provável que todos nós façamos sacrifícios para possuir produtos e serviços que valorizamos. Vale lembrar que produtos e serviços não são somente camisetas, mas

também museus, shows, restaurantes e destinos turísticos. Atire a primeira pedra quem nunca ficou em filas para ver exposições de um artista que admira, investiu algum tempo na internet tentando comprar ingressos para um show concorrido, esperou mais de uma hora por uma mesa no restaurante badalado ou ficou na fila de uma marca prestigiosa que costuma fazer poucas liquidações.

As filas da Abercrombie e do restaurante badalado têm a mesma motivação: o desejo de nos sentirmos pertencentes ao nosso grupo de referência. Da mesma forma, a rejeição que os leitores do blog tiveram às filas da loja – e, conseqüentemente, à marca – também se relaciona a essa motivação, que é a de se afastar do grupo com o qual não querem ser identificados. Pesquisadores como Grant McCracken, Jennifer Escalas, Jason Bettman, Kwok Leung e Geert Hofstede dedicaram-se ou ainda têm se dedicado nas últimas décadas a entender como esse processo ocorre. Seus estudos nos ajudam a elucidar as manifestações aqui expostas.

O que consumimos e a forma como fazemos isso ajudam a construir nosso autoconceito e a criar uma identidade pessoal. Isso é especialmente válido para as marcas que possuem propriedades simbólicas: são as que comunicam aos outros algo sobre nós, a partir do



Na loja da Abercrombie, tudo é pensado para construir a imagem da marca: dos vendedores sensuais à pouca luz e o perfume do ambiente

LATINSTOCK

momento que as portamos. A apropriação de associações e significados derivados do uso dessas marcas por grupos de referência é um dos aspectos do processo de construção do autoconceito.

Os grupos de referência podem ser fontes cruciais de significado de marca. As propriedades simbólicas dos grupos de referência se tornam associadas às marcas usadas por esses grupos. E essas associações podem ser transferidas dos grupos de referência para os consumidores, conforme estes selecionam as marcas que julgam possuir um significado congruente com seu autoconceito.

Os leitores do blog que dirigiram as críticas mais ferozes provavelmente experimentam uma rejeição do significado social que emerge do uso da marca por aquele grupo. Se um grupo de referência usa e se torna associado com certas marcas – ou seja, a imagem da marca combina com o grupo em questão –, esse significado pode ser apropriado por consumidores conforme eles constroem suas identidades individuais. Por exemplo, se eu me considero uma pessoa jovem, descolada, urbana, com bom poder aquisitivo e os membros do meu grupo, que compartilham comigo essas características, usam roupas da Abercrombie, também vou usar roupas dessa marca como um símbolo de quão jovem, descolada e urbana eu sou.

Contrariamente, consumidores podem querer evitar associações derivadas de grupos aos quais eles não desejam pertencer, esquivando-se das marcas que estão carregadas de significados do grupo de referência que as usa, uma vez que não gostariam de ver essas associações transferidas para si mesmos. Novamente, explico isso usando um exemplo: se eu não sou membro de um determinado grupo – e não desejo me tornar membro – e vejo as pessoas que pertencem a esse grupo ficando na fila e usando roupas da Abercrombie, eu posso especificamente escolher não usar roupas dessa marca numa tentativa de me distanciar o máximo possível do simbolismo daquele grupo. Em última instância, quando critico e deixo evidente ao meu grupo – no nosso exemplo, os leitores mais assíduos do blog – que considero o comportamento “patético” e “ridículo”, construo o muro essencial que me separa da fila da Abercrombie.

E você? Para o que você faz fila?

Karin Ligia Brondino Pompeo

*Professora do curso de Administração na ESPM,
doutoranda e mestre em Administração
de Empresas pela FGV-EAESP*

Ivan Marques | F/NAZCA SAATCHI & SAATCHI

Se a vida manda **quadrado**, ele devolve **redondo**!

Por Carlos Roberto F. Chueiri

No início de abril, a Skol surpreendeu o mercado ao ser eleita a marca mais valiosa do Brasil, segundo a avaliação da consultoria BrandAnalytics, do instituto de pesquisa Millward Brown e do WPP Group. Com um valor estimado em US\$ 6,5 bilhões, a marca de cerveja que “desce redondo” destronou a Petrobras, que na edição deste ano foi avaliada em US\$ 5,7 bilhões, ficando em segundo lugar no ranking. Tal conquista resulta de um casamento bem-sucedido entre agência e cliente, como explicou o anúncio de página inteira, veiculado nos principais jornais do país, no dia 22 de abril: “Skol é a marca mais valiosa do Brasil. O que a F/Nazca tem a ver com isso?”. Totalmente *alltype*, a peça publicitária revela detalhes desse relacionamento, que nasceu em 1996, quando a Skol era a terceira marca de cerveja consumida no Brasil. A situação começou a mudar quando a F/Nazca assumiu a conta e criou o conceito “Desce redondo”. Hoje, líder de mercado, ela é considerada uma das marcas mais simpáticas do país. Esta imagem permite a criação de comerciais como o novo filme “Baleia”, que apresenta um

desdobramento do conceito-chave da comunicação da Skol: “se a vida manda quadrado, você devolve redondo”. O que Ivan Marques tem a ver com isso? Tudo!

Sócio da F/Nazca Saatchi & Saatchi, ele é responsável pela área de atendimento e gestão de negócios da agência que fundou em 1994, junto com Fabio Fernandes e Loy Barjas. “Na época, montar esse empreendimento foi um enorme desafio para nós três e para a enxuta equipe que tínhamos agregado.”

Ivan cita a entrada da revista *IstoÉ* como o primeiro cliente a acreditar nos objetivos operacionais daquela trinca de profissionais, cheia de disposição. “Em seguida, conquistamos Philco e Banco Sudameris, entre outras contas.” A Skol chegou à agência três anos depois de sua fundação. Desde então, a marca da Ambev mantém com a F/Nazca um dos casamentos mais duradouros do mercado publicitário. “Foi um verdadeiro voto de confiança na filosofia de trabalho que começávamos a imprimir com o nosso jeito de fazer propaganda. O estreito relacionamento com o cliente e a maneira de interpretar seus anseios e transformar objetivos de marketing em estratégias de comunicação continuam sendo a base de um convívio amplo e generoso desses 17 anos de parceria ininterrupta. Nosso relacionamento mostra que casamentos assim podem durar muito tempo, com os parceiros permanecendo felizes para sempre!”

Com base nessa filosofia, a agência realizou trabalhos de grande repercussão em seus quase 20 anos de mercado. “Essa é uma fórmula que busca um nicho diferenciado e a construção de uma proposta de comunicação relevante”, revela Ivan, citando alguns trabalhos que serviram para mostrar a cara da F/Nazca S&S ao mercado. Um deles é o famoso comercial “Formiguinhas”, da Philco, que entrou

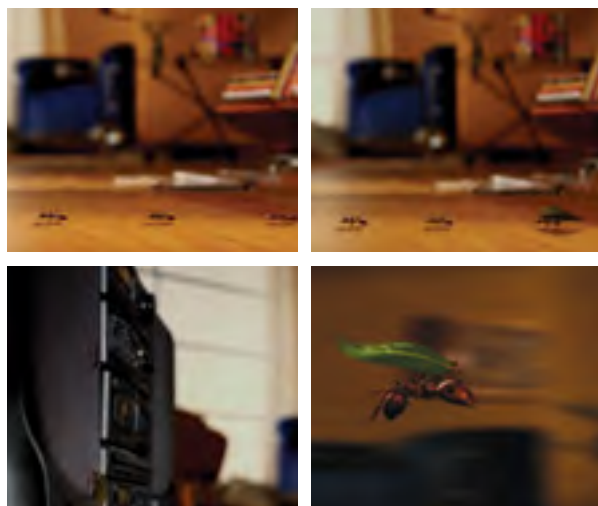




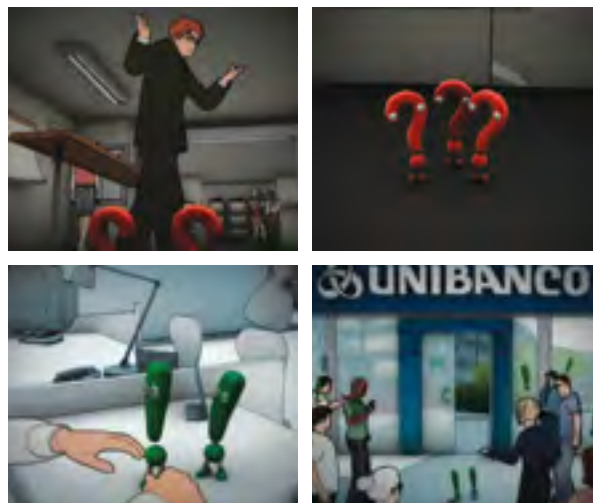
Ivan Marques, o aluno da ESPM que trilhou uma carreira de sucesso no mercado publicitário e retornou à Escola para ensinar o que aprendeu

para a história como ícone da criatividade brasileira, sendo uma das peças mais premiadas no Brasil e no exterior. “Outro filme da Philco que fez muito sucesso foi ‘Índio’, dirigido por Ricardo Van Steen na década de 1990, que ainda se mantém atual.”

Na coleção de cases de sucesso da F/Nazca desfilam também o slogan *Nem parece banco* (do Unibanco), a assinatura *O melhor plano de saúde é viver. O segundo melhor é Unimed*



Criado em 1995, o comercial “Formiguinhas”, da Philco, anunciava a chegada da linha de som Applause, com a seguinte locução em off: “Isso não é um som, é um tapa na orelha”. O filme ganhou um Leão de Ouro no Festival de Cannes, um GP no Profissionais do Ano e uma medalha de ouro no Prêmio Colunistas



Em 2005, a F/Nazca apresentou o novo posicionamento e slogan do Unibanco. O conceito “Nem parece banco” tira de cena os retratos do cotidiano - que no passado eram marcados pelo casal Unibanco - e entram desenhos, personagens em 3D e muitos recursos gráficos

(da Unimed), a tartaruga da Brahma e, é claro, o slogan *Desce redondo* da Skol. “Em busca da perfeição, nosso trabalho se renova a cada 24 horas. Fabio Fernandes é um perfeccionista de plantão e se faz presente a cada passo dado, acompanhando o produto final até o limite do fechamento. Muitas vezes, mexe em detalhes no último minuto!”, comenta o sócio da F/Nazca. “Já Loy Barjas não descuida do departamento de mídia. Enfim, toda a equipe – guardando características

Raio-x de Ivan Marques

1978

Entra na ESPM e assume a função de *controller* na Novagência



1979

Migra, por opção pessoal, para a área de planejamento e pesquisa de mídia da Novagência

1981

É contratado como supervisor de planejamento do grupo Fiat na MPM/ São Paulo, onde participa da criação de comerciais memoráveis como o lançamento do Uno, na Itália, com o técnico Lazaroni

1982

Conclui o curso de publicidade e propaganda na ESPM



1981-1991

Promove grandes cases na MPM, principalmente para a Fiat



mais qualitativas que quantitativas – procura agir dessa maneira. Hoje, desfrutamos de um reconhecimento profissional altamente generoso do mercado.” Para ele, esse reconhecimento é fruto de um trabalho integrado, realizado próximo ao cliente e que vem sendo constantemente aperfeiçoado, assim como a publicidade comercial. “Acompanhamos as tendências do mercado, que tem passado por mudanças significativas nos últimos anos.” De repente, o público-alvo passou a ter um painel de opções para escolher, selecionar, cotejar preços e ofertas, comprar e reclamar nas redes sociais. As marcas – mesmo aquelas tradicionais e consolidadas – passaram a correr riscos. Agora, elas precisam estar atentas às flutuações instantâneas do mercado. “Atualmente, existem mecanismos de aferição de resultados simplesmente espantosos, diante de métodos que, até agora, eram considerados como definitivos. As mutações do comportamento dos mercados podem ser acompanhadas e aperfeiçoadas em segundos”, observa o publicitário. “Assim, as novas plataformas de mídia precisam ser operadas de maneira harmônica e criativa, a fim de que os investimentos feitos em comunicação retornem com mais intensidade.”

Futuro planejado

Ivan atua como profissional nas áreas de mídia, comunicação integrada de marketing, novos negócios e gestão empresarial há 30 anos, desde a época da faculdade. “A ESPM representa um marco definitivo na minha carreira. Não só pela qualidade do ensino, mas pela capacidade de reunir, em um ambiente acadêmico agradável, condições para que os alunos passem a conviver com a ampliação dos seus conhecimentos e a montagem de redes sociais de relacionamento importantes e duradouras”, comenta o ex-aluno da ESPM. “Gostaria muito de ter cursado sociologia na USP. Cheguei a passar no vestibular. Mas, na época, o país vivia uma instabilidade política e o ambiente acadêmico nas universidades oficiais era muito tumultuado.” Ele desistiu da sociologia, mas não da vontade de tentar compreender o ser humano. “Como sempre quis estudar os desejos, as ambições, as frustrações e as vaidades humanas, enveredei pelos caminhos do marketing e da comunicação social, que mexem com todas essas questões de uma maneira instigante e criativa. Concentrei-me nesse objetivo. E acho que

Como sempre quis estudar os desejos, as ambições, as frustrações e as vaidades humanas, enveredei pelos caminhos do marketing e da comunicação social, que mexem com todas essas questões de uma maneira instigante e criativa

LINHA DO TEMPO

1991-1993

Com a fusão MPM/Lintas, ele é nomeado VP de mídia e comunicação integrada e continua acumulando a função de diretor-geral da conta Fiat

1994



Associa-se a Fabio Fernandes, Loy Barjas e à inglesa Saatchi & Saatchi para fundar a F/NAZCA S&S, em São Paulo

2007

Assume a presidência da Abap-SP



2012

Assume a diretoria de marketing do Sport Club Corinthians Paulista



não errei”, explica Ivan, que recebeu uma proposta de emprego logo que ingressou na ESPM, em 1978. Assim, foi ser assistente de *controller* na Novagência, onde ocupou também os cargos de planejador e supervisor de pesquisa de mídia.

Segundo o sócio da F/Nazca, um dos fatores que facilitaram a sua identificação com a profissão foi poder pôr, em prática, diariamente, tudo o que aprendia nas aulas. Tanto que a escolha pela área de mídia da Novagência foi

intencional. Intuíu que, para fazer chegar a mensagem publicitária certa ao público desejado, seria necessário saber tudo a respeito desses indivíduos. “Trata-se do ofício do homem de mídia, mas acredito que ainda teria sido um resquício daquilo que desejava entender a respeito do comportamento do ser humano, quando ainda pensava em cursar sociologia na USP”, reflete Ivan.

Em 1981, a mudança para uma agência de grande porte veio de um convite da MPM, que já figurou entre



No novo filme da Skol, jovens são engolidos por uma baleia, encontram uma geladeira cheia de cerveja da marca e passam a ter um bom motivo para festejar. A peça apresenta o desdobramento do principal conceito da marca com a assinatura: “se a vida manda quadrado, você devolve redondo”





Em 2002, para promover o slogan “Brahma refresca até pensamento!”, a F/Nazca colocou uma tartaruga para ser o torcedor símbolo da Seleção Brasileira de Futebol

as maiores do segmento. Na época, a conquista da conta da Fiat deu um destaque ainda maior para a área de mídia da MPM, que participava ativamente da gestão da comunicação da montadora italiana no Brasil. “No lançamento do Fiat Prêmio, por exemplo, negociamos o primeiro merchandising explícito da TV brasileira com o lançamento da Fiat sendo inserido em plena novela das oito, da Rede Globo. Uma sacada que acabou se tornando um divisor de águas no processo de veiculação nas emissoras de TV em todo o Brasil”, lembra Ivan, citando outra grande campanha que marcou sua passagem pela MPM: o lançamento do Fiat Uno no Brasil. Gravado em Turim, na Itália, o comercial teve como estrela principal o treinador Sebastião Lazaroni, técnico da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 1990.

Ivan também foi um dos estrategistas na chamada “guerra das margarinas”, atendendo a marca Delícia, que travou uma longa batalha com a líder Dorianana. “A mídia teve uma atuação fundamental nessa disputa por um lugar de destaque nas mesas e nos fogões dos lares brasileiros.” Com a fusão da MPM com a Lintas, em 1993, ele foi promovido e passou a ocupar o posto de vice-presidente de mídia e comunicação integrada, além de acumular o cargo de principal executivo das contas Fiat e Unilever na MPM Lintas.

Com um currículo recheado de cases e prêmios, tempos depois, Ivan retornou à ESPM, desta vez no papel de professor. “Voltei à ESPM para transmitir aos seus alunos a experiência que acumulei na minha carreira. As aulas de teoria e prática na mídia influenciaram significativamente minha forma de expressar ideias. Passei a ter mais desenvoltura e confiança. Na verdade, dar aulas em ambientes como o da ESPM representa uma enorme troca de experiências”, ensina o mestre, que tem especialização em marketing pela Pace University, de Nova York.

Em 2007, ele assumiu a presidência da Associação Brasileira das Agências de Propaganda (Abap-SP), função que desempenha até hoje. No ano passado, decidiu entrar em campo e assumir um novo desafio ao aceitar dirigir o marketing do Sport Club Corinthians Paulista. “Nesta profissão, só invista em projetos que causem um certo frio na barriga e façam você perder o sono até a hora da apresentação!”, aconselha o camisa 10 do marketing alvinegro.



Em bom estado de saúde!

Empresas da área médica registram uma alta extraordinária de 24,4% no Índice Nacional de Satisfação do Consumidor ESPM, enquanto os setores de varejo e bens de consumo têm as maiores quedas

Por Alexandre Gracioso

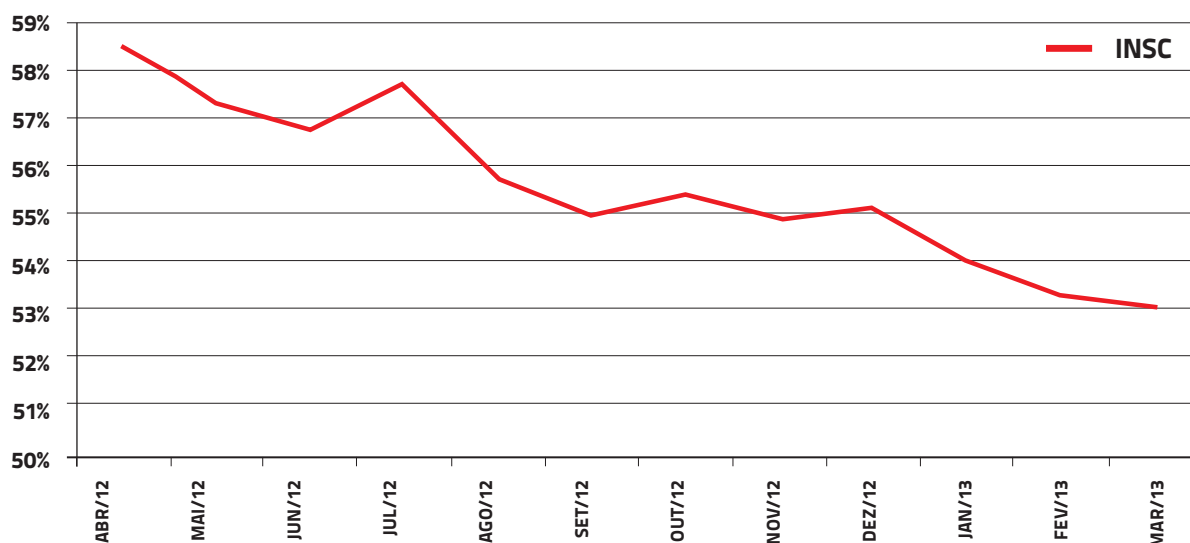
O terceiro artigo sobre o Índice Nacional de Satisfação do Consumidor ESPM (INSC | ESPM), publicado pela *Revista da ESPM*, apresenta a evolução do estudo nos últimos 12 meses, até março de 2013. Nesse período, o levantamento apresenta uma tendência descendente constante, que fez o índice cair do patamar inicial de quase 59% para 53,1% (ver gráfico *Evolução do INSC Brasil, abaixo*).

Esta queda foi causada, talvez, paradoxalmente, pelo aumento do poder aquisitivo do brasileiro. Ocorre que, com

a ampliação do mercado e a demanda decorrente do maior poder de compra da população, ficou mais evidente o descompasso em termos de falta de investimento no aumento da oferta, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Esse fato está relacionado a diversos problemas, como a falta de infraestrutura, a mão de obra desqualificada, a gerência amadora etc. É claro que esses fatores estão, ao menos parcialmente, incluídos no risco Brasil. Fica, portanto, a pergunta: quanto a economia poderia estar crescendo caso os problemas estruturais do país fossem amenizados?

A EVOLUÇÃO DO INSC BRASIL

Evolução do INSC em um período de 12 meses terminado em março de 2013



Fonte: INSC | ESPM

Em termos de setores, os que apresentaram as maiores quedas foram varejo e bens de consumo, sendo que o destaque negativo foi o subsetor da indústria digital. A categoria apresentou forte retração de 11,9 pontos percentuais. No setor de varejo, o ramo de supermercados registrou uma variação negativa que também chamou a atenção dos pesquisadores.

Por outro lado, o setor de serviços públicos teve uma alta surpreendente, de 7,7 pontos percentuais, influenciada por seus dois subsetores: saneamento básico (+ 9%) e transporte público (+ 1,8%).

A atividade que registrou maior variação positiva no mês de março foi a dos hospitais e laboratórios, como Albert Einstein, Dasa e Fleury. Em fevereiro, as empresas monitoradas apresentaram uma queda acentuada, porém, no mês de março, surpreenderam com um aumento de 24,4% no Índice Nacional de Satisfação do Consumidor. Essa categoria de serviços subiu de 57,3% para 81,7% na avaliação dos consumidores, o que representa a maior alta até então registrada, de um mês para outro, na série histórica do INSC.

Negócio saudável

Esta alta extraordinária do subsetor de hospitais e laboratórios é um marco interessante na análise do Índice Nacional de Satisfação do Consumidor, pois significa a variação positiva de maior valor em 24 meses de análise. Grande parte desse número tem relação direta com uma recuperação do mês anterior, quando a área encarou uma queda de 10,3 pontos percentuais. Tal decréscimo foi causado principalmente pelos comentários sobre a Operação Lava-Rápido, da Polícia Federal, que desmascarou uma quadrilha especializada em roubar processos da Secretaria da Fazenda para tentar oferecer serviços de redução de multas e até eliminação dos processos.

O mês de março foi marcado pelo arrefecimento das menções sobre a Operação Lava-Rápido, que descobriu mais de cem empresas fantasmas, como agência de modelos, faculdade e laboratório médico. Nesse período foi registrada, também, uma intensa geração de conteúdo on-line por parte das próprias organizações, como medida para superar o burburinho negativo das semanas anteriores. Ou seja, o volume de postagem feito pelos consumidores acabou sobreposto por uma quantidade significativa de postagem das próprias organizações. Essa técnica de gerar conteúdo e guiar o assunto gerado



O estudo feito pela ESPM registrou uma queda considerável no Índice de Satisfação do Consumidor causada pelo aumento do poder aquisitivo do brasileiro

pelos consumidores teve impacto surpreendente, tanto no Facebook de alguns dos hospitais monitorados quanto na geração de *buzz* positivo para a marca que se espalhou por outros sites e blogs.

Enquanto a imagem dos hospitais e laboratórios ficou mais saudável, o índice de satisfação da indústria digital quase foi para o pronto-socorro se recuperar da queda de 11,9 pontos percentuais. Este desempenho negativo reduziu seu indicativo de 67,7% em fevereiro para 55,8% em março. Este nível de satisfação é o mais baixo, historicamente registrado pelo subsetor, cuja média geral costumava ficar em saudáveis 68,8%.

Na tabela *Componentes do INSC da Indústria Digital*, que detalha o INSC desse subsetor, nos dois últimos meses, são apresentados dois resultados: o percentual de postagens e o percentual de satisfação estimado para cada uma das três variáveis que compõem o índice da ESPM. Uma análise mais detalhada dos números da tabela indica a ocorrência de dois movimentos interessantes: a diminuição da qualidade percebida, tanto em quantidade de postagens quanto em satisfação medida, e o aumento do componente: expectativa do consumidor, em termos de volume de postagens, com a relativa manutenção do nível de satisfação.

A insatisfação com a qualidade da indústria digital já havia sido detectada anteriormente e se manifesta, principalmente, por meio de publicações que tentam “convencer” outros consumidores a não comprar uma determinada marca.

Quanto à expectativa do consumidor, ela aumentou sensivelmente, em termos de volume de postagem. Isso reflete a ocorrência de mudanças organizacionais importantes em algumas empresas do setor no mês de março, que foram tomadas como sinal de alerta sobre o futuro das organizações, pelos consumidores. Ou seja, a expectativa futura dos consumidores em relação à capacidade dessas empresas de continuar na liderança foi muito debatida nas últimas semanas.

Fechando este rápido panorama, apresentamos os resultados do subsetor de saneamento básico, que

COMPONENTES DO INSC DA INDÚSTRIA DIGITAL

(EM FEVEREIRO E MARÇO DE 2013)

| Dimensão | Fevereiro | | Março | |
|---------------------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|
| | % das postagens | % satisfação | % das postagens | % satisfação |
| Valor percebido | 4% | 85% | 7% | 93% |
| Qualidade percebida | 77% | 77% | 63% | 56% |
| Expectativa do consumidor | 19% | 64% | 31% | 62% |



SHUTTERSTOCK

apresentou um forte movimento de alta, com variação positiva de nove pontos percentuais em março. É interessante notar a estabilidade do volume de postagem entre as categorias, o que aparece detalhado na tabela *Componentes do INSC do Saneamento Básico*.

Note-se também que a satisfação aumentou tanto na dimensão qualidade quanto no quesito expectativa. Neste último caso, as comemorações do Dia da Água, incentivadas pelas próprias empresas concessionárias de distribuição de água e tratamento de esgoto, pesaram no resultado final do levantamento. O bom uso institucional das redes oficiais das próprias empresas para dar destaque aos investimentos e melhorias, feitos recentemente, geraram *buzz* positivo entre os consumidores.

A divulgação, feita no último mês de março, sobre investimentos relevantes e parcerias significativas com empresas do setor privado, para melhorar o nível de qualidade da água, também foi decisiva no aumento da percepção de qualidade e, conseqüentemente, do nível de satisfação do consumidor nessa dimensão.

Por dentro da avaliação

Este é o terceiro artigo sobre o Índice Nacional de Satisfação do Consumidor ESPM (INSC|ESPM), publicado na *Revista da ESPM*. Relembrando, rapidamente os leitores, o INSC nasceu em 2011, com o objetivo de acompanhar e monitorar a satisfação do consumidor brasileiro na internet. Um índice similar já existe nos Estados Unidos, mas o INSC|ESPM traz uma importante inovação: a metodologia. Enquanto no caso do índice americano a coleta das informações é feita por telefone, o nosso modelo tem a coleta feita totalmente na web, nas páginas abertas da internet brasileira. A proposta é acompanhar a satisfação do consumidor por meio das suas manifestações espontâneas, no mundo virtual.

Atualmente, o INSC acompanha nove setores e 24 categorias, que englobam 76 grandes empresas, as maiores em faturamento em cada subsetor, como mostra o quadro *Setores e empresas acompanhados pelo INSC*, na página seguinte.

Varejo e bens de consumo foram os setores que apresentaram as maiores quedas, sendo que o destaque negativo ficou com a indústria digital

COMPONENTES DO INSC DO SANEAMENTO BÁSICO

(EM FEVEREIRO E MARÇO DE 2013)

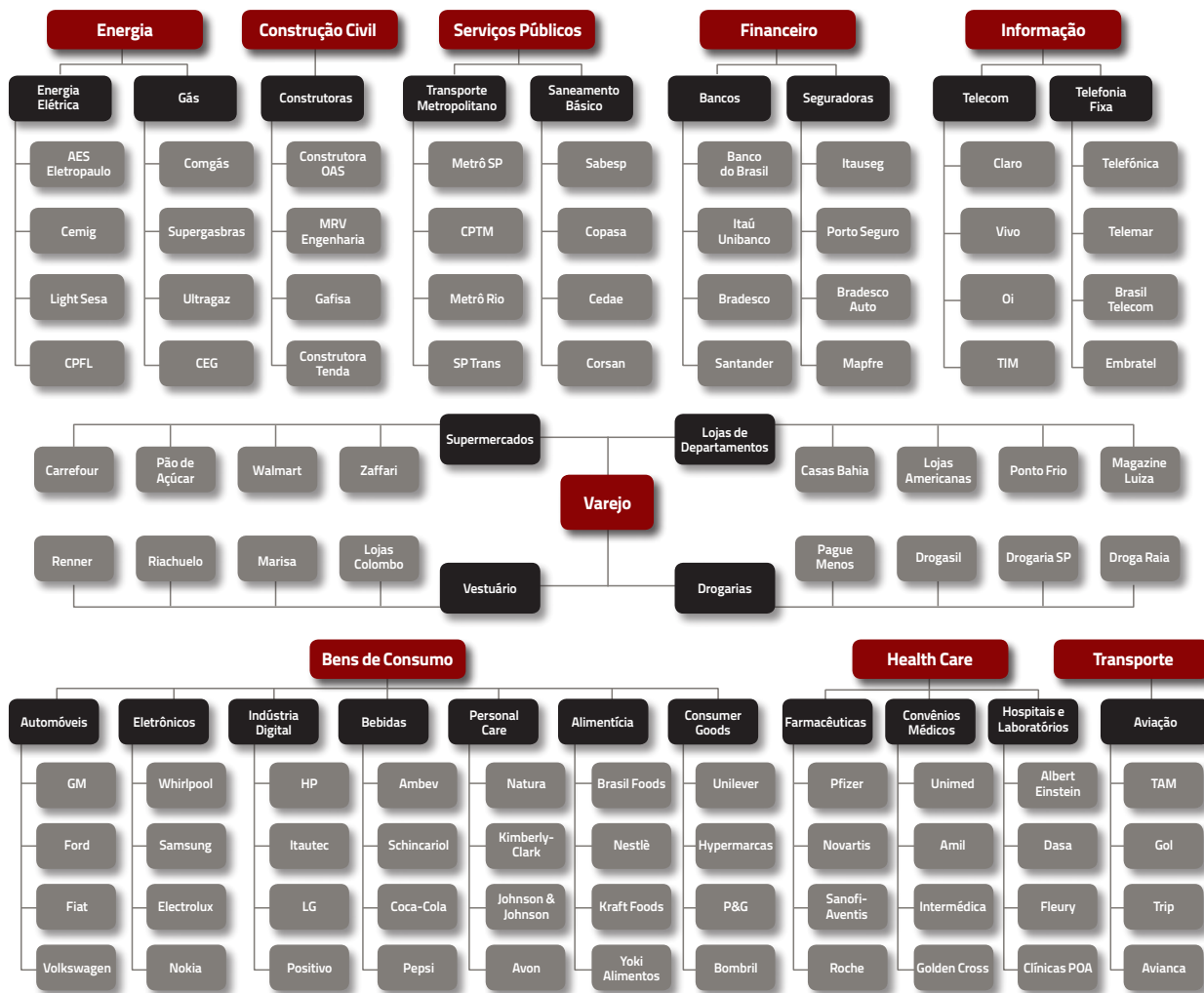
| Dimensão | Fevereiro | | Março | |
|---------------------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|
| | % das postagens | % satisfação | % das postagens | % satisfação |
| Valor percebido | 4% | 50% | 3% | 50% |
| Qualidade percebida | 77% | 27% | 77% | 35% |
| Expectativa do consumidor | 19% | 62% | 20% | 75% |

A atividade que registrou a maior variação positiva no último INSC foi a dos hospitais e laboratórios, como Albert Einstein, Dasa e Fleury

É importante ressaltar que este estudo considera que a satisfação do consumidor é influenciada por três variáveis principais: expectativas em relação à marca/produto; qualidade percebida; e valor percebido. Dessa forma, as expectativas são um resultado da comparação direta entre aquilo o que o consumidor esperava receber e o que realmente recebeu da empresa.

A expectativa é altamente influenciada, tanto pelas experiências anteriores do consumidor quanto pela comunicação utilizada pela companhia. A qualidade percebida de um produto ou serviço é a avaliação imediata que o consumidor faz da experiência de consumo. Já o valor percebido é resultado da comparação entre a qualidade percebida pelo mercado e o seu preço de venda. Assim, mesmo que um produto ou serviço tenha uma percepção baixa em relação à qualidade, o seu valor percebido pode ser alto. Para isso, o preço deve ser baixo o suficiente, o que permite ao consumidor encontrar valor nessa oferta. Por outro lado, é de esperar que produtos com alta qualidade percebida tenham alto valor – desde que o seu preço seja proporcionalmente elevado. Descrita no primeiro artigo desta seção, publicado na edição de janeiro/fevereiro da *Revista da ESPM*,

SETORES E EMPRESAS ACOMPANHADOS PELO INSC



Fonte: www.insc.com.br

a metodologia completa do índice pode ser encontrada no site, que também apresenta os resultados atualizados deste levantamento.

A realização deste trabalho nos tem trazido boas surpresas. Uma delas é a constatação de que, ao contrário da crença generalizada, não é verdade que as pessoas somente reclamam na internet. Aliás, é incorreto afirmar até que a maioria das pessoas reclame na internet. Os resultados do INSC mostram que existe muita crítica ao trabalho desenvolvido pelas empresas nos sites e blogs brasileiros,

mas também há muitos elogios. Alguns setores colecionam mais elogios do que críticas. Esse comportamento indica que o consumidor brasileiro parece ter uma relação bastante amadurecida e esclarecida com as marcas, criticando sempre que se sente prejudicado, mas também elogiando quando é bem atendido!

Alexandre Gracioso

Professor de Finanças e Estatística
e vice-presidente acadêmico da ESPM



Relações internacionais

Teoria e história
Demétrio Magnoli

Editora Saraiva, São Paulo – 2013
448 páginas – R\$ 124

Com a posição de destaque que o Brasil conquistou no cenário mundial, a área de Relações Internacionais ganhou expressão no país, principalmente com a introdução da disciplina nos cursos de Economia, Comércio Internacional, Ciências Sociais e Direito. Considerada obra de referência, essa espécie de cartilha de RI tem seu foco direcionado para as escolas de pensamento, as teorias e os conceitos que pretendem oferecer explicações para as políticas dos Estados nas interações com os demais mercados internacionais.

Demétrio Magnoli é doutor em Geografia Humana pelo Departamento de Geografia da FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e bacharel em Ciências Sociais pela USP. Integrante do Grupo de Análises da Conjuntura Internacional (GACint-USP)



Integração regional

Uma introdução
Paulo Roberto de Almeida

Editora Saraiva, São Paulo – 2013
192 páginas – R\$ 45

Acordos regionais são cada vez mais importantes nas negociações comerciais entre países. Neste cenário, o terceiro volume da coleção Temas Essenciais de RI, coordenada por Antônio Carlos Lessa e Henrique A. de Oliveira, analisa o processo histórico bem como a formação de acordos e blocos comerciais. De forma sintética e objetiva, a obra consolida um itinerário bastante longo de estudos, pesquisas dirigidas, atividades práticas e escritos publicados sobre o assunto, em suas diferentes variantes institucionais e em suas múltiplas manifestações geográficas e políticas.

Paulo Roberto de Almeida é doutor em Ciências Sociais, professor de Economia Política Internacional do Centro Universitário de Brasília (Uniceub) e diplomata de carreira, com extensa experiência em temas comerciais e financeiros internacionais



O que a vida me ensinou

Sempre vale a pena acreditar e apostar nas pessoas
Marcelo Silva

Editora Saraiva, São Paulo – 2013
176 páginas – R\$ 29

"Tudo o que eu sei a vida me ensinou. Foi por meio das pessoas que vi e ouvi...Francamente, minha grande aventura tem sido aprender. E todos os dias sou surpreendido por uma novidade", assegura o CEO do Magazine Luiza, que nesta obra compartilha histórias pessoais e profissionais e analisa, de modo original e verdadeiro, a vida corporativa, contribuindo com sua diferenciada forma de gestão focada na valorização das pessoas. "O que tenho feito é tentar aperfeiçoar o que já foi realizado, aplicando o conhecimento que adquiri de alguém", ensina o autor.

Marcelo Silva é CEO da rede Magazine Luiza. Graduado em Economia e Ciências Contábeis e pós-graduado em Administração Financeira, ele foi diretor-superintendente da Pernambucanas e do Bompreço Supermercados no Nordeste



Comunicação escrita nas empresas

Teorias e práticas

Ana Shirley França

Editora Atlas, São Paulo – 2013

216 páginas – R\$ 49

Como ter uma linguagem simples e eficaz em meio à formalidade da vida profissional? Na tentativa de responder a essa questão, o livro explica as interações que as linguagens realizam, a partir das novas tecnologias, ampliando recursos e possibilitando maior sinergia comunicativa no ambiente das organizações. A comunicação e sua visão estratégica, a técnica da redação básica, a organização das ideias, as dificuldades gramaticais e semânticas, a argumentação como técnica de negociação e a comunicação nos tempos digitais são alguns dos temas abordados pela obra, que conta também com um dicionário de termos corporativos.

Ana Shirley França é administradora, formada em Letras e professora titular da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro



Leitura e produção de textos

Comunicar melhor, pensar melhor, ler melhor e escrever melhor

Lucie Didio

Editora Atlas, São Paulo – 2013

464 páginas – R\$ 78

Fruto de mais de 20 anos de estudo e exercício do magistério, o livro representa um curso completo e auto-explicativo sobre a boa comunicação, aplicado algumas centenas de vezes ao longo dos anos, dele resultando um método definitivo sobre leitura e produção de textos. Dividida em quatro módulos, a obra ensina tanto o indivíduo a se comunicar melhor quanto a ter noções de lógica para organizar seu pensamento e, por conseguinte, raciocinar melhor. Também ensina técnicas para a pessoa ler e escrever melhor. Ao final do livro, o leitor, provavelmente, sentir-se-á capacitado a produzir textos de qualquer natureza, incluindo o material técnico-científico.

Lucie Didio é doutora em Ciências da Linguagem (Linguística) pela Universidade de Limoges, na França, e professora aposentada da Universidade de Brasília (UnB)



O encantador de pessoas

Como trabalhar sua vida em busca da felicidade e realização pessoal

Gabriel Carneiro Costa

Integre Editora, São Paulo – 2013

210 páginas – R\$ 42,90

“O que é felicidade para você?”, indaga o autor em seu livro sobre *Life Coaching*, processo de análise e evolução, que abrange todas as áreas da vida, a partir de reflexões primordiais, como quais são seus objetivos e de que forma suas atitudes o aproximam dessas metas. O livro ajuda a responder a essa pergunta e a olhar a vida de forma mais sistêmica, analisando todos os fatores que a influenciam: carreira, casamento, filhos, saúde, amigos, dinheiro e planos. Baseado no princípio GoHard – versão da expressão americana *go hard or go home* (vá com força ou desista), ele mostra que a chave de tudo é a motivação da pessoa em atingir seus objetivos.

Gabriel Carneiro Costa é especialista em Personal Coach e um dos pioneiros na disseminação do conceito Life Coaching. É palestrante e criador de workshops vivenciais sobre o assunto



Publicitar

Uma nova visão da publicidade. Muito, muito mais do que criar e veicular anúncios
João José Werzbitzki (JJ)

Editora Qualitymark – São Paulo – 2013
293 páginas – R\$ 74,90

Existe uma diferença significativa entre as palavras publicidade e propaganda. Apesar de serem utilizadas com o mesmo fim, propaganda se refere a uma comunicação ideológica, política e religiosa. Mas muitos desconhecem ou, simplesmente, ignoram essa diferença. É o que mostra o livro de JJ, que compilou em 293 páginas mais de 30 anos de experiência no Brasil e no exterior, além de referências de mestres internacionais da propaganda e da publicidade. Publicitar é uma contribuição à formação de uma nova geração de publicitários, mais bem preparados e preocupados com os resultados em vendas dos clientes.

João José Werzbitzki (JJ) é publicitário, jornalista, relações públicas, consultor de comunicação de marketing, blogueiro com mais de 6 milhões de visitas e chef amador nas horas vagas



Conspiração no fim do mundo

Saïd Farhat

Editora Europa, São Paulo – 2013
448 páginas – R\$ 39

Brasil e Argentina vivem um clima de forte tensão. O comando militar brasileiro desconfia que os argentinos estão enriquecendo urânio com fins militares em um laboratório nas imediações de Bariloche. Sob o disfarce de professor universitário, o coronel Antônio Schmidt se infiltra em território argentino e levanta o máximo de informações acerca do programa nuclear em andamento. As conclusões são contundentes: é praticamente certo que está em curso o processo de desenvolvimento de uma bomba atômica. E mais: o artefato provavelmente será detonado em um teste na Patagônia. O impasse diplomático, além da iminente crise militar entre os dois países, são os elementos que o autor combina para compor a trama deste romance.

Saïd Farhat é jornalista e ex-ministro de Comunicação Social. Também criou a *Semprel*, empresa de relações governamentais e assessoria política



Direito digital aplicado

Patricia Peck Pinheiro (organizadora)

Editora Intelligence, São Paulo – 2012
360 páginas – R\$ 50*

Esta edição especial foi produzida para celebrar os dez anos da obra *Direito Digital* e toda a sua evolução nos últimos anos no Brasil e no mundo. A nova versão aborda temas como o aumento das discussões sobre privacidade, as recentes mudanças legislativas com a alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Lei de Acesso à Informação, a Lei de Digitalização, a Lei de Crimes Digitais, bem como os novos entendimentos do Judiciário sobre responsabilidade civil na internet.

*O livro não está à venda em livrarias. Sua aquisição é feita através de doação no valor de R\$ 50,00 para o Movimento Família mais Segura na Internet (www.familiamaissegura.com.br).

Patricia Peck Pinheiro, organizadora do livro, é advogada especialista em Direito Digital, sócia e fundadora do Grupo Patricia Peck Pinheiro (PPP). É autora do livro *Direito Digital*



DIÁLOGOS

AMPLIANDO CONHECIMENTO

PREPARE-SE PARA
AUMENTAR SEUS CONHECIMENTOS.

Diálogos são encontros que a **ESPM** e a **Saraiva** trazem até você para promover discussão e troca de ideias sobre os temas mais relevantes do momento: **arte, literatura, gastronomia, moda, filosofia, religião e muito mais.**

Consulte a agenda de temas, os valores e inscreva-se: www.espm.br/dialogos

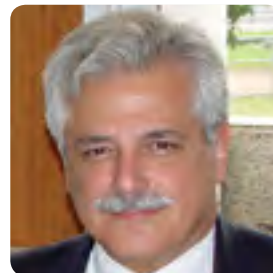


Idealizado por:

ESPM

Saraiva

O Brasil e suas relações internacionais



Luiz Augusto de Castro Neves

Tradicionalmente a prioridade atribuída pela sociedade brasileira, nela incluída os meios políticos e os atores econômicos, foi baixa, sobretudo após o desaparecimento do Barão do Rio-Branco, que consolidou, pela via da negociação, as fronteiras brasileiras. Com efeito, ao longo do século 19, havia questões pendentes, muitas herdadas da época colonial, que levaram a enfrentamentos e guerras entre as novas nações do continente. Na virada do século, o Brasil conseguiu consolidar suas fronteiras, mediante tratados, laudos arbitrais e negociações com os vizinhos. A partir daí, as questões internacionais adquiriram um papel secundário na política brasileira.

Na verdade, não havia a percepção de objetivos claros a orientar eventuais posições em relação à agenda internacional da época e o Brasil tampouco dispunha de *hard* ou *soft power* que lhe permitisse uma atuação mais vigorosa.

O crescimento da economia brasileira tem levado a novos desafios e oportunidades. O mundo pós-Guerra Fria atravessa um período de grandes e velozes transformações, requerendo novas atitudes de todos os países.

Findo o conflito ideológico que caracterizou a Guerra Fria, as relações internacionais passaram a ser instáveis do ponto de vista político, mas levaram a uma extraordinária expansão das relações econômicas, comerciais e financeiras. Essa expansão gerou uma maior integração das cadeias produtivas internacionais, o que constitui a essência da globalização. Fazer parte das novas cadeias produtivas parece ser ingrediente essencial para promover o que Deng Xiaoping, referindo-se à China, denominou de “a correta inserção no sistema internacional”.

Não há como a economia brasileira fugir desse desafio, o que implicará mudanças substanciais em matéria de política industrial. O setor industrial brasileiro decorre de uma política de substituição de importações, que teve como pilares o protecionismo no comércio exterior, o subsídio aos investimentos e a reserva de mercado. Não havia incentivos à busca da competitividade; o mercado era garantido. A contrapartida desse esquema era a de que o Brasil só seria competitivo internacionalmente em matéria de produtos

de base, agrícolas e minerais – as chamadas *commodities*. A competitividade internacional dos produtos manufaturados brasileiros era limitada e característica daqueles setores industriais mais vinculados a cadeias produtivas mundiais, como é o caso das indústrias aeronáutica e automobilística.

Hoje, assistimos a uma grande movimentação internacional no sentido de definir marcos regulatórios para as cadeias produtivas. A nova geração de acordos comerciais, ao contrário das negociações do passado, que visavam a redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias, são instrumentos de normatização, de modo a permitir que os produtos de um país tenham especificações compatíveis com seus semelhantes no exterior. A China e outros países da Ásia perceberam com clareza esse desafio e trataram de abrir suas economias. O resultado, no caso da China, é que o mundo inteiro está a comprar produtos, cada vez mais sofisticados, *made in China* e a fatia do país no comércio mundial passou de 2% para 15%, enquanto o Brasil continua a “patinar”, há mais de meio século, em 1,5%. Novas iniciativas, como a Parceria Transpácífica (acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e a União Europeia) e a Aliança do Pacífico (entre Chile, Peru, Colômbia e México), só fazem reforçar a tendência das cadeias produtivas internacionais.

E o Brasil? Continuaremos aferrados ao Mercosul, hoje mais um foro para o exercício de retórica política? Ou perceberemos que estamos no limiar de uma nova fase das relações internacionais, com desafios e oportunidades exigindo mais definições concretas e menos ativismo retórico? As relações internacionais constituem um tema cada vez mais visível nas prioridades da sociedade brasileira, o que se traduz no número crescente de atores, públicos e, sobretudo, privados, nesse campo. No mundo de hoje, o papel que o Brasil vier a ter será fundamental para fazer do país uma nação plenamente desenvolvida.

Luiz Augusto de Castro Neves

Presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais

QUEM NÃO SE ATUALIZA, ACABA ATRAPALHANDO. CONHEÇA OS CURSOS DO CIC ESPM.

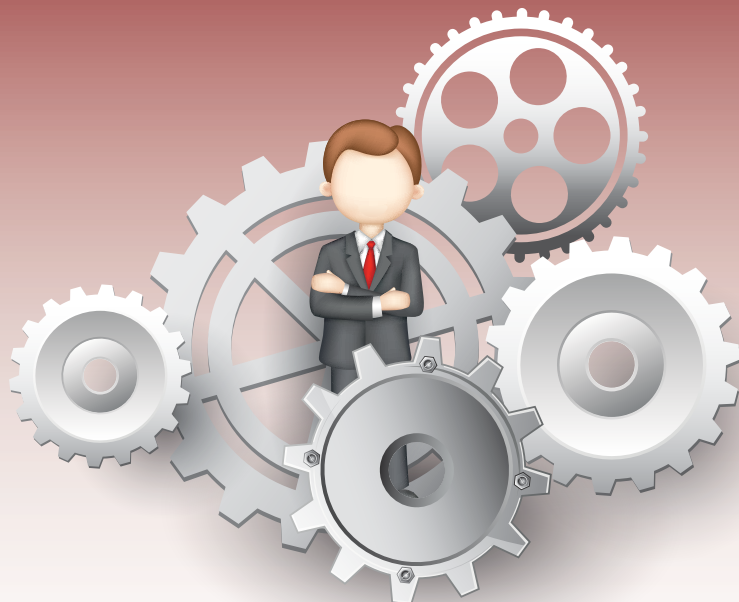
CIC - Centro de Inovação e Criatividade

O mercado exige profissionais cada vez mais criativos, inovadores, que pensem diferente e consigam fazer a diferença. Por isso, faça os cursos do CIC ESPM, o centro de inovação com o maior número de cursos do País. São mais de 50 opções que se encaixam com o atual momento da sua carreira. E com as necessidades da sua empresa também.



Mais informações: www.espm.br/cic

CIC | **ESPM**



QUANDO VOCÊ APRENDE COM OS MELHORES DO MERCADO, TUDO NA SUA CARREIRA FUNCIONA.

Pós-Graduação Lato Sensu ESPM.

Aqui, você conta com uma sólida formação, em diversas áreas de marketing e gestão, para evoluir ainda mais na carreira. Sempre com conteúdo e estrutura de uma das escolas mais conceituadas do Brasil e professores que são referências no mercado.

Cursos nas áreas de:

- MBA
- MBA Executivo Internacional
- Master em Marketing
- Especialização
- Educação Executiva

Mais informações: espm.br/pos

São Paulo | Rio de Janeiro | Sul

ESPM